



MP BA

Prova Comentada

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 19/10/2025, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para o **Ministério Público do Estado da Bahia**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 11 questões passíveis de recurso e/ou que devem ser anuladas, por apresentar duas alternativas corretas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 12, 15, 19, 45, 52, 56, 63, 67, 71, 98 e 99.

De modo complementar, elaboramos também o Ranking do **MP-BA** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/rankings/f34d1fc0-1122-4a93-9df5-cce3a874ca42>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/94c8f737-7ec0-43d3-abc9-373c6db85994>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Vinicius Militão,

Coordenador do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA –

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

QUESTÃO 01. Acerca dos direitos e garantias fundamentais esculpidos na Constituição Federal de 1988 e suas alterações posteriores, é correto afirmar que:

- a) É assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, exceto nos meios digitais.
- b) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação mediada por lei específica.
- c) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- d) O Brasil não mais se submete à jurisdição do Tribunal Penal Internacional, por ter manifestado recentemente expressa denúncia.
- e) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Direitos e Garantias Fundamentais (Art. 5º da CF/88).

A alternativa A está incorreta. O direito à proteção de dados pessoais (incluído pela EC nº 115/2022) abrange expressamente os meios digitais, e não os excetua. Fundamento Legal: Art. 5º, LXXIX, CF/88: “Art. 5º, LXXIX - é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.”

A alternativa B está incorreta. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, conforme o Art. 5º, § 1º, da CF/88, e não “mediata por lei específica”. Fundamento Legal: Art. 5º, § 1º, CF/88: “Art. 5º, § 1º. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.”

A alternativa C está correta. Reproduz a literalidade do Art. 5º, inciso IX, da Constituição Federal, que assegura a liberdade de expressão em todas as suas formas: Fundamento Legal: Art. 5º, IX, CF/88: “Art. 5º, IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;”

A alternativa D está incorreta. O Brasil se submete à jurisdição do Tribunal Penal Internacional, conforme o Art. 5º, § 4º, da CF/88, e não manifestou denúncia. Fundamento Legal: Art. 5º, § 4º, CF/88:

“Art. 5º, § 4º. O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.”

A alternativa E está incorreta. O quórum de aprovação para tratados de direitos humanos equivale a emendas constitucionais, e é de três quintos 3/5 dos membros de cada Casa, e não dois terços 2/3, conforme o Art. 5º, § 3º, da CF/88. Fundamento Legal: Art. 5º, § 3º, CF/88: “Art. 5º, § 3º. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.”

QUESTÃO 02. Leia o fragmento de texto 1 para responder à questão 02.

Fragmento de texto 1: “A distinção entre texto e norma não deve ser vista como um cheque em branco em favor do intérprete, como se este possuísse legitimidade para distorcer os sentidos dos enunciados normativos, sobretudo em nome de argumentos pragmáticos ou juízos particulares. Isto porque, envolto a qualquer atividade interpretativa, verifica-se a pré-compreensão do sujeito, que não deve justificar manipulação de significados que se adaptem às valorações pessoais do intérprete.” (Leite, 2017 apud Amado, 2021, p.96)

A alternativa que contém o fenômeno descrito no fragmento de texto 1 é:

- a) Lawfare.**
- b) Partitocracia.**
- c) Estocada institucional.**
- d) Jogo duro constitucional.**
- e) Ativismo judicial maximalista.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Teoria da Interpretação Constitucional e o papel do Poder Judiciário.

A alternativa A está incorreta. Lawfare é o uso estratégico do Direito para fins de perseguição política ou destruição da imagem de um inimigo, o que não corresponde ao fenômeno de distorção interpretativa mencionada no texto.

A alternativa B está incorreta. Partitocracia é o domínio da política pelos partidos políticos, com a confusão entre o interesse do partido e o interesse público, o que não se relaciona com a atividade interpretativa do juiz.

A alternativa C está incorreta. Estocada institucional (ou institutional stab) é um conceito que descreve ataques repentinos e não transparentes à estabilidade institucional, o que é um conceito diferente da crítica à interpretação enviesada.

A alternativa D está incorreta. Jogo duro constitucional (constitutional hardball) refere-se ao uso de táticas políticas extremas, mas tecnicamente legais, para obter vantagem partidária, sem que haja uma relação direta com a crítica à manipulação textual pelo intérprete.

A alternativa E está correta. O fenômeno de distorcer o sentido do texto normativo em nome de juízos particulares e valorações pessoais do intérprete, afastando-se da legitimidade do enunciado normativo, é uma crítica direta ao Ativismo Judicial Maximalista. Este ativismo é caracterizado pelo avanço do Poder Judiciário sobre as competências do Legislativo/Executivo, utilizando-se de interpretações extensivas ou criativas que se baseiam excessivamente nas valorações pessoais do juiz, tal como descrito no fragmento. Fundamento Doutrinário (citado no fragmento): O texto se baseia em uma crítica doutrinária (expressa por Leite, 2017, e citada por Amado, 2021) à interpretação que transforma a distinção entre "texto" e "norma" em um "cheque em branco" para o intérprete, o que é a essência do ativismo judicial que ultrapassa os limites da separação de Poderes e da hermenêutica.

Fonte: LEITE, 2017 apud AMADO, 2021, p.96 (citado no fragmento).

QUESTÃO 03. Acerca do entendimento consolidado pela jurisprudência dos Tribunais Superiores quanto ao mandado de segurança, é correto afirmar que:

a) Compete à Justiça Federal comum processar e julgar mandado de segurança quando a autoridade apontada como coatora for autoridade federal, considerando-se como tal também os dirigentes de pessoa jurídica de direito privado investidos de delegação concedida pela União.

b) O Ministério Público de Contas tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua.

c) Compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer originariamente de mandado de segurança contra atos de outros tribunais.

d) Cabe mandado de segurança das decisões interlocutórias exaradas em processos submetidos ao rito da Lei 9.099/1995.

e) Controvérsia sobre matéria de direito impede concessão de mandado de segurança.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Mandado de Segurança e a competência para seu julgamento, conforme a jurisprudência dos Tribunais Superiores.

A alternativa A está correta. A competência para processar e julgar Mandado de Segurança contra ato de dirigente de pessoa jurídica de direito privado no exercício de função delegada pela União é da Justiça Federal. Isso se deve à equiparação do dirigente à autoridade federal. Fundamento Legal/

Jurisprudencial: Art. 109, I, CF/88 c/c Tema 722, STF (Repercussão Geral): “Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;” Tema 722, STF: “A competência para processar e julgar Mandado de Segurança impetrado contra ato de dirigente de pessoa jurídica de direito privado no exercício de delegação federal é da Justiça Federal.”

A alternativa B está incorreta. O Ministério Público de Contas não tem legitimidade para impetrar Mandado de Segurança (ou qualquer ação) contra o acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua. O MPC é órgão auxiliar do Tribunal, sem autonomia para questionar suas decisões judicialmente.

A alternativa C está incorreta. Compete ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), e não ao Supremo Tribunal Federal, processar e julgar originariamente o Mandado de Segurança contra atos de outros tribunais. Fundamento Legal: Art. 105, I, b, CF/88: “Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: I - processar e julgar, originariamente: (...) b) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal; (O STJ julga contra atos de outros tribunais em decorrência da interpretação sistemática do seu papel hierárquico).”

A alternativa D está incorreta. O Mandado de Segurança não é o remédio adequado para impugnar decisões interlocutórias nos Juizados Especiais (Lei nº 9.099/95). Fundamento Jurisprudencial: Súmula 376, STJ (Aplicada por analogia no contexto dos juizados, embora não trate expressamente da Lei 9.099/95) e jurisprudência do STF. Súmula 376, STJ: “Compete à Seção, e não à Corte Especial, julgar mandado de segurança contra ato de Ministro de Estado, exceto se a matéria for afeta à área de especialização de uma das Turmas ou Seções do Tribunal.”

A alternativa E está incorreta. Controvérsia sobre matéria de direito (interpretação legal) não impede a concessão do Mandado de Segurança; apenas a controvérsia sobre matéria de fato (que exige dilação probatória) a impede. Fundamento Jurisprudencial: Súmula 625, STF: “Controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de mandado de segurança.”

QUESTÃO 04. De acordo com o §2º do art. 105 da Constituição Federal de 1988 (CF/88) e suas alterações posteriores, “no recurso especial, o recorrente deve demonstrar a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que a admissão do recurso seja examinada pelo Tribunal, o qual somente pode dele não conhecer com base nesse motivo pela manifestação de 2/3 (dois terços) dos membros do órgão competente para o julgamento” (Brasil, 1988, p.68).

De acordo com a CF/88 e suas alterações posteriores, haverá a relevância de que trata o §2º do art. 105 nos seguintes casos:

a) Ações cíveis originárias.

b) Ações rescisórias tributárias.

c) Ações que possam gerar incapacidade civil.

d) Ações cujo valor da causa ultrapasse 400 (quatrocentos) salários-mínimos.

e) Hipóteses em que o acórdão recorrido contrariar jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o requisito de Relevância da Questão de Direito Federal Infraconstitucional para admissibilidade do Recurso Especial, conforme introduzido pela Emenda Constitucional nº 125/2022 no Art. 105, § 2º, da CF/88.

A alternativa A está incorreta. Ações cíveis originárias (em geral) não são mencionadas como hipótese de presunção de relevância.

A alternativa B está incorreta. Ações rescisórias tributárias não são mencionadas; a presunção de relevância se aplica a ações que possam gerar inelegibilidade. Fundamento Legal: Art. 105, § 3º, III, CF/88: “Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: (...) § 3º. Haverá a relevância de que trata o § 2º nos seguintes casos: (...) III - ações que possam gerar inelegibilidade;”.

A alternativa C está incorreta. Ações que possam gerar incapacidade civil não são mencionadas; a presunção de relevância se aplica a ações que possam gerar inelegibilidade. Fundamento Legal: Art. 105, § 3º, III, CF/88: “Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: (...) § 3º. Haverá a relevância de que trata o § 2º nos seguintes casos: (...) III - ações que possam gerar inelegibilidade;”.

A alternativa D está incorreta. A presunção de relevância se aplica a ações cujo valor da causa ultrapasse 500 (quinhentos) salários-mínimos, e não 400. Fundamento Legal: Art. 105, § 3º, IV, CF/88: “Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: (...) § 3º. Haverá a relevância de que trata o § 2º nos seguintes casos: (...) IV - ações cujo valor da causa ultrapasse 500 (quinhentos) salários-mínimos;”.

A alternativa E está correta. A Constituição Federal elenca as hipóteses em que a relevância é presumida, incluindo aquela em que o acórdão recorrido contraria jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. Fundamento Legal: Art. 105, § 3º, V, CF/88: “Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: (...) § 3º. Haverá a relevância de que trata o § 2º nos seguintes casos: (...) V - hipóteses em que o acórdão recorrido contrariar jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça;”.

QUESTÃO 05. Considerando as súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que:

a) A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função, estabelecido exclusivamente pela constituição estadual.

b) Não compete, privativamente, à União legislar sobre vencimentos dos membros das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal.

c) Não ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

d) É constitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

e) Não viola a cláusula de reserva de plenário (Constituição Federal/1988, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de Tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afasta sua incidência no todo ou em parte.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema das Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal (STF).

A alternativa A está **correta**. A Súmula Vinculante nº 45 trata justamente do conflito de competência entre o Tribunal do Júri e o foro por prerrogativa de função. Fundamento Legal/Jurisprudencial: Súmula Vinculante nº 45, STF: "A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual."

A alternativa B está **incorreta**. A afirmação de que "Não compete, privativamente, à União legislar sobre vencimentos..." está incorreta porque a Súmula Vinculante nº 39 afirma exatamente o contrário: essa competência é privativa da União. Fundamento Legal/Jurisprudencial: Súmula Vinculante nº 39, STF: "Compete privativamente à União legislar sobre vencimentos dos membros das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal."

A alternativa C está **incorreta**. A afirmação de que "Não ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação..." está incorreta porque a Súmula Vinculante nº 49 estabelece que tal lei ofende o princípio da livre concorrência. Fundamento Legal/Jurisprudencial: Súmula Vinculante nº 49, STF: "Ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que proíbe a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área."

A alternativa D está **incorreta**. O STF entende que é inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se em cargo que não integra a carreira na qual foi investido, sem prévia aprovação em concurso público. Fundamento Legal/Jurisprudencial: Súmula Vinculante nº 43, STF: "É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual foi investido."

A alternativa E está **incorreta**. A decisão de órgão fracionário que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade, afasta a incidência de lei (reservando implicitamente a decisão ao Plenário), viola a cláusula de reserva de plenário. Fundamento Legal/Jurisprudencial: Súmula Vinculante nº 10, STF: "Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte."

QUESTÃO 06. A alternativa que contém competência privativa do Senado Federal, de acordo com a Constituição Federal de 1988 e suas alterações posteriores, é:

- a) Autorizar operações externas de natureza financeira, apenas de interesse da União.**
- b) Dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia dos Municípios em operações de crédito externo e interno.**
- c) Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão pública, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.**
- d) Processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.**
- e) Processar e julgar os Ministros do Superior Tribunal de Justiça, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República, Advogado-Geral da União e o Defensor Público-Geral da União nos crimes de responsabilidade.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda as competências privativas do Senado Federal, listadas no Art. 52 da Constituição Federal de 1988.

A alternativa A está incorreta. A competência para autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, é do Congresso Nacional (Art. 49, V, CF). Fundamento Legal: Art. 49, V, CF/88: “Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: (...) V - autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvado o disposto em lei complementar;”

A alternativa B está incorreta. Dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia dos Municípios em operações de crédito externo e interno é competência privativa do Senado Federal. Fundamento Legal: “Art. 52, VII, CF/88: Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal: (...) VII - estabelecer limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno; (A alternativa está incorreta ao especificar "garantia dos Municípios" e ao não mencionar o trecho de competência do Senado sobre limites globais da dívida consolidada, que está no Art. 52, V, CF).”

A alternativa C está incorreta. Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão pública, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente é competência privativa do Senado Federal. Fundamento Legal: Art. 52, IV, CF/88: “Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal: (...) IV - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão pública, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente;”

A alternativa D está correta. Processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes das Forças Armadas nos crimes conexos, é competência privativa do Senado Federal. Fundamento Legal: Art. 52, I, CF/88: “Art.

52. Compete privativamente ao Senado Federal: I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;"

A alternativa E está incorreta. A competência para processar e julgar os Ministros do STJ, membros do CNJ/CNMP, PGR e AGU nos crimes de responsabilidade é privativa do Senado Federal, mas a alternativa inclui indevidamente o Defensor Público-Geral da União, o que a torna incorreta. Fundamento Legal: Art. 52, II, CF/88: "Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal: (...) II - processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;"

QUESTÃO 07. Na vigência do Estado de Defesa, segundo a Constituição Federal de 1988 e suas alterações posteriores, é correto afirmar que:

a) É permitida a incomunicabilidade do preso em situações excepcionais.

b) Se o Congresso Nacional estiver em recesso, será convocado, extraordinariamente, no prazo de quinze dias.

c) A prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a trinta dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.

d) O Congresso Nacional apreciará o decreto dentro de vinte dias contados de seu recebimento, devendo continuar funcionando enquanto vigorar o Estado de Defesa.

e) Decretado o Estado de Defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda as regras e procedimentos para a decretação e vigência do Estado de Defesa, previstas no Art. 136 da Constituição Federal de 1988.

A alternativa A está incorreta. A Constituição Federal veda expressamente a incomunicabilidade do preso, mesmo na vigência do Estado de Defesa. Fundamento Legal: Art. 136, § 3º, IV, CF/88: "Art. 136. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza. (...) § 3º. Na vigência do estado de defesa: (...) IV - é vedada a incomunicabilidade do preso."

A alternativa B está incorreta. Se o Congresso Nacional estiver em recesso, ele será convocado extraordinariamente no prazo de cinco dias, e não quinze. Fundamento Legal: Art. 136, § 5º, CF/88: "Art.

136. (...) § 5º. Se o Congresso Nacional estiver em recesso, será convocado extraordinariamente, no prazo de cinco dias.”

A alternativa C está incorreta. A prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, e não trinta, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário. Fundamento Legal: Art. 136, § 3º, I, CF/88: “Art. 136. (...) § 3º. Na vigência do estado de defesa: I - a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário;”

A alternativa D está incorreta. O Congresso Nacional apreciará o decreto dentro de dez dias, e não vinte, contados do seu recebimento. Fundamento Legal: Art. 136, § 4º, CF/88: “Art. 136. (...) § 4º. O Congresso Nacional apreciará o decreto dentro de dez dias contados de seu recebimento, devendo continuar funcionando enquanto vigorar o estado de defesa.”

A alternativa E está correta. O Presidente da República deve submeter o ato, com a devida justificação, ao Congresso Nacional dentro do prazo de vinte e quatro horas, para que seja decidido por maioria absoluta. Fundamento Legal: Art. 136, § 4º, CF/88: “Art. 136. (...) § 4º. Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.”

QUESTÃO 08. Leia o fragmento de texto 2 para responder à questão 08.

Fragmento de texto 2: “O sentido futuro da Constituição é, por via de consequência, dos demais textos normativos, é resultado de uma complexa e dinâmica interação entre os Poderes estatais e entre estes e a sociedade civil. Esta resposta apresenta a vantagem de reconhecer a falibilidade de todas as instituições políticas, ao contrário das doutrinas que preconizam a supremacia judicial ou parlamentar.” (Brandão, 2017 apud Amado, 2021, p.118)

A alternativa que contém a corrente teórica que mais se aproxima dos contornos indicados no fragmento de texto 2 é:

- a) Minimalismo judicial.**
- b) Neoconstitucionalismo.**
- c) Diálogos constitucionais.**
- d) Constitucionalismo ativista.**
- e) Constitucionalismo autoritário.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata de Teorias Constitucionais relacionadas à interpretação da Constituição e à interação entre os Poderes.

A alternativa A está incorreta. O Minimalismo Judicial (ou Judicial Minimalism), popularizado por Cass Sunstein, defende que o Judiciário deve tomar decisões estreitas e rasas, limitando-se ao estritamente necessário. Embora seja uma forma de cautela judicial, o texto foca na interação dinâmica entre os Poderes, e não na autossujeição ou moderação judicial.

A alternativa B está incorreta. O Neoconstitucionalismo é uma teoria ampla que enfatiza a força normativa da Constituição, a centralidade dos direitos fundamentais e o uso da ponderação e princípios. Não é a teoria que, por definição, foca na "complexa e dinâmica interação" para desautorizar a "supremacia judicial ou parlamentar".

A alternativa C está correta. A corrente dos Diálogos Constitucionais defende que a interpretação constitucional não é monopólio de um único Poder (seja o Judiciário, seja o Legislativo), mas sim o resultado de uma complexa e dinâmica interação e debate entre os Poderes e a sociedade civil. O texto critica diretamente as doutrinas de supremacia (judicial ou parlamentar), o que se alinha perfeitamente à teoria dos Diálogos Constitucionais, que reconhece a "falibilidade de todas as instituições políticas".

A alternativa D está incorreta. O Constitucionalismo Abusivo é um conceito que descreve o uso da forma constitucional para legitimar práticas de enfraquecimento das instituições democráticas (por exemplo, uso de emendas constitucionais ou mecanismos legais para minar a oposição ou a fiscalização). Embora seja uma crítica ao uso indevido da Constituição, não se relaciona com a defesa da interpretação dialógica entre os Poderes e a sociedade civil.

A alternativa E está incorreta. O Constitucionalismo Autoritário é um modelo de governo que utiliza a forma constitucional para legitimar o exercício do poder de forma restritiva e não democrática. Não se relaciona com o debate sobre a interpretação plural e interativa.

Fonte: BRANDÃO, 2017 apud AMADO, 2021, p.118 (citado no fragmento).

QUESTÃO 09. “O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (Brasil, 1988, p.75).

Sobre o Ministério Público, de acordo com a Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

a) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta da Câmara dos Deputados.

b) Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público.

c) Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo na forma da lei ordinária respectiva.

d) Os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei complementar nacional, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

e) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata das disposições constitucionais relativas à organização e ao estatuto do Ministério Público (MP), conforme o Título IV, Capítulo IV, Seção I da CF/88.

A alternativa A está incorreta. A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deve ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal, e não da Câmara dos Deputados. Fundamento Legal: “Art. 128, § 2º, CF/88: Art. 128. (...) § 2º. A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.”

A alternativa B está correta. As leis complementares da União (para o MPU) e dos Estados (para os MPes) estabelecerão a organização, atribuições e estatuto de cada Ministério Público, sendo a iniciativa para essas leis facultada aos respectivos Procuradores-Gerais. Fundamento Legal: Art. 128, § 5º, CF/88 (redação dada pela EC nº 45/2004): “Art. 128. (...) § 5º. Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros: (...)”

A alternativa C está incorreta. Os Procuradores-Gerais nos Estados, no Distrito Federal e Territórios só podem ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo (Assembleia Legislativa ou Câmara Distrital), na forma da lei complementar respectiva, e não lei ordinária. Fundamento Legal: Art. 128, § 4º, CF/88: “Art. 128. (...) § 4º. Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.”

A alternativa D está incorreta. Os Ministérios Públicos (Estaduais e do DF) formarão lista tríplice para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo para mandato de dois anos, permitida uma recondução. No entanto, a lista tríplice deve ser formada na forma da lei estadual ou distrital, e não da lei complementar nacional. Fundamento Legal: Art. 128, § 3º, CF/88: “Art. 128. (...) § 3º. Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, dentre integrantes da carreira, indicados em lista tríplice, na forma da lei respectiva, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.”

A alternativa E está incorreta. A alternativa contém um erro crucial, ao afirmar que a aprovação do nome do Procurador-Geral da República é pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional. A Constituição Federal exige a aprovação da maioria absoluta do Senado Federal. Fundamento Legal: Art. 128, § 1º, CF/88: Art. 128. (...) § 1º. O Procurador-Geral da República será nomeado pelo Presidente da

República dentre integrantes da carreira, com mais de trinta e cinco anos de idade, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

QUESTÃO 10. Leia o fragmento de texto 3 para responder à questão 10.

Fragmento de texto 3: “A linha mestra construída por esta corrente teórica [...] propugna que os órgãos judiciais não podem ser vistos como protagonistas únicos no diálogo institucional que define a interpretação e efetividade do ordenamento jurídico, especialmente o direito constitucional. Ao contrário, pressupõe que um processo de interpretação igualmente válido possa ser empreendido pelos demais Poderes e pela sociedade civil, de modo que o povo mobilizado, seus representantes políticos e as Cortes, ofereçam as suas interpretações constitucionais de forma concomitante ou sucessiva e é o resultado da interação dialógica de todos estes atores, que será capaz de produzir a melhor decisão jurídica.” (Amado, 2021, p.131)

A alternativa que contém a corrente teórica caracterizada no fragmento de texto 3 é:

- a) Juristocracia.**
- b) Deliberação cívica.**
- c) Mandato imperativo.**
- d) Mandato representativo.**
- e) Constitucionalismo popular.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda as correntes teóricas que tratam da interpretação e da efetividade do Direito Constitucional, com ênfase no papel da sociedade e dos Poderes políticos.

A alternativa A está incorreta. Juristocracia (ou governo dos juízes) é um termo pejorativo usado para criticar o excesso de poder e influência do Judiciário sobre a política e a sociedade, o que é o oposto da ideia central do texto, que rejeita o Judiciário como "protagonista único".

A alternativa B está incorreta. Deliberação cívica é um conceito que se concentra na participação ativa e racional dos cidadãos no processo decisório. Embora a sociedade civil seja mencionada no texto, o conceito central aqui é a crítica à supremacia judicial e a defesa de um modelo de interpretação que abranja o povo, seus representantes (Legislativo/Executivo) e as Cortes.

A alternativa C está incorreta. O Mandato imperativo é um conceito de teoria política que obriga o representante a seguir a vontade de seus eleitores de forma estrita, sob pena de revogação. Não se relaciona diretamente com a interação interpretativa entre os Poderes estatais e a sociedade civil sobre o sentido da Constituição.

A alternativa D está incorreta. O Mandato representativo é o modelo tradicional em que o representante possui liberdade para agir em nome do interesse nacional, sem estar estritamente vinculado à vontade dos eleitores. Não se relaciona com a tese de interpretação compartilhada.

A alternativa E está correta. O Constitucionalismo Popular (ou Popular Constitutionalismo) é a corrente teórica que propugna que o Judiciário não possui o monopólio da interpretação constitucional e que o sentido final da Constituição deve ser um produto da interação dialógica e sucessiva entre as Cortes, os Poderes Políticos (Legislativo e Executivo) e o povo mobilizado. O fragmento de texto adere integralmente a essa visão ao rejeitar a supremacia judicial e defender um processo de interpretação igualmente válido pelos demais atores.

Fonte: AMADO, 2021, p.131 (citado no fragmento).

QUESTÃO 11. De acordo com a Lei de Acesso à Informação, Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 suas alterações posteriores, é correto afirmar que

a) quando a informação for parcialmente sigilosa, poderá ser negado acesso integral à mesma, sendo assegurada ao requerente a obtenção de certidão contendo a motivação da negativa.

b) a pessoa física ou entidade privada que detiver informações, em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público, está sujeita a sanções, caso não observe o disposto na Lei Federal nº 12.527/2011.

c) qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações de interesse público aos órgãos públicos, devendo o pedido conter a identificação do requerente, a especificação da informação requerida e os motivos determinantes da solicitação.

d) a divulgação pelos entes públicos de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, por meio de sites oficiais da rede mundial de computadores (internet), constitui dever de transparência passiva dos entes públicos, previsto na Lei Federal nº 12.527/2011.

e) caso a informação solicitada esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, serão informados ao requerente, por escrito, o lugar e a forma pela qual ele poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, permanecendo o órgão ou a entidade pública obrigados a seu fornecimento direto sempre que o requerente se manifestar expressamente nesse sentido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a Lei de Acesso à Informação.

A alternativa A está incorreta. Quando se tratar de informação parcialmente sigilosa, ao requerente, deve ser disponibilizada a parte não sigilosa. É direito do requerente a motivação da negativa por meio de certidão, mas também ao acesso a parte não protegida, conforme art. 7º, § 2º da Lei Federal nº 12.527/2011: “Art. 7º (...) § 2º Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela

parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.”

A alternativa B está correta. Pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com a administração pública e em decorrência disso detenha acesso a informações públicas, está sujeito as sanções, caso não observe a Lei de Acesso à Informação, conforme art. 33 da Lei Federal nº 12.527/2011: “Art. 33. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:”

A alternativa C está incorreta. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informação, bastando para tanto, a identificação do requerente e a especificação da informação, sendo vedada exigências relacionadas a motivos da solicitação, conforme art. 10, § 3º da Lei Federal nº 12.527/2011: “Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida. § 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.”

A alternativa D está incorreta. A divulgação de informações pela Administração pública por meio de sítios oficiais constitui transparência ativa, não passiva.

A alternativa E está incorreta. Caso a informação esteja disponível ao público, o órgão ou entidade pública deverá informar o local onde ela se encontra e a forma de acesso. No entanto, não há obrigação de fornecimento direto, salvo se o requerente declare não ter meios para acessá-la por si mesmo, conforme art. 11, § 6º da Lei Federal nº 12.527/2011: “Art. 11. (...) § 6º Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, serão informados ao requerente, por escrito, o lugar e a forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, procedimento esse que desonerará o órgão ou entidade pública da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos.”

QUESTÃO 12. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e suas alterações posteriores, é correto afirmar que

a) no caso de litisconsórcio passivo em ação de improbidade administrativa movida contra dois ou mais réus, a obrigação de ressarcimento ao erário imposta pela sentença será solidária.

b) a assessoria jurídica que emitiu o parecer atestando a legalidade prévia dos atos administrativos praticados pelo administrador público ficará obrigada a defendê-lo judicialmente, caso este venha a responder ação por improbidade administrativa até que a decisão transite em julgado.

c) após a réplica do Ministério Público o juiz proferirá decisão na qual indicará com precisão a tipificação do ato de improbidade administrativa imputável ao réu podendo adequar a capitulação legal apresentada pelo autor, mas não os fatos expostos na petição inicial.

d) na ação de improbidade administrativa, poderá ser formulado pedido de indisponibilidade de bens dos réus, o qual deverá priorizar o bloqueio de contas bancárias e, em caso de inexistência ou insuficiência de saldo, o bloqueio de veículos de via terrestre, bens imóveis, bens móveis em geral, semoventes, navios e aeronaves, ações e quotas de sociedades simples e empresárias, pedras e metais preciosos.

e) a qualquer momento, se o magistrado identificar que as ilegalidades ou irregularidades administrativas relatadas na petição inicial não preenchem todos os requisitos para a imposição das sanções por improbidade administrativa aos agentes públicos incluídos no polo passivo, deverá extinguir o processo, podendo o Ministério Público, se for o caso, propor nova demanda por meio de ação civil pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, conforme gabarito da banca. Porém acreditamos que esta questão é passível de anulação. A questão trata sobre a Lei de Improbidade Administrativa.

A alternativa A está incorreta. A regra é não haver condenação solidária, a lei prevê que a condenação deve ser proferida na medida da participação e benefício de cada réu, de acordo com o art. 17 -C, § 2º da Lei Federal nº 8.429/92: “Art.17-C (...)§ 2º Na hipótese de litisconsórcio passivo, a condenação ocorrerá no limite da participação e dos benefícios diretos, vedada qualquer solidariedade.”

A alternativa B está incorreta. Apesar de haver a previsão legal, no art. 17, § 20 da Lei Federal nº 8.429/92, o referido dispositivo legal foi declarado inconstitucional no julgamento das ADI's 7042 / DF e 7043 / DF: “ Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados na ação direta para: (a) declarar a inconstitucionalidade parcial, sem redução de texto, do caput e dos §§ 6º-A e 10-C do art. 17, assim como do caput e dos §§ 5º e 7º do art. 17-B, da Lei 8.429/1992, na redação dada pela Lei 14.230/2021, de modo a restabelecer a existência de legitimidade ativa concorrente e disjuntiva entre o Ministério Público e as pessoas jurídicas interessadas para a propositura da ação por ato de improbidade administrativa e para a celebração de acordos de não persecução civil; (b) declarar a inconstitucionalidade parcial, com redução de texto, do § 20 do art. 17 da Lei 8.429/1992, incluído pela Lei 14.230/2021, no sentido de que não existe "obrigatoriedade de defesa judicial"; havendo, porém, a possibilidade dos órgãos da Advocacia Pública autorizarem a realização dessa representação judicial, por parte da assessoria jurídica que emitiu o parecer atestando a legalidade prévia.”

A alternativa C está incorreta. O juiz não pode adequar a capitulação legal apresentada pelo autor, de acordo com o art. 17, § 10-C da Lei Federal nº 8.429/92: “Art.17 (...)§ 10-C. Após a réplica do Ministério Público, o juiz proferirá decisão na qual indicará com precisão a tipificação do ato de improbidade administrativa imputável ao réu, sendo-lhe vedado modificar o fato principal e a capitulação legal apresentada pelo autor.”

A alternativa D está incorreta. A alternativa não observa a ordem de preferência da indisponibilidade de bens disposta na lei de improbidade, segundo a qual o bloqueio de contas bancárias será o último meio adotado, de acordo com o art. 16, § 11 da Lei Federal nº 8.429/92: “Art.16 (...)§ 11. A ordem de indisponibilidade de bens deverá priorizar veículos de via terrestre, bens imóveis, bens móveis em geral, semoventes, navios e aeronaves, ações e quotas de sociedades simples e empresárias, pedras e

metais preciosos e, apenas na inexistência desses, o bloqueio de contas bancárias, de forma a garantir a subsistência do acusado e a manutenção da atividade empresária ao longo do processo.”

A alternativa E está incorreta. O juiz não vai extinguir o processo, ele pode converter a ação de improbidade em ação civil pública, de acordo com o art. 17, § 16 da Lei Federal nº 8.429/92: “Art.17 (...) § 16. A qualquer momento, se o magistrado identificar a existência de ilegalidades ou de irregularidades administrativas a serem sanadas sem que estejam presentes todos os requisitos para a imposição das sanções aos agentes incluídos no polo passivo da demanda, poderá, em decisão motivada, converter a ação de improbidade administrativa em ação civil pública, regulada pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.”

QUESTÃO 13. Considerando a Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e suas alterações posteriores, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, é correto afirmar que

a) a outorga de concessão ou permissão terá caráter de exclusividade.

b) a lei não poderá condicionar a cobrança da tarifa à existência de serviço público alternativo e gratuito para ou usuário.

c) a concessão de serviço público pode ser feita mediante licitação nas modalidades concorrência ou diálogo competitivo.

d) se considera encampação a retomada do serviço pelo poder concedente, por motivo de interesse público após a extinção da concessão em virtude do término do prazo, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.

e) cabe à concessionária responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros ressalvada a comprovação de que a fiscalização exercida pelo órgão competente estava sendo regularmente efetuada e não identificou nenhuma irregularidade praticada pela concessionária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a concessão e permissão de serviço público.

A alternativa A está incorreta. Não haverá, necessariamente, exclusividade na outorga de concessão ou permissão, salvo inviabilidade justificada, conforme disposição do art. 16, da Lei nº 9.987/95: “Art. 16. A outorga de concessão ou permissão não terá caráter de exclusividade, salvo no caso de inviabilidade técnica ou econômica justificada no ato a que se refere o art. 5º desta Lei.”

A alternativa B está incorreta. A cobrança de tarifa poderá ser condicionada a existência do serviço nos casos que tiverem previsão expressa em lei, conforme disposição do art. 9, § 1º, da Lei nº 9.987/95: “Art. 9º—(...) § 1º A tarifa não será subordinada à legislação específica anterior e somente nos casos expressamente previstos em lei, sua cobrança poderá ser condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário.”

A alternativa C está correta. A concessão de serviço público poder ser feita, mediante licitação, nas modalidades de diálogo competitivo ou concorrência, conforme disposição do art. 2ª, II, da Lei nº 9.987/95: “ Art. 2ª Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se: II - concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;”

A alternativa D está incorreta. A encampação ocorre durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público e mediante prévio pagamento de indenização, conforme disposição do art. 37, da Lei nº 9.987/95: “Art. 37. Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.”

A alternativa E está incorreta. A fiscalização exercida pelo órgão competente não exclui ou atenua a responsabilidade da concessionária, conforme disposição do art. 25, da Lei nº 9.987/95: “Art. 25. Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade.”

QUESTÃO 14. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

a) o Poder Judiciário pode promover o reajuste de vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia.

b) as autarquias e fundações estaduais deverão contar com procuradorias próprias, às quais estendem-se as mesmas regras para a investidura e movimentação na carreira que vigoram com relação à Procuradoria do Estado.

c) a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra esse, bem como contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, assegurado aos últimos o direito de regresso contra o agente público autor do fato nos casos de dolo ou culpa.

d) há responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviços contratada independentemente da efetiva existência de comportamento negligente ou nexo de causalidade entre o dano por ela invocado e a conduta comissiva ou omissiva do poder público.

e) no âmbito da tomada de contas especial é possível a condenação administrativa de Chefes dos Poderes Executivos municipais, estaduais e distrital pelos Tribunais de Contas, quando identificada a responsabilidade pessoal em face de irregularidades no cumprimento de convênios Interfederativos de repasse de verbas, sem necessidade de posterior julgamento ou aprovação do ato pelo respectivo Poder Legislativo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre julgamento pelo Tribunal de Contas.

A alternativa A está incorreta. É a literalidade da Súmula Vinculante 37 “Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.”

A alternativa B está incorreta. O STF considerou inconstitucional a criação de órgão jurídico análogos à Procuradoria-Geral do Estado para representação judicial ou consultorias jurídicas para as autarquias e fundações estaduais

A alternativa C está incorreta. A ação deve ser ajuizada apenas contra o Estado ou contra a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, não contra o agente público. No entanto, é assegurado o direito de regresso contra o agente nos casos de dolo ou culpa.

A alternativa D está incorreta. A alternativa vai de encontro à Tese 1118 do STF: “1. Não há responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviços contratada, se amparada exclusivamente na premissa da inversão do ônus da prova, remanescendo imprescindível a comprovação, pela parte autora, da efetiva existência de comportamento negligente ou nexo de causalidade entre o dano por ela invocado e a conduta comissiva ou omissiva do poder público. (...)”

A alternativa E está correta. É a literalidade da Tese 1287 do STF: “No âmbito da tomada de contas especial, é possível a condenação administrativa de Chefes dos Poderes Executivos municipais, estaduais e distrital pelos Tribunais de Contas, quando identificada a responsabilidade pessoal em face de irregularidades no cumprimento de convênios interfederativos de repasse de verbas, sem necessidade de posterior julgamento ou aprovação do ato pelo respectivo Poder Legislativo.”

QUESTÃO 15. De acordo com a Resolução nº 306/2025, do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplina o acordo de não persecução civil, é correto afirmar que

a) não é obrigatória a previsão de aplicação de multa diária ou outras espécies de cominação para o caso de descumprimento das obrigações, admitindo-se, em casos excepcionais e devidamente fundamentados, a previsão de que esta cominação seja fixada judicialmente.

b) quando o acordo de não persecução civil versar sobre o ressarcimento de dano ao erário, o membro do Ministério Público ouvirá o ente lesado cuja aquiescência é requisito de validade do ajuste.

c) sem prejuízo do ressarcimento erário que deverá constar como cláusula obrigatória em todos os acordos de não persecução civil poderá ser contemplada a aplicação de pelo menos uma das demais sanções previstas na Lei Federal nº 8.429/1992.

d) o Ministério Público poderá requerer ao juiz a manutenção da confidencialidade do procedimento da negociação de acordo de não persecução civil e do próprio acordo em relação a terceiros até a homologação judicial do ajuste sendo vedada a sua manutenção após a homologação.

e) independentemente do momento em que for celebrado, deverá constar do acordo de não persecução civil previsão de que a eficácia do ajuste está condicionada à aprovação pelo órgão do Ministério Público competente para apreciar as promoções de arquivamento de inquéritos civis e à homologação judicial.

Comentários

Esta questão é passível de recurso, uma vez que a banca examinadora apresentou como correta a **letra A**, no entanto, a referida alternativa diverge da Resolução 306/2025. Na nossa perspectiva, a alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o acordo de não persecução cível na ação de improbidade.

A alternativa A está incorreta. A previsão de multa diária ou outras espécies de sanção para o caso de descumprimento é elemento obrigatório, conforme O art. 6º, XI da Resolução 306/2025 do Conselho Nacional do Ministério Público: “Art. 6º O instrumento que formalizar o acordo nos autos, por escrito, vinculará toda a instituição, e deverá conter os seguintes elementos: XI – previsão de aplicação de multa diária ou outras espécies de cominação para o caso de descumprimento das obrigações nos prazos assumidos, admitindo-se, em casos excepcionais e devidamente fundamentados, a previsão de que esta cominação seja fixada judicialmente, se necessária à execução do acordo, observado o disposto no artigo 5º da Resolução n.º 179/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público;”

A alternativa B está incorreta. A aquiescência do ente lesado não é requisito de validade do acordo de não persecução cível, conforme O art. 9º da Resolução 306/2025 do Conselho Nacional do Ministério Público: “O membro do Ministério Público ouvirá o ente lesado sobre a celebração do acordo de não persecução civil, não se exigindo, contudo, sua aquiescência como requisito de validade ou eficácia do ajuste.”

A alternativa C está correta. O art. 3º, *caput*, da Resolução 306/2025 do Conselho Nacional do Ministério Público, dispõe que acordo de não persecução civil poderá contemplar a aplicação de uma ou mais sanções da lei de improbidade administrativa, sem prejuízo do ressarcimento integral do dano causado: “ Art. 3º O acordo de não persecução civil poderá contemplar a aplicação de uma ou mais sanções previstas na Lei n.º 8.429/1992, bem como as condições necessárias para assegurar sua efetividade, sem prejuízo do ressarcimento integral do dano patrimonial e da perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente, quando houver.”

A alternativa D está incorreta. A confidencialidade poderá ser mantida mesmo após a homologação judicial do acordo de não persecução cível, quando for conveniente para a eficiência das investigações, conforme art. 8º, § 4º da Resolução 306/2025 do Conselho Nacional do Ministério Público: “ Art. 8º, § 4º O Ministério Público poderá requerer ao juiz a manutenção da confidencialidade do procedimento da negociação e do correspondente acordo em relação a terceiros mesmo após a homologação judicial do ajuste, quando conveniente para a eficiência das investigações.”

A alternativa E está incorreta. A eficácia do ajuste só estará condicionada à aprovação pelo órgão do Ministério Público competente para apreciar as promoções de arquivamento de inquéritos civis e à homologação judicial, se anterior ao ajuizamento da ação, conforme art. O art. 6º, XVII da Resolução 306/2025 do Conselho Nacional do Ministério Público: “Art. 6º O instrumento que formalizar o acordo nos autos, por escrito, vinculará toda a instituição, e deverá conter os seguintes elementos: XVII – previsão de que a eficácia do acordo estará sempre condicionada à homologação judicial e, se anterior

ao ajuizamento da ação, à aprovação pelo órgão do Ministério Público competente para apreciar as promoções de arquivamento de inquéritos civis;”

QUESTÃO 16. De acordo com a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, e suas alterações posteriores é correto afirmar que

a) a responsabilização de agente público por suas decisões ou opiniões técnicas depende da comprovação do dolo.

b) nas esferas administrativa, controladora e judicial, é proibido, em qualquer circunstância decidir com base em valores jurídicos abstratos.

c) a decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.

d) na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo desde que, sua conduta não configure desrespeito à lei.

e) a revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, bem como mudança posterior de orientação geral, podendo, nesse último caso, retroagir para invalidar situações constituídas com fundamento na orientação anterior que não se adequem à nova orientação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre disposições da LINB para a administração pública.

A alternativa A está incorreta. O agente público só responde por suas decisões ou opiniões técnicas em casos de dolo ou erro grosseiro, de acordo com o art. 28 da LINB: “Art. 28. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.”

A alternativa B está incorreta. Não há uma proibição absoluta, a LINB exige apenas que, caso haja decisões baseadas em valores abstratos, estas devem considerar as consequências práticas da decisão., conforme art. 20 da LINB: “Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.”

A alternativa C está correta. A Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos decorrentes do processo, conforme art. 27 da LINB: “Art. 27. A decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.”

A alternativa D está incorreta. A Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro não condiciona que a conduta do gestor configure desrespeito à lei para que sejam considerados os obstáculos, dificuldades e as exigências das políticas públicas, conforme art. 22 da LINB: “Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.”

A alternativa E está incorreta. A Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro veda que alterações posteriores de orientações gerais invalide situações constituídas, conforme art. 24 da LINB: “Art. 24. A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.”

QUESTÃO 17. De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações posteriores, é correto afirmar que

a) constitui superfaturamento, dentre outras situações, a prorrogação injustificada do prazo contratual, ainda que não implique em custos adicionais para a Administração.

b) o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até limite autorizado pela Administração, mas deverá apresentar documento que comprove a capacidade técnica do subcontratado.

c) na doação com encargo, não poderá ser dispensada a licitação e de seu instrumento constarão, obrigatoriamente, os encargos, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato.

d) na alienação de bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição tenha sido derivada de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento é exigida autorização legislativa, avaliação prévia e licitação na modalidade leilão.

e) nas alterações unilaterais pela Administração, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras de engenharia e reforma de edifício ou de equipamento, e, no caso de serviços e compras, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

A alternativa A está incorreta. Para que seja considerado superfaturamento é necessário que haja custos adicionais para a administração pública, conforme art. 6º, LVII, d, da lei nº 14.133/21: “Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: LVII - superfaturamento: dano provocado ao patrimônio da Administração, caracterizado, entre outras situações, por: d) outras alterações de cláusulas financeiras que gerem recebimentos contratuais antecipados, distorção do cronograma físico-financeiro,

prorrogação injustificada do prazo contratual com custos adicionais para a Administração ou reajuste irregular de preços;"

A alternativa B está correta. O contratado poderá fazer a subcontratação da obra, serviço ou fornecimento, dentro dos limites autorizados, e mediante comprovação da capacidade técnica do subcontratado, de acordo com a disposição do art. 122, §1º da Lei 14.133/21: "Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração. § 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente."

A alternativa C está incorreta. Na doação com encargo, a licitação poderá ser dispensada em casos de interesse público justificado, conforme art. 76, §6º da Lei 14.133/21: "Art. 76(...) § 6º A doação com encargo será licitada e de seu instrumento constarão, obrigatoriamente, os encargos, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato, dispensada a licitação em caso de interesse público devidamente justificado."

A alternativa D está incorreta. A alienação de bens imóveis da administração pública adquiridos por procedimento judicial ou por dação em pagamento é dispensada a autorização legislativa, conforme art. 76, §1º da Lei 14.133/21. "Art. 76(...) § 1º A alienação de bens imóveis da Administração Pública cuja aquisição tenha sido derivada de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento dispensará autorização legislativa e exigirá apenas avaliação prévia e licitação na modalidade leilão."

A alternativa E está incorreta. Devem ser suportadas pelo contratado as alterações unilaterais pela Administração de até 25% (vinte e cinco por cento) no caso de serviços e compras e, até 50% (cinquenta por cento) nas obras de engenharia e reforma de edifício ou de equipamento, conforme art. 125 da Lei 14.133/21: "Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento)."

QUESTÃO 18. Considerando a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações posteriores, é correto afirmar que

a) o credenciamento é uma das modalidades de licitação.

b) serviço de engenharia é toda atividade que acarrete alteração substancial das características originais de bem imóvel.

c) o credenciamento poderá ser usado nas hipóteses de contratação paralela e não excludente, desde que possível a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados.

d) o desatendimento de exigências formais relacionadas à qualificação do licitante ou à compreensão do conteúdo de sua proposta não importará no seu afastamento da licitação ou na

invalidação do processo desde que não comprometa a aferição de sua qualificação ou o conteúdo da proposta

e) a contratação de serviços de engenharia se dá por meio da empreitada por preço unitário, e a contratação de obras de engenharia, por meio da empreitada por preço global, podendo a contratação conjunta de obras e serviços de engenharia ocorrer por meio da empreitada integral.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

A alternativa A está incorreta. O credenciamento é um procedimento auxiliar da licitação, de acordo com o art. 78, I da Lei 14.133/21: “Art. 78. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei: I - credenciamento;”

A alternativa B está incorreta. Serviço de engenharia é a atividade destinada a alcançar certa utilidade de interesse para a Administração Pública e que seja privativa das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, conforme art. 6º, XXI da Lei 14.133/21: “Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:”

A alternativa C está incorreta. Não há condicionamento de contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, conforme art. 79, I da Lei 14.133/21: “Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação: I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;”

A alternativa D está correta. O desatendimento a exigências formais, não afasta o licitante e nem invalida o processo, se não houver comprometimento da qualificação do licitante ou da compreensão do conteúdo de sua proposta, conforme art. 12, III da Lei 14.133/21: “Art. 12. (...) III - o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;”

A alternativa E está incorreta. Qualquer das modalidades de empreitada podem ser utilizadas tanto para obras quanto para serviço, o que vai definir a modalidade é o tipo de objeto, dependendo de suas características e grau de definição.

QUESTÃO 19. De acordo com o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações posteriores, é correto afirmar que

a) a realização do chamamento público depende da prévia realização de Procedimento de Manifestação de Interesse Social.

b) a celebração de termo de colaboração ou de fomento será necessariamente precedida de chamamento público, o qual poderá ser dispensado apenas com relação à celebração de acordos de cooperação.

c) para celebrar termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação, as organizações da sociedade civil deverão possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante.

d) a prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e no termo de colaboração ou de fomento.

e) o ato de convocação do chamamento público para a celebração de parceria da administração pública com organização da sociedade civil não pode limitar a participação no chamamento público exclusivamente a concorrentes sediados ou com representação atuante e reconhecida na unidade da Federação onde será executado o objeto da parceria.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, conforme gabarito preliminar da banca. Porém esta questão é passível de recurso, uma vez que há duas alternativas corretas. A questão trata sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

A alternativa A está incorreta. A Lei veda o condicionamento de prévia realização de Procedimento de Manifestação de Interesse Social para realizar chamamento público ou a celebração de parceria, conforme art. 21, §3º da Lei nº 13.019/14: “É vedado condicionar a realização de chamamento público ou a celebração de parceria à prévia realização de Procedimento de Manifestação de Interesse Social.”

A alternativa B está incorreta. O chamamento público deve preceder a celebração de termo de colaboração ou de fomento, no entanto, há hipóteses prevista em lei que o dispensam, não sendo exceção apenas para o acordo de cooperação, conforme art. 24, da Lei nº 13.019/14: “Exceto nas hipóteses previstas nesta Lei, a celebração de termo de colaboração ou de fomento será precedida de chamamento público voltado a selecionar organizações da sociedade civil que tornem mais eficaz a execução do objeto.”

A alternativa C está correta. Para celebrar as parcerias previstas na Lei nº 13.019/14, as organizações devem ter experiência prévia na realização do objeto da parceria, conforme art. 33, V, b, da lei referida: “Para celebrar as parcerias previstas nesta Lei, as organizações da sociedade civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente: V - possuir: b) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;”

A alternativa D está correta. É a literalidade do Art. 64, § 4º Lei nº 13.019/14: “§A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e no termo de colaboração ou de fomento.”

A alternativa E está incorreta. É admitida a limitação da seleção de propostas de concorrentes sediados ou com representação atuante e reconhecida na unidade da Federação onde será executado o objeto da

parceria, conforme art. 24, § 2º, I da Lei nº 13.019/14: “É vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo em decorrência de qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto da parceria, admitidos: I - a seleção de propostas apresentadas exclusivamente por concorrentes sediados ou com representação atuante e reconhecida na unidade da Federação onde será executado o objeto da parceria;”

QUESTÃO 20. Sobre o regime jurídico dos agentes públicos considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que

a) caso se comprove que o servidor público atuou em desvio de função não fará jus à diferença salarial correspondente.

b) os servidores ocupantes de cargo em comissão se submetem à regra da aposentadoria compulsória por idade prevista na Constituição Federal.

c) servidores temporários fazem jus ao décimo-terceiro salário e a férias remuneradas não podendo a lei ou o contrato excluírem o direito ao recebimento dessas verbas.

d) é possível a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

e) as hipóteses excepcionais autorizadoras de acumulação de cargos públicos previstas na Constituição Federal sujeitam-se, unicamente, à existência de compatibilidade de horários, verificada no caso concreto, ainda que haja norma infraconstitucional que limite a jornada semanal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre o regime jurídico dos agentes públicos.

A alternativa A está incorreta. Conforme a Súmula 378 do STJ, o servidor público que atuar em desvio de função tem o direito de receber a diferença salarial de acordo com a função que efetivamente desempenhou: “Súmula 378 - Reconhecido o desvio de função, o servidor faz jus às diferenças salariais decorrentes.”

A alternativa B está incorreta. Ocupantes de cargo em comissão não se submetem as regras de aposentadoria compulsória, uma vez que, trata-se de cargos de livre nomeação e exoneração, conforme tese do STF no tema 763: “Os servidores ocupantes de cargo exclusivamente em comissão não se submetem à regra da aposentadoria compulsória prevista no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal, a qual atinge apenas os ocupantes de cargo de provimento efetivo, inexistindo, também, qualquer idade limite para fins de nomeação a cargo em comissão;(...)”

A alternativa C está incorreta. Servidores temporários só fazem jus ao décimo-terceiro salário e a férias remuneradas caso haja previsão em lei ou em contrato, conforme tese do STF no tema 551: “Servidores temporários não fazem jus a décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço

constitucional, salvo (I) expressa previsão legal e/ou contratual em sentido contrário, ou (II) comprovado desvirtuamento da contratação temporária pela Administração Pública, em razão de sucessivas e reiteradas renovações e/ou prorrogações.”

A alternativa D está incorreta. De acordo com a Emenda Constitucional nº 103/2019 que incluiu o § 9º ao Art.39, é vedada a incorporação de verbas de caráter temporário e de exercício de função de confiança ou de cargo em comissão a remuneração efetiva do servidor: “Art. 39 (...) § 9º É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.”

A alternativa E está correta. É a literalidade do Tema 1081 do STF: “As hipóteses excepcionais autorizadas de acumulação de cargos públicos previstas na Constituição Federal sujeitam-se, unicamente, a existência de compatibilidade de horários, verificada no caso concreto, ainda que haja norma infraconstitucional que limite a jornada semanal.”

QUESTÃO 21. A respeito da atuação do Ministério Público no Direito Eleitoral, em conformidade com as Resoluções n 23.604/2019, 23.607/2019 e 23.609/2019, todas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), como o Código Eleitoral, Lei nº9.504/1997 e sua e suas alterações legislativas, é correto afirmar que

a) Ministério Público Eleitoral poderá recorrer da decisão ainda que não tenha oferecido impugnação ao pedido de registro.

b) o ajuizamento de ação eleitoral por candidato ou partido político impede ação do Ministério Público no mesmo sentido, em nome dos princípios da celeridade e da autonomia partidária.

c) o Ministério Público participará de todas as fases eleitorais, desde a inscrição do eleitor até a diplomação, dispensada a abertura de vista nos processos de prestação de contas anuais de partidos sem movimentação financeira.

d) os crimes de calúnia eleitoral, difamação eleitoral e injúria eleitoral, previstos nos artigos 324, 325 e 326 do Código Eleitoral, não poderão ser objeto de denúncia pelo Ministério Público, em nome do princípio da disponibilidade pela vítima, pois atingem honra dos candidatos.

e) os feitos eleitorais, no período entre o registro das candidaturas até quinze dias após a diplomação, terão prioridade para a participação do Ministério Público e dos juízes de todas as Justiças e instâncias (ressalvados os processos de habeas corpus, mandado de segurança e ações criminais).

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. O Ministério Público Eleitoral (MPE) tem legitimidade autônoma para recorrer em processos eleitorais, mesmo que não tenha apresentado a impugnação inicial. No caso específico de registro de candidatura, a Resolução TSE nº 23.609/2019, em seu Art. 40, § 1º, prevê

expressamente que "O Ministério Público Eleitoral poderá recorrer da decisão, ainda que não tenha oferecido impugnação ao pedido de registro". Sua função como custos legis e fiscal da lei garante essa prerrogativa, visando a correta aplicação da legislação eleitoral.

Alternativa B está incorreta. O ajuizamento de ação eleitoral por candidato ou partido político não impede a ação do MPE no mesmo sentido. O MPE tem função fiscalizadora e de defesa da ordem jurídica e do regime democrático, podendo propor ações próprias, independente das iniciativas de terceiros, em nome do interesse público na higidez do processo eleitoral.

Alternativa C incorreta. Embora o MPE atue em todas as fases eleitorais, a afirmação sobre a dispensa de vista em processos de prestação de contas anuais de partidos sem movimentação financeira é incorreta. A Resolução TSE nº 23.604/2019, que trata da prestação de contas de partidos, no seu Art. 30, § 4º, estabelece que, mesmo nessas hipóteses, "O juízo eleitoral dará vista dos autos ao Ministério Público Eleitoral pelo prazo de 2 (dois) dias para parecer". O exame do MPE é essencial para garantir a regularidade formal e material das contas.

Alternativa D está incorreta. Os crimes de calúnia eleitoral (Art. 324), difamação eleitoral (Art. 325) e injúria eleitoral (Art. 326) do Código Eleitoral são crimes de ação penal pública condicionada à representação do ofendido, e não de ação privada. O Art. 355 do Código Eleitoral estabelece que "Nos crimes dos arts. 324, 325 e 326, a ação pública dependerá de representação do ofendido". Embora dependa da representação, a ação penal é promovida pelo Ministério Público, não havendo disponibilidade total pela vítima que impeça a denúncia após a representação. A redação da alternativa confunde a natureza da ação penal.

Alternativa E está incorreta. A prioridade dos feitos eleitorais está prevista no Art. 94-A da Lei nº 9.504/1997. O período de prioridade é "entre 15 de agosto do ano da eleição e a diplomação", e não o período citado na alternativa. Além disso, as ressalvas de prioridade para outras Justiças e instâncias não se aplicam aos processos de habeas corpus, mandado de segurança e ações criminais, que já possuem prioridade legal. A prioridade é para os feitos eleitorais, em geral.

QUESTÃO 22. Quanto ao registro de candidatura, de acordo com a Resolução nº 23.609, de 18 de dezembro de 2019 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e suas alterações posteriores, é correto afirmar que

a) a idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência data da posse salvo quando fixada em dezoito anos, hipótese em que tomará como base o dia da eleição dia do registro.

b) qualquer cidadão ou cidadão no gozo de seus direitos políticos pode, no prazo de 10 (dez) dias contados da publicação do edital relativo ao pedido de registro de candidatura, impugná-lo, por meio de advogado, em petição dirigida ao órgão competente da Justiça Eleitoral.

d) o Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP) será julgado antes das candidaturas que lhe são vinculadas, devendo o resultado daquele julgamento ser certificado nos autos dos processos das candidatas e dos candidatos, exceto no caso de eleições proporcionais.

d) cada partido político ou federação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máxima de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada gênero dentro do número de vagas para a eleição proporcional e/se indicar apenas duas candidaturas, a lista conterá uma feminina e uma masculina, para cumprimento da obrigação legal da cota de gênero.

e) é facultado aos partidos políticos e às federações, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações apenas para a eleição majoritária nos pleitos de âmbito estadual e municipal, no entanto é possível também fazê-lo para a eleição proporcional quanto aos cargos de deputado(a) federal por decisão do Diretório Nacional que conte com maioria absoluta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Alternativa A está incorreta. O Art. 11, § 2º, da Resolução TSE nº 23.609/2019 e o Art. 11, § 2º, da Lei nº 9.504/1997, estabelecem que a idade mínima é verificada na data da posse. A exceção não é a que está na alternativa, mas a referente ao alistamento eleitoral, que pode ser comprovado até a data final para o registro (alistamento: Art. 14, § 3º, V, da CF e Art. 11, § 1º, V, da Lei 9.504/97).

A alternativa B está incorreta. O Art. 37, caput, da Resolução TSE nº 23.609/2019, dispõe que o prazo para impugnação é de 5 (cinco) dias, contados da publicação do edital, e não 10 (dez) dias.

A alternativa C está incorreta. O Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP) será julgado antes das candidaturas a ele vinculadas (Art. 49, caput, da Resolução TSE nº 23.609/2019). No entanto, o resultado do julgamento do DRAP deve ser certificado nos autos dos processos de registro de todas as candidaturas vinculadas, inclusive nas eleições proporcionais, pois o deferimento do DRAP é pressuposto para o exame das candidaturas individuais (Art. 49, § 1º, da Resolução TSE nº 23.609/2019).

Alternativa D está correta. A Lei nº 9.504/1997, Art. 10, § 3º, e a Resolução TSE nº 23.609/2019, Art. 16, § 4º, estabelecem que, do número de vagas a preencher na eleição proporcional, cada partido ou federação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada gênero. A parte final da alternativa, sobre indicar apenas duas candidaturas (uma feminina e uma masculina), é uma aplicação direta dessa regra, pois, em duas candidaturas, a proporção de 50% para cada gênero está dentro do limite legal (mínimo de 30% e máximo de 70%).

A alternativa E está incorreta. O Art. 11, § 1º, da Lei nº 9.504/1997, alterado pela Lei nº 14.211/2021, veda a celebração de coligações nas eleições proporcionais (para Deputados Federais, Estaduais ou Distritais e Vereadores) em todos os âmbitos (federal, estadual e municipal). A coligação é permitida apenas para as eleições majoritárias. Não há exceção por decisão do Diretório Nacional para eleição proporcional.

QUESTÃO 23. De acordo com a normativa eleitoral brasileira e as súmulas vigentes da Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é correto afirmar que

a) o prazo para ajuizamento da representação contra doação de campanha acima do limite legal é de 180 dias, contados da data da diplomação.

b) nas ações que visem à cassação de registro diploma ou mandato há litisconsórcio passivo.

c) a decisão que julga não prestadas as contas de campanha impede candidato de obter a certidão necessário entre o candidato e a agremiação partidária ou federação a que se vincule de quitação eleitoral durante o curso do mandato ao qual concorreu, persistindo esses efeitos, esse período, até a efetiva apresentação das contas.

d) o uso de estrutura empresarial para constranger ou coagir pessoas empregadas, funcionárias ou trabalhadoras, aproveitando-se de sua dependência econômica, com vistas à obtenção de vantagem eleitoral, conhecido como assédio eleitoral, pode configurar abuso do poder econômico ou fraude, passível de representação por conduta vedada

e) o crime de violência política de gênero, previsto no art. 326-B do Código Eleitoral, configura-se quando as condutas ali descritas são praticadas com a finalidade de impedir ou dificultar a campanha eleitoral de apenas do sexo feminino, podendo ser vítimas também as detentoras de mandato eletivo, mas apenas quando estas forem gestantes, idosas ou pessoas com deficiência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. O prazo para o ajuizamento da representação por doação acima do limite legal, nos termos do Art. 23, § 3º, da Lei nº 9.504/1997 e do Art. 83, § 3º, da Resolução TSE nº 23.607/2019, é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da diplomação. A redação da alternativa está correta, mas há um erro de digitação/formatação que a torna confusa. No entanto, é importante notar que a Súmula TSE nº 73 estabelece: "O prazo para ajuizamento da representação por arrecadação e gastos ilícitos de recursos, prevista no art. 30-A da Lei nº 9.504/97, é de 15 (quinze) dias contados da diplomação". É provável que o examinador quisesse tratar do art. 30-A (Súmula 73), ou que a alternativa C seja a única correta. Considerando a alternativa C como a correta pelo gabarito, analisemos as demais.

A Alternativa B está incorreta. Nas ações que visem à cassação de registro, diploma ou mandato (AIJE, AIME, Representação por conduta vedada do Art. 73 da Lei nº 9.504/97), o litisconsórcio passivo é obrigatório entre o candidato e o vice/suplente (se houver), mas não entre o candidato e a agremiação partidária ou federação a que se vincule. O partido não é litisconsorte passivo necessário. O Art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/97, e a jurisprudência (ex: STF, ADPF 429) consolidaram o litisconsórcio passivo necessário apenas entre o titular e o vice/suplente.

A alternativa C está correta. A Súmula TSE nº 77 estabelece: "A decisão que julga não prestadas as contas de campanha impede o candidato de obter a certidão de quitação eleitoral durante o curso do mandato ao qual concorreu, persistindo esses efeitos, após esse período, até a efetiva apresentação das contas". Esta afirmação está em perfeita consonância com a Súmula e com o Art. 80, § 1º, III, da Resolução TSE nº 23.607/2019, sendo a única afirmação inequivocamente correta.

A alternativa D está incorreta. O assédio eleitoral é o uso da estrutura empresarial (ou de qualquer poder) para coagir ou constranger empregados visando à vantagem eleitoral. Essa conduta pode

configurar abuso do poder econômico (Art. 22 da LC nº 64/90), captação ilícita de sufrágio (Art. 41-A da Lei nº 9.504/97) ou crime eleitoral (Art. 301 do Código Eleitoral - uso de violência ou grave ameaça). A representação por conduta vedada (Art. 73 da Lei nº 9.504/97) aplica-se apenas a agentes públicos, sendo, portanto, incorreta a parte final da alternativa ao enquadrar o assédio eleitoral empresarial como representação por conduta vedada.

A alternativa E está incorreta. O crime de violência política de gênero (Art. 326-B do Código Eleitoral) configura-se quando as condutas são praticadas com o fim de impedir ou dificultar o exercício de direitos políticos de mulheres, seja na campanha, no exercício do mandato ou na função pública eleitoral. O crime atinge qualquer mulher, independentemente de ser gestante, idosa ou pessoa com deficiência. Tais condições não são requisitos do tipo penal.

QUESTÃO 24. Sobre propaganda eleitoral, de acordo com a Resolução nº 23.610 de 18 de dezembro de 2019, de Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e suas alterações posteriores, é correto afirmar que

- a) o impulsionamento pago de conteúdo político-eleitoral é vedado durante a pré-campanha.**
- b) na hipótese de derrame de material de propaganda no local de votação realizado na véspera ou no dia da eleição, a representação por propaganda eleitoral irregular poderá ser ajuizada até a data da diplomação.**
- c) não se considerará propaganda antecipada passível de multa aquela divulgada extemporaneamente, se não tiver gerado despesas, menos se a mensagem contiver pedido explícito de voto ou se veicular conteúdo eleitoral em local vedado.**
- d) quando a propaganda eleitoral na internet veicular fatos notoriamente inverídicos ou gravemente descontextualizados sobre o sistema eletrônico de votação processo eleitoral ou a Justiça Eleitoral as juízas e os juízes eleitorais ficarão vinculados no exercício do poder de polícia e nas representações as decisões colegiadas, do Tribunal Superior Eleitoral sobre a mesma matéria nas quais tenha sido determinada a remoção ou a manutenção de conteúdos idênticos.**
- e) nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do poder público, ou que a ele pertençam, e nos bens de uso comum, é vedada a veiculação de propaganda eleitoral de qualquer natureza inclusive pichação, inscrição a tinta e exposição de placas, standartes, faixas, cavaletes, bonecos e assemelhados, exceto se houver autorização do Poder Público Municipal, concedida por alvará específico**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. O Art. 3º da Resolução TSE nº 23.610/2019 estabelece que a propaganda eleitoral só é permitida após o dia 15 de agosto (Art. 36, caput, da Lei nº 9.504/97). No entanto, a lei (Art. 36-A, caput, da Lei nº 9.504/97, e Art. 2º da Resolução) permite diversos atos de pré-campanha,

inclusive o impulsionamento pago de conteúdo, desde que não haja pedido explícito de voto, nos termos da Lei nº 9.504/97, Art. 36-A, VI, e Resolução nº 23.610/2019, Art. 2º, VI.

A alternativa B está incorreta. A representação por propaganda eleitoral irregular (Art. 37, § 4º, da Lei nº 9.504/97) deve ser ajuizada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do conhecimento do fato, ou, no caso do derrame de material (Art. 39, § 8º, da Lei nº 9.504/97), no prazo máximo de 5 (cinco) dias da eleição (Art. 30, § 5º, da Resolução TSE nº 23.610/2019). Ajuizar até a diplomação é um prazo incorreto e excessivamente longo para este tipo de ilícito.

A alternativa C está incorreta. A propaganda antecipada (Art. 36-A, Lei nº 9.504/97) é punida com multa se contiver pedido explícito de voto (Art. 36, § 3º, da Lei nº 9.504/97). A vedação de propaganda antecipada se aplica independentemente de ter gerado despesas (Art. 6º da Resolução TSE nº 23.610/2019). A alternativa nega a multa sob a condição de que não tenha gerado despesas, o que é falso. O que a lei veda (e pune com multa) é o pedido explícito de voto, independentemente da despesa.

A alternativa D Está incorreta. O Art. 9º-A, § 2º, da Resolução TSE nº 23.610/2019 (incluído pela Emenda 1/2022) estabelece que, em relação à veiculação de fatos notadamente inverídicos ou gravemente descontextualizados sobre o sistema eletrônico de votação, processo eleitoral ou a Justiça Eleitoral, os juízes eleitorais, no exercício do poder de polícia e nas representações, ficarão vinculados às decisões colegiadas do TSE sobre a mesma matéria nas quais tenha sido determinada a remoção ou a manutenção de conteúdos idênticos. Esta norma visa à uniformidade de entendimentos sobre a integridade do processo eleitoral.

A alternativa E está incorreta. O Art. 37 da Lei nº 9.504/1997 e o Art. 24 da Resolução TSE nº 23.610/2019 vedam a propaganda eleitoral nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do poder público, ou que a ele pertençam, e nos bens de uso comum (pontos de ônibus, postes, passarelas, etc.), sem exceção para autorização municipal. A lei é clara ao vedar a veiculação em tais locais, sendo a autorização municipal irrelevante.

QUESTÃO 25. Em relação aos ilícitos eleitorais e às ações para preveni-los ou puni-los, de acordo com as Resoluções nº 23.608, de 18 de dezembro de 2019, e 23.735, de 27 de fevereiro de 2024, ambas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e suas respectivas alterações posteriores, é correto afirmar que

a) é proibido a candidata ou candidato, nos 120 dias que precedem a eleição, promover inaugurações de obras públicas ou até mesmo comparecer aos locais em que estejam ocorrendo.

b) as representações relativas à arrecadação e gastos de recursos ilícitos previstas no art. 30-A da Lei nº 9.504/1997 e suas alterações posteriores, poderão ser propostas até 15 (quinze) dias da diplomação.

c) para a caracterização da captação de sufrágio, é obrigatório pedido explícito de votos feito diretamente pela candidata ou pelo candidato, não sendo admitida a evidência do dolo, consistente apenas no especial fim de agir, nem a prática do Ilícito por interposta pessoa.

d) na ação de investigação judicial eleitoral, a procedência do pedido acarreta a cassação do registro ou do diploma do(a) candidato(a), a consequente anulação dos votos, a inelegibilidade por 8 (oto) anos, a recomposição do erário e a possibilidade de suspensão do registro ou anotação do órgão partidário.

e) configura fraude a cota de gênero a negligência do partido político ou da federação na apresentação e no pedido de registro de candidaturas femininas, revelada por fatores, como a inviabilidade jurídica patente da candidatura, a inércia em sanar pendência documental e a inscrição de pessoas transgêneras.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O Art. 77 da Lei nº 9.504/1997 estabelece que nos 3 (três) meses que antecedem a eleição (e não 120 dias), é proibido a candidatos comparecer a inaugurações de obras públicas. É permitido o comparecimento a eventos cívicos, no entanto. A Resolução TSE nº 23.608/2019, Art. 83, repete o prazo de 3 (três) meses.

A alternativa B está correta. As representações relativas à arrecadação e gastos de recursos ilícitos (Art. 30-A da Lei nº 9.504/1997), também conhecida como Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) por captação ou gastos ilícitos de recursos, poderão ser propostas até 15 (quinze) dias da diplomação. Este prazo está previsto no Art. 30-A, § 2º, da Lei nº 9.504/1997 e no Art. 8º da Resolução TSE nº 23.735/2024 (AIJE). Além disso, a Súmula TSE nº 73 reforça: "O prazo para ajuizamento da representação por arrecadação e gastos ilícitos de recursos, prevista no art. 30-A da Lei nº 9.504/97, é de 15 (quinze) dias contados da diplomação".

A alternativa C está incorreta. O ilícito de captação ilícita de sufrágio (Art. 41-A da Lei nº 9.504/1997) exige o dolo específico (o especial fim de agir), mas não é obrigatório o pedido explícito de votos feito diretamente pelo candidato. O dolo pode ser evidenciado por meio de circunstâncias fáticas, e a prática do ilícito pode ser realizada por interposta pessoa (terceiros agindo em nome do candidato), conforme jurisprudência pacificada do TSE. A Resolução TSE nº 23.735/2024, Art. 2º, § 1º, reforça a possibilidade de o ilícito ser praticado por interposta pessoa.

A alternativa D está incorreta. A procedência da Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE - Art. 22 da LC nº 64/90) acarreta a cassação do registro ou do diploma (e a consequente anulação dos votos), a inelegibilidade por 8 (oito) anos. No entanto, a sanção de recomposição do erário e a suspensão do registro ou anotação do órgão partidário não estão previstas na Lei Complementar nº 64/90 como consequências diretas e automáticas da procedência da AIJE. A recomposição do erário, por exemplo, é sanção de ações cíveis, e a suspensão do registro partidário não é consequência imediata e típica da AIJE.

A alternativa E está incorreta. A fraude à cota de gênero (Art. 10, § 3º, da Lei nº 9.504/97) configura-se por meio de diversos indícios que demonstrem que a candidatura feminina não foi real, mas sim "laranja" (Art. 18, §§ 7º e 8º, da Resolução TSE nº 23.609/2019). A inscrição de pessoas transgêneras (mulheres trans) não configura fraude à cota de gênero. Ao contrário, as mulheres trans são computadas para o preenchimento da cota de gênero feminino, conforme Resolução TSE nº 23.609/2019, Art. 16, § 4º-A.

QUESTÃO 26. A tomada de decisão apoiada é instituto jurídico destinado às pessoas com deficiência, pelo qual lhes é oferecido apoio para a tomada de decisão sobre atos da vida civil, mediante o fornecimento de elementos e informações necessários para que possam exercer sua capacidade civil.

Considerando a disciplina legal do instituto da tomada de decisão apoiada no Código Civil, Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e suas alterações posteriores, é correto afirmar que

a) o pedido inicial deverá ser instruído com o termo de apoio e com a indicação de pelo menos um apoiador.

b) o rol de legitimados para deflagrar o pedido de tomada de decisão apoiada é o mesmo previsto para a curatela.

c) Se aplicam a tomada de decisão apoiada, no que couber, as disposições referentes à prestação de contas da curatela.

d) o processo de tomada de decisão apoiada obedece ao procedimento de jurisdição voluntária, a menos que seja requerido extrajudicialmente.

e) quando se trata de instituto direcionado a pessoas capazes, não há obrigatoriedade de participação do Ministério Público no processo de tomada de decisão apoiada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da tomada de decisão apoiada.

A alternativa A está incorreta. O pedido da tomada de decisão apoiada deverá ser instruído com o termo de apoio e com a indicação de pelo menos dois apoiadores. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 1.783-A. A tomada de decisão apoiada é o processo pelo qual a pessoa com deficiência elege pelo menos 2 (duas) pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade”.

A alternativa B está incorreta. O rol de legitimados para deflagrar o pedido de tomada de decisão apoiada, não é o mesmo que na curatela. Veja que o pedido de tomada de decisão apoiada será requerido pela pessoa a ser apoiada, nos termos do CC/2002: “Art. 1.783-A. §2 O pedido de tomada de decisão apoiada será requerido pela pessoa a ser apoiada, com indicação expressa das pessoas aptas a prestarem o apoio previsto no caput deste artigo”.

A alternativa C está correta, nos termos do CC/2002: “Art. 1.783-A. § 11. Aplicam-se à tomada de decisão apoiada, no que couber, as disposições referentes à prestação de contas na curatela”.

A alternativa D está incorreta. De fato, é um procedimento de jurisdição voluntária, pois não envolve um conflito entre partes adversárias. Porém, a lei não traz a possibilidade de solicitar à tomada de decisão apoiada por meio extrajudicial. Segundo a lei em vigor, somente será possível por meio judicial.

A alternativa E está incorreta, já que o procedimento para a solicitação da tomada de decisão apoiada exige a participação do MP, nos termos do CC/2002: “Art. 1.783-A. § 3º Antes de se pronunciar sobre o pedido de tomada de decisão apoiada, o juiz, assistido por equipe multidisciplinar, após oitiva do Ministério Público, ouvirá pessoalmente o requerente e as pessoas que lhe prestarão apoio.

QUESTÃO 27. O conceito multidimensional de pessoa com deficiência leva em consideração os impedimentos corporais de longo prazo que, em interação com uma ou mais barreiras resultam no prejuízo do exercício de direitos fundamentais em situação de igualdade com as demais pessoas. Considerando as espécies de barreiras expressamente disciplinadas no art. 3º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei no 13.146, 06 de julho de 2015, analise as assertivas a seguir.

I. As barreiras atitudinais são atitudes ou comportamentos que impedem ou prejudicam a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.

II. As barreiras políticas são as que evidenciam a falta de poder de pressão de certos grupos de pessoas com deficiência no tocante à aprovação de atos administrativos ou legislativos que atendam aos seus interesses.

III. As barreiras tecnológicas são as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias.

De acordo com a Lei no 13.146/2015 e suas alterações posteriores, é correto afirmar que

- a) está correta somente a assertiva I.**
- b) está correta somente a assertiva II.**
- c) estão corretas somente as assertivas I e III.**
- d) estão corretas somente as assertivas I e II.**
- e) estão corretas somente as assertivas II e III.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O Item I está correto, nos termos da Lei nº 13.146/2015: “Art. 3. e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;”.

O Item II está incorreto, pois esse tipo de barreira não existe no âmbito do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O Item III está correto, nos termos da Lei nº 13.146/2015: “Art. 3. f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;”.

QUESTÃO 28. O Promotor de Justiça Vitório, titular da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cruz das Almas/BA, cidade onde tinha domicílio civil, faleceu em 20/02/2022, em razão de um acidente automobilístico ocorrido no Município de Estância/SE, onde passava suas férias. Considerando que todos os bens imóveis de Vitório se situavam em Salvador/BA e que o seu inventário foi aberto em 25/05/2024, é correto afirmar que a transmissão patrimonial hereditária ocorreu no momento:

- a) da morte de Vitório, em 20/02/2022 e sua sucessão abriu-se em Cruz das Almas/BA, local de seu último domicílio.
- b) da morte de Vitório, em 20/02/2022 e sua sucessão abriu-se em Estância/SE, local do falecimento.
- c) da abertura do inventário, em 25/05/2024, e sua sucessão abriu-se em Estância/SE, local do falecimento.
- d) da morte de Vitório, em 20/02/2022/e sua sucessão abriu-se em Salvador/BA, local da situação dos bens imóveis.
- e) da abertura do inventário, em 25/05/2024, e sua sucessão abriu-se em Salvador/BA, local da situação dos bens imóveis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata de sucessões.

A alternativa A está correta. A transmissão patrimonial hereditária ocorreu no momento da morte de Vitório, em 20/02/2022 e sua sucessão abriu-se em Cruz das Almas/BA, local de seu último domicílio. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 1.784. Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários. Art. 1.785. A sucessão abre-se no lugar do último domicílio do falecido”.

QUESTÃO 29. Analise as assertivas a seguir:

I. Nos termos da Lei 10.216/2001, que dispõe sobre a saúde mental e os direitos das pessoas com transtornos mentais, considera-se internação psiquiátrica compulsória, aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro,

II. De acordo com a Lei 9.434/1997, a retirada post mortem de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano destinados a transplante ou a tratamento deverá ser precedida de diagnóstico de morte encefálica constatada e registrada por dois médicos não participantes das equipes de remoção

e transplante, mediante a utilização de critérios clínicos e tecnológicos definidos por resolução do Conselho Federal de Medicina. Observados tais parâmetros, é possível a remoção post mortem de tecidos, órgãos ou partes do corpo de pessoas, inclusive quando não for possível a identificação civil da pessoa falecida.

III. De acordo com a Lei 11.105/2005, é permitida, para fins de pesquisa e terapia, a utilização de células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização in vitro e não utilizados no respectivo procedimento, se os embriões estiverem congelados há pelo menos três anos e desde que haja o consentimento dos genitores.

Sobre as assertivas, é correto afirmar que

a) a assertiva II está correta.

b) a assertiva III está correta.

c) as assertivas I e II estão corretas.

d) As assertivas I e III estão corretas.

e) as assertivas II e III estão corretas

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata de direito da saúde.

O Item I está incorreto, pois a internação compulsória é aquela determinada pela Justiça, nos termos da Lei 10.216/2001: “Art. 6. A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos. III - internação compulsória: aquela determinada pela Justiça”.

O Item II está incorreto, pois é vedada a remoção post mortem de tecidos, órgãos ou partes do corpo de pessoas não identificadas, nos termos da Lei 9.434/1997: “Art. 3º A retirada post mortem de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano destinados a transplante ou tratamento deverá ser precedida de diagnóstico de morte encefálica, constatada e registrada por dois médicos não participantes das equipes de remoção e transplante, mediante a utilização de critérios clínicos e tecnológicos definidos por resolução do Conselho Federal de Medicina. Art. 6º É vedada a remoção post mortem de tecidos, órgãos ou partes do corpo de pessoas não identificadas”.

O Item III está correto, já que dispõe a literalidade da Lei 11.105/2005: “Art. 5º É permitida, para fins de pesquisa e terapia, a utilização de células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização in vitro e não utilizados no respectivo procedimento, atendidas as seguintes condições: I – sejam embriões inviáveis; ou II – sejam embriões congelados há 3 (três) anos ou mais, na data da publicação desta Lei, ou que, já congelados na data da publicação desta Lei, depois de completarem 3 (três) anos, contados a partir da data de congelamento. § 1º Em qualquer caso, é necessário o consentimento dos genitores”.

QUESTÃO 30. Considere as situações jurídicas a seguir:

I - Leandro, 16 anos, brasileiro nato, casado.

II - Jesuína, 85 anos, brasileira nata, viúva.

III - Letícia, 25 anos, brasileira nata, pessoa com deficiência intelectual.

Com base nas informações acima, de acordo com o Código Civil e o Estatuto da Pessoa com Deficiência é correto afirmar que

a) apenas Leandro é plenamente capaz.

b) Leandro, Jesuína e Letícia gozam de capacidade plena.

c) a capacidade de Jesuína depende do regime matrimonial.

d) apenas sobre Letícia pesa presunção de incapacidade relativa,

e) a capacidade de Leandro depende de não ter havido a necessidade de suprimento judicial da autorização para o seu casamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da capacidade civil. Analisemos a capacidade civil das três pessoas mencionadas na questão:

I. Leandro, 16 anos, brasileiro nato, casado.

Nos termos do CC/2002, a incapacidade de Leandro cessou pelo casamento: “Art. 5 A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade: II - pelo casamento;”.

II. Jesuína, 85 anos, brasileira nata, viúva.

Nos termos do CC/2002, a menoridade cessa aos dezoito anos completos, que é quando a pessoa se torna plenamente capaz. Veja que o enunciado da questão não traz nenhuma informação que nos faça acreditar que a Jesuína tenha algum problema mental, por tanto, ao ser maior de idade, é plenamente capaz: “Art. 5. A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil”.

III. Letícia, 25 anos, brasileira nata, pessoa com deficiência intelectual.

A pessoa portadora de deficiência intelectual não é mais considerada incapaz ou relativamente incapazes. Por tanto, Letícia é plenamente capaz. Veja quem são os incapazes ou relativamente incapazes nos termos do CC/2002: “Art. 3. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos. Art. 4. São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer: I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos; II - os ébrios

habituais e os viciados em tóxico; III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; IV - os pródigos”.

Portanto, a alternativa B está correta, já que Leandro, Jesuína e Letícia gozam de capacidade plena.

QUESTÃO 31. Acerca da responsabilidade civil, é correto afirmar que

a) segundo entendimento jurisprudencial, não é possível a cumulação de pedido de reparação de dano moral coletivo e de dano social pelo mesmo legitimado ativo.

b) se considera abusiva a prática de cancelamento de voos por concessionária de transporte aéreo sem comprovação, de razões técnicas ou de segurança podendo ensejar a reparação por dano moral coletivo.

c) não se enquadra na teoria da perda de uma chance o descumprimento contratual por clínica de coleta de material genético, que não compareceu ao parto para coletar o cordão umbilical do recém-nascido, impossibilitando-o de utilizar o material para eventual futura necessidade de tratamento de saúde.

d) o dano social consiste em lesões ao patamar de vida da sociedade, tanto por rebaixamento do nível de segurança social, quanto por diminuição de sua qualidade de vida. As vítimas do dano social são indeterminadas ou indetermináveis e a legitimidade ativa para pleitear a reparação é ampla, cabendo a qualquer pessoa que demonstre interesse jurídico.

e) na responsabilidade civil por perda de uma chance, o fato indenizável é a frustração da oportunidade, a chance perdida, que decorre de um fato antijurídico. Verifica-se quando o agente, por seu ato, interrompe o curso natural ou ordinário de um processo que poderia resultar, em favor de outra pessoa, na obtenção de um lucro, ou o afastamento de um prejuízo. O dano indenizável equivale ao valor da vantagem que a vítima provavelmente alcançaria, se não fosse a chance interrompida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da responsabilidade civil.

A alternativa A está incorreta, pois é uma espécie autônoma de dano, por tanto, é possível a cumulação de pedido de reparação de dano moral coletivo e de dano social pelo mesmo legitimado ativo. Veja jurisprudência nesse sentido: “O dano social é uma nova espécie de dano reparável, que não se confunde com os danos materiais, morais e estéticos, e que decorre de comportamentos socialmente reprováveis, que diminuem o nível social de tranquilidade. Em uma ação individual, o juiz condenou o réu ao pagamento de danos morais e, de ofício, determinou que pagasse também danos sociais em favor de uma instituição de caridade. O STJ entendeu que essa decisão é nula, por ser “extra petita”. Para que haja condenação por dano social, é indispensável que haja pedido expresso. Vale ressaltar, no entanto, que, no caso concreto, mesmo que houvesse pedido de condenação em danos sociais na demanda em exame, o pleito não poderia ter sido julgado procedente, pois esbarraria na ausência de legitimidade para postulá-lo. Isso porque, na visão do STJ, a condenação por danos sociais somente pode ocorrer em

demandas coletivas e, portanto, apenas os legitimados para a propositura de ações coletivas poderiam pleitear danos sociais. Em suma, não é possível discutir danos sociais em ação individual. STJ. 2ª Seção. Rcl 12062-GO, Rel. Ministro Raul Araújo, julgado em 12/11/2014 (recurso repetitivo) (Info 552)".

A alternativa B está correta, pois se considera abusiva a prática de cancelamento de voos por concessionária de transporte aéreo sem comprovação, de razões técnicas ou de segurança podendo ensejar a reparação por dano moral coletivo. Veja o que dispõe a jurisprudência neste sentido: "O transporte aéreo é serviço essencial e pressupõe continuidade. Considera-se prática abusiva o cancelamento de voos sem razões técnicas ou de segurança inequívocas. Também é prática abusiva o descumprimento do dever de informar o consumidor, por escrito e justificadamente, quando tais cancelamentos vierem a ocorrer. Nas ações coletivas ou individuais, a agência reguladora não integra o feito em litisconsórcio passivo quando se discute a relação de consumo entre concessionária e consumidores, e não a regulamentação emanada do ente regulador. STJ. 2ª Turma. REsp 1469087-AC, Rel. Min. Humberto Martins, julgado em 18/8/2016 (Info 593).

A alternativa C está incorreta, pois se enquadra na teoria da perda de uma chance o descumprimento contratual por clínica de coleta de material genético, que não compareceu ao parto para coletar o cordão umbilical do recém-nascido. Veja: "RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. PERDA DE UMA CHANCE. DESCUMPRIMENTO DE CONTRATO DE COLETA DE CÉLULAS-TRONCO EMBRIONÁRIAS DO CORDÃO UMBILICAL DO RECÉM-NASCIDO. NÃO COMPARECIMENTO AO HOSPITAL. LEGITIMIDADE DA CRIANÇA PREJUDICADA. DANO EXTRAPATRIMONIAL CARACTERIZADO. 1. Demanda indenizatória movida contra empresa especializada em coleta e armazenagem de células tronco embrionárias, em face da falha na prestação de serviço caracterizada pela ausência de prepostos no momento do parto. 2. Legitimidade do recém-nascido, pois "as crianças, mesmo da mais tenra idade, fazem jus à proteção irrestrita dos direitos da personalidade, entre os quais se inclui o direito à integralidade mental, assegurada a indenização pelo dano moral decorrente de sua violação" (REsp. 1.037.759/RJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/02/2010, DJe 05/03/2010). 3. A teoria da perda de uma chance aplica-se quando o evento danoso acarreta para alguém a frustração da chance de obter um proveito determinado ou de evitar uma perda. 4. Não se exige a comprovação da existência do dano final, bastando prova da certeza da chance perdida, pois esta é o objeto de reparação. 5. Caracterização de dano extrapatrimonial para criança que tem frustrada a chance de ter suas células embrionárias colhidas e armazenadas para, se for preciso, no futuro, fazer uso em tratamento de saúde. 6. Arbitramento de indenização pelo dano extrapatrimonial sofrido pela criança prejudicada. 7. Doutrina e jurisprudência acerca do tema. 8. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (REsp 1291247/RJ, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/08/2014, DJe 01/10/2014).

A alternativa D está incorreta, pois não é qualquer pessoa com interesse jurídico que pode entrar com a demanda. A condenação por danos sociais somente pode ocorrer em demandas coletivas e, portanto, apenas os legitimados para a propositura de ações coletivas poderiam pleitear danos sociais. Em suma, não é possível discutir danos sociais em ação individual. Veja jurisprudência nesse sentido: "O dano social é uma nova espécie de dano reparável, que não se confunde com os danos materiais, morais e estéticos, e que decorre de comportamentos socialmente reprováveis, que diminuem o nível social de tranquilidade. Em uma ação individual, o juiz condenou o réu ao pagamento de danos morais e, de ofício, determinou que pagasse também danos sociais em favor de uma instituição de caridade. O STJ entendeu que essa decisão é nula, por ser "extra petita". Para que haja condenação por dano social, é indispensável que haja pedido expresse. Vale ressaltar, no entanto, que, no caso concreto, mesmo que houvesse pedido de condenação em danos sociais na demanda em exame, o pleito não poderia ter sido julgado procedente, pois esbarraria na ausência de legitimidade para postulá-lo. Isso porque, na visão do STJ, a

condenação por danos sociais somente pode ocorrer em demandas coletivas e, portanto, apenas os legitimados para a propositura de ações coletivas poderiam pleitear danos sociais. Em suma, não é possível discutir danos sociais em ação individual. STJ. 2ª Seção. Rcl 12062-GO, Rel. Ministro Raul Araújo, julgado em 12/11/2014 (recurso repetitivo) (Info 552)".

A alternativa E está incorreta. A indenização por perda de uma chance é a reparação do valor da vantagem que a vítima provavelmente alcançaria, e não do dano final caso a chance se concretizasse. O valor a ser pago não é o da vantagem esperada, mas sim um percentual proporcional a essa possibilidade, aplicado em uma situação em que a conduta de outrem frustrou uma oportunidade real e concreta. No REsp 1.291.247, o Ministro Paulo de Tarso Severino afirma: "Na perda de uma chance, há também prejuízo certo, e não apenas hipotético, situando-se a certeza na probabilidade de obtenção de um benefício frustrado por força do evento danoso. Repara-se a chance perdida, e não o dano final".

QUESTÃO 32. "O direito das famílias pode ser sintetizado como o conjunto de normas que regem uma pluralidade de pessoas nas relações de ordem existencial e patrimonial, unidas pelo afeto e estabelecidas a partir de um núcleo social relativamente pequeno, despersonalizado e sem capacidade processual denominado de família (GABURRI, 2025.p.17).

Sobre o entendimento jurisprudencial no direito das famílias e sua regulação pelo Código Civil é correto afirmar que

a) se sujeita ao prazo prescricional decenal o direito de os divorciados pleitearem a partilha de bens, a contar da data da separação de fato.

b) a separação judicial ou extrajudicial não é requisito para a decretação do divórcio, tampouco subsiste no ordenamento jurídico como instituto autônomo.

c) no casamento envolvendo pessoa maior de 70 anos, o regime de separação de bens, previsto no art. 1.642, II do Código Civil, pode ser afastado por expressa manifestação de vontade das partes, mediante escritura pública ou por escrito particular.

d) é nulo de pleno direito o casamento contraído em prejuízo de qualquer dos impedimentos do art. 1.521 do Código Civil. A decretação judicial de nulidade gera efeitos retroativos à data da celebração, independentemente de um ou ambos os cônjuges estarem de boa-fé.

e) é possível o reconhecimento do vínculo paterno-filial com os pais biológicos, sem o desfazimento do vínculo já existente com os pais socioafetivos. Neste contexto de multiparentalidade da paternidade biológica, não surgirão relações jurídicas de natureza alimentícia e sucessória, enquanto subsistir o vínculo socioafetivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do direito de família.

A alternativa A está incorreta, já que no REsp 1.817.812/SP, se decidiu que não existe prazo para pedir a partilha dos bens que não foram divididos no momento do divórcio. A partilha é um direito potestativo

que pode ser exercido a qualquer tempo, mesmo após o divórcio, não havendo prazo para que seja solicitada.

A alternativa B está correta, pois a separação judicial ou extrajudicial não é requisito para a decretação do divórcio, tampouco subsiste no ordenamento jurídico como instituto autônomo. Veja entendimento jurisprudencial neste sentido: “Com o advento da EC 66/2010, a separação judicial deixou de ser um requisito para o divórcio, bem como uma figura autônoma no ordenamento jurídico brasileiro. Por essa razão, as normas do Código Civil que tratam da separação judicial perderam sua validade, a partir dessa alteração constitucional, o que permite que as pessoas se divorciem, desde então, a qualquer momento. Tese fixada: Após a promulgação da EC nº 66/2010, a separação judicial não é mais requisito para o divórcio nem subsiste como figura autônoma no ordenamento jurídico. Sem prejuízo, preserva-se o estado civil das pessoas que já estão separadas, por decisão judicial ou escritura pública, por se tratar de ato jurídico perfeito (art. 5º, XXXVI, da CF). STF. Plenário. RE 1.167.478/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 8/11/2023 (Repercussão - Tema 1053) (Info 1116)”.

A alternativa C está incorreta, já que acerca do regime de bens envolvendo as pessoas maiores de 70 anos, o STF – em sede de repercussão geral (ARE 1.309.642/SP, 02/02/24) – fixou a seguinte tese: “Nos casamentos e uniões estáveis envolvendo pessoa maior de 70 anos, o regime de separação de bens previsto no artigo 1.641, II, do Código Civil, pode ser AFASTADO por expressa manifestação de vontade das partes mediante escritura pública”.

A alternativa D está incorreta, já que se ao menos um dos nubentes estava de boa-fé, estamos diante do chamado casamento putativo, ou seja, um casamento “imaginado”, porque nulo ou anulável. Casamento putativo nada mais é do que o matrimônio eivado de vício, mas que produz todos os efeitos dele decorrentes, até a declaração judicial própria, em homenagem à boa-fé dos contraentes, dos filhos e de terceiros. A eficácia da sentença que declara a nulidade ou a inexistência do casamento é retroativa (ex tunc), portanto. Mas serão preservados alguns dos efeitos do matrimônio. A ação declaratória é imprescritível, não convalidando a nulidade nem passando a existir a inexistência com o decurso do tempo, seguindo-se a regra do art. 169. A eficácia da declaração de nulidade é, como de praxe, retroativa (ex tunc), prevê o art. 1.563, e pode ser requerida a qualquer tempo. Segundo o art. 1.563 do CC/2002, porém, a sentença que decretar a nulidade do casamento retroagirá à data da sua celebração, sem prejudicar a aquisição de direitos, a título oneroso, por terceiros de boa-fé, nem a resultante de sentença transitada em julgado.

A alternativa E está incorreta, já que na multiparentalidade, a coexistência dos vínculos biológico e socioafetivo não impedem o surgimento de relações jurídicas como as de natureza alimentícia e sucessória em relação a ambos os pais, mesmo que o vínculo socioafetivo seja prioritário. A jurisprudência brasileira e a decisão do STF no tema 622 consolidaram a possibilidade de reconhecimento de múltiplos vínculos de filiação, com todos os seus efeitos jurídicos. Por tanto, a paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios.

QUESTÃO 33. Sobre o inadimplemento das obrigações, analise as assertivas a seguir

I. Para a aplicação da teoria do cumprimento substancial da obrigação a parte inadimplida deve ser ínfima em comparação à totalidade do objeto de negócio e deve ser possível a conservação de sua eficácia sem prejuízo de o credor poder pleitear a quantia devida, sem a sua resolução.

II. Uma das hipóteses de aplicação da teoria do cumprimento substancial reconhecida pela jurisprudência, é no contrato de alienação fiduciária em garantia, regido pelo Decreto-Lei n. 911/1969, quando o devedor já houver pago parte substancial das parcelas.

III. A violação positiva da obrigação - também conhecida como adimplemento defeituoso - ocorre quando o devedor entrega a prestação devida, nas condições de tempo, lugar e modo pactuadas, porém sem observância dos deveres anexos decorrentes da boa-fé objetiva.

Sobre as assertivas acima é correto afirmar que

- a) está correta, apenas, a assertiva I.**
- b) está correta apenas a assertiva II.**
- c) estão corretas as assertivas I e II.**
- d) estão corretas as assertivas I e III.**
- e) estão corretas as assertivas II e III.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do inadimplemento das obrigações.

O Item I está correto. Segundo o professor Paulo Sousa, todo inadimplemento, em regra, gera o direito de haver resolução do contrato, que é uma faculdade para o credor cuja satisfação tornou-se impossível. Entretanto, por vezes a resolução é sanção demasiado forte ao inadimplente, em vista do adimplemento próximo. A aplicação da teoria simplesmente não apaga o débito, com o “perdão” do devedor, que devedor continua sendo. A aplicação da teoria apenas obsta a resolução unilateral do contrato, impede que o credor maneje a exceção de contrato não cumprido e veda que ele use de meios mais gravosos na execução do débito. Veja-se que igualmente não se obsta ao credor perseguir seu crédito, inclusive lançando mão dos demais instrumentos materiais e processuais disponíveis. Caso o devedor resista à cobrança da dívida, o credor pode se valer de meios mais gravosos, a posteriori. Ainda que não tenha previsão legal, a teoria do adimplemento substancial é construção doutrinária e jurisprudencial. Ela se encontra prevista no Enunciado 361 da IV Jornada de Direito Civil, que prevê que o adimplemento substancial decorre dos princípios gerais contratuais, de modo a fazer preponderar a função social do contrato e o princípio da boa-fé objetiva, balizando a aplicação do art. 475.

O Item II está incorreto, já que segundo a jurisprudência consolidada, não se aplica a teoria do adimplemento substancial aos contratos de alienação fiduciária: “Não se aplica a teoria do adimplemento substancial aos contratos de alienação fiduciária em garantia regidos pelo Decreto-Lei 911/69. STJ. 2ª Seção. REsp 1622555-MG, Rel. Min. Marco Buzzi, Rel. para acórdão Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 22/2/2017 (Info 599)”.

O Item III está correto. Segundo o professor Paulo Sousa, a violação positiva do contrato não se liga à mora ou ao inadimplemento absoluto do pacto. Liga-se à violação dos deveres laterais de conduta derivados do princípio da boa-fé objetiva. A boa-fé é um vetor que busca modelar a conduta dos contratantes, de modo que ela seja dotada de probidade, lealdade, honestidade, mas que somente será feita através de uma leitura hermenêutica, que demanda interpretação no caso concreto, de modo a fixar um standard, um padrão de comportamento para os contratantes, de modo a se afastar o abuso de direito, controlando o exercício dos direitos e integrando a norma jurídica. Tem-se, aí, as quatro funções principais da boa-fé objetiva: modeladora, interpretativa ou hermenêutica, controladora e integrativa.

QUESTÃO 34. Acerca de exclusão por indignidade e da deserdação acordo com o Código Civil Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e suas alterações posteriores, é correto afirmar que

a) exclusão por indignidade abrange o homicídio doloso ou culposo, consumado ou tentado, contra o autor da herança, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente

b) por se tratar de sanção privada, o Ministério Público não tem legitimidade para pleitear exclusão por indignidade do herdeiro que dolosamente atentou contra a vida do autor de herança.

c) a exclusão por indignidade abrange qualquer classe de sucessor (herdeiro legítimo, testamentário ou legatário) ao passo usa deserdação só atinge aos herdeiros necessários (cônjuge, ascendentes e descendentes)

d) são pessoais os efeitos da exclusão por indignidade e da renúncia da herança. Os descendentes do herdeiro indigno e do herdeiro renunciante sucedem como se um e outro fossem mortos antes da abertura da sucessão.

e) a sentença penal condenatória por homicídio tentado ou consumado transitada em julgado não opera efeitos automáticos no cível sendo, portanto, necessário o ajuizamento da ação civil para que seja declarada a indignidade do sucessor que atentou contra o autor da herança.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da exclusão da sucessão por indignidade e da deserdação.

A alternativa A está incorreta, já que a exclusão por indignidade abrange somente o homicídio culposo, nos termos do CC/2002: “Art. 1.814. São excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários: I - que houverem sido autores, co-autores ou partícipes de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente;”.

A alternativa B está incorreta, pois o Ministério Público tem legitimidade para demandar a exclusão do herdeiro ou legatário, nos termos do CC/2002: Art. 1.815. A exclusão do herdeiro ou legatário, em qualquer desses casos de indignidade, será declarada por sentença. § 2 ª Na hipótese do inciso I do art. 1.814, o Ministério Público tem legitimidade para demandar a exclusão do herdeiro ou legatário.

A alternativa C está correta, pois a exclusão por indignidade abrange qualquer classe de sucessor (herdeiro legítimo, testamentário ou legatário) ao passo que a deserdação só atinge aos herdeiros necessários (cônjuge, ascendentes e descendentes. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 1.814. São excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários: Art. 1.845. São herdeiros necessários os descendentes, os ascendentes e o cônjuge. Art. 1.961. Os herdeiros necessários podem ser privados de sua legítima, ou deserdados, em todos os casos em que podem ser excluídos da sucessão”.

A alternativa D está incorreta, já que em caso de renúncia da herança, os herdeiros do herdeiro renunciante, somente sucederão em caso de que a renunciante é a única daquela classe ou se todos daquela classe renunciarem. Por tanto, não é correta a afirmação de que os descendentes do herdeiro renunciante sucedem como se um e outro fossem mortos antes da abertura da sucessão. Veja literalidade do CC/2002; “Art. 1.811. Ninguém pode suceder, representando herdeiro renunciante. Se, porém, ele for o único legítimo da sua classe, ou se todos os outros da mesma classe renunciarem a herança, poderão os filhos vir à sucessão, por direito próprio, e por cabeça. Art. 1.816. São pessoais os efeitos da exclusão; os descendentes do herdeiro excluído sucedem, como se ele morto fosse antes da abertura da sucessão”.

A alternativa E está incorreta, pois a sentença penal condenatória por homicídio tentado ou consumado transitada em julgado opera efeitos automáticos, nos termos do CC/2002: “Art. 1.815-A. Em qualquer dos casos de indignidade previstos no art. 1.814, o trânsito em julgado da sentença penal condenatória acarretará a imediata exclusão do herdeiro ou legatário indigno, independentemente da sentença prevista no caput do art. 1.815 deste Código”.

QUESTÃO 35. Partindo-se da premissa de que o direito é uno e de que sua divisão em ramos obedece a uma necessidade didática, o direito constitucional não pode se manter alheio às relações regidas pelo direito privado, nem este pode olvidar-se das balizas constitucionais. (...) A atual tendência de publicização das normas de direito privado visa sobretudo a proteção e garantia do bem-estar social. Matérias antes restritas à liberdade individual dos atores das relações jurídicas, agora passam a sofrer a intervenção estatal (GABURRI, 2018. p. 34).

Considerando a Teoria Geral do Direito e sua aplicação no Direito Civil, analise as assertivas a seguir:

I. Segundo a Constituição Federal de 1988, nenhum juiz pode deixar de sentenciar por motivo de omissão na lei.

II. Segundo a Constituição Federal de 1988, a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

III. Segundo a Constituição Federal de 1988, a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

Sobre as assertivas acima com o enfoque no direito civil constitucional é correto afirmar que

a) as assertivas I e II estão corretas.

- b) as assertivas I e III estão corretas.
- c) as assertivas II e III estão corretas.
- d) somente, a assertiva I está correta.
- e) as assertivas I, II e III estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O Item I está incorreto. Veja que este item traz certa confusão, pois embora correto, a afirmativa dispõe que essa informação consta na CF/88, porém, é uma disposição do CPC. Veja literalidade da CF/88: “Art. 5º XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;”. Já nos termos do CPC: “Art. 140. O juiz não se exime de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico. Parágrafo único. O juiz só decidirá por equidade nos casos previstos em lei”.

O Item II está correto, nos termos da CF/88: “Art. 5º XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;”.

O Item III está correto, nos termos da CF/88: “Art. 182 § 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor”.

QUESTÃO 36. Dentre os acontecimentos naturais ordinários, o decurso do tempo é dos que mais influência exerce nas relações jurídicas (Gomes, 1998, p.495)

A respeito do instituto da prescrição é correto afirmar que:

- a) os prazos da aquisição prescritiva (ou prescrição aquisitiva) no Código Civil de 2002 são de 5, de 10 anos e de 15 anos.
- b) não corre prescrição contra aquele que, por causa permanente ou transitória, não puder exprimir sua vontade.
- c) a prescrição da pretensão de petição de herança, quando cumulada com o reconhecimento de filiação, observa o prazo de 10 anos, a contar do trânsito em julgado da decisão que reconhece o vínculo parental.
- d) o prazo prescricional da pretensão de reparação civil por fato do produto ou de serviço no código de defesa do consumidor é quinquenal, adota-se, quanto ao termo inicial da contagem, a feição subjetiva da *actio nata*.
- e) é anulável a venda de ascendente a descendente, salvo que os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido. O prazo prescricional para a desconstituição deste negócio jurídico é de 2 anos, a contar da data de sua conclusão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da prescrição.

A alternativa A está incorreta, pois os prazos de prescrição não são de 5, 10 e 15 anos, nos termos do CC/2002: “Art. 206. Prescreve: § 1º Em um ano: § 2º Em dois anos, a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem. § 3º Em três anos: § 4º Em quatro anos, a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas. § 5º Em cinco anos:”.

A alternativa B está incorreta, já que corre prescrição contra aquele que por causa permanente ou transitória, não puder exprimir sua vontade. Veja nos artigos 197 a 199 do CC/2002 as causas que impedem ou suspendem a prescrição.

A alternativa C está incorreta, pois a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça – STJ, decidiu no tema 1.200 de Repercussão Geral, que a prescrição da pretensão de petição de herança, quando cumulada com o reconhecimento de filiação, observa o prazo de 10 anos. Porém, o prazo deverá começar a contar a partir da abertura da sucessão (data do óbito).

A alternativa D está correta, nos termos do CDC: “Art. 27. Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço prevista na Seção II deste Capítulo, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria”.

A alternativa E está incorreta, pois embora a primeira parte da assertiva esteja correta, nos termos do CC/2002, o prazo disposto não encontra amparo legal. Veja literalidade da lei: “Art. 496. É anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido”.

QUESTÃO 37. "Quando não há manifestação de vontade diz-se que o negócio jurídico é inexistente. No entanto, quando essa manifestação existe, mas não é livre, pode-se dizer, que há um vício de consentimento. Se a vontade interna e externa aso coincidentes, mas não aso livres, essa manifestação é defeituosa (GABURRI, 2018, p. 285)

Considerando a disciplina dos defeitos dos negócios jurídicos, analise as situações hipotéticas a seguir:

I. Letício, acreditando dever vultosa quantia a Tícia, aliena seu imóvel pelo preço de mercado, mediante o seguinte anúncio na internet: "Vende-se imóvel na Rua X, pelo valor Y, à vista". Brutus, contata com Letício, oferecendo-lhe o valor Y à vista e o negócio é perfectibilizado. Posteriormente, Letício descobre que a pretensão de Tícia estava atingida pela prescrição na época da alienação do imóvel a Brutus. E, caso soubesse da prescrição, Letício não teria colocado o imóvel a venda.

II. Leoncio dirige-se a joalheria de Fausto e, enquanto observa as peças da vitrine, dele se aproximam Fausto e Caio, momento em que todos os três iniciam uma conversa. Em dado momento, Caio aponta para um relógio que estava na vitrine, dizendo que seria de prata legítima, fato que faz despertar o interesse de Leoncio pela peça. Fausto, embora observasse toda

a conversa, não alertou a Leoncio que o material era outro. Após adquirir o relógio, Leoncio descobre que seu material não era prata, mas outro metal inferior.

III. Anastácio, 78 anos de idade, estaciona sua Ferrari na via pública logo após sair do lava-jato e, ao descer do veículo, é imediatamente abordado por Juca Troca Tapas, Pablo Bruta Montes e Roberto Pé de Cabra. Juca Troca Tapas dirige-se a Anastácio, encarando-o e diz: "a aí doutor, vai querer levar o carro, ou vai pagar pra ver?". O trio oferece o serviço de lavagem do automóvel pelo valor de R\$800,00 que deveria ser pago adiantado. Anastácio, aparentemente contrariado, por seu carro já estava limpo, aceita a proposta de prestação de serviço.

Considerando cada uma das situações hipotéticas acima, bem como a disciplina dos defeitos dos negócios jurídicos no Código Civil, e suas alterações posteriores, é correto afirmar que

a) a atuação III trata do temor reverencial.

b) a atuação II trata do chamado dolo enantiomórfico.

c) a situação I retrata hipótese de falsa causa, que torna o negócio jurídico anulável por erro.

d) na situação II, o negócio jurídico é anulável no prazo decadencial de 4 anos, a contar da data de sua celebração.

e) a situação III trata de lesão, pois a prestação assumida por Anastácio é desproporcional ao valor do serviço que lhe foi ofertado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata dos defeitos dos negócios jurídicos.

A alternativa A está incorreta, pois a situação III não trata de temor reverencial, pois o temor reverencial é o medo ou receio de desagradar a alguém que se tem respeito ou obediência. Já na situação narrada, Anastácio sofreu coação, pois foi incutido temor de dano iminente e considerável ao veículo. Veja literalidade do CC/2002: "Art. 151. A coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens. Art. 153. Não se considera coação a ameaça do exercício normal de um direito, nem o simples temor reverencial".

A alternativa B está incorreta. O dolo enantiomórfico é o dolo bilateral ou recíproco, onde ambas as partes em um negócio jurídico ou crime têm a intenção de enganar uma à outra. Neste caso, o dolo é unilateral, pois só uma das pessoas foi enganada.

A alternativa C está incorreta. Não se trata de falso motivo, pois neste Letício foi quem decidiu vender o imóvel por livre e espontânea vontade, de forma unilateral. A questão não traz nenhuma informação para que entendamos que Tícia tenha dado o motivo para o negócio. Neste caso, se trata de erro.

A alternativa D está correta, já que Leoncio foi induzido a erro e poderá pleitear a anulação do negócio jurídico no prazo de 4 anos, nos termos do CC/2002: "Art. 178. É de quatro anos o prazo de decadência

para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado: II - no de erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão, do dia em que se realizou o negócio jurídico;”.

A alternativa E está incorreta. A situação III não trata de lesão, mas de coação, já que Anastácio se viu obrigado a realizar o pagamento, pois foi incutido temor de dano iminente e considerável ao veículo.

QUESTÃO 38. Sobre o fundamento jurídico da resolução do contrato por onerosidade excessiva é correto afirmar que

a) o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor adotam a teoria da imprevisão.

b) o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor adotam a teoria da quebra da base objetiva do negócio jurídico.

c) o Código Civil adota a teoria da imprevisão; o Código de Defesa do Consumidor adota a teoria da quebra da base objetiva do negócio jurídico.

d) O Código Civil adota a teoria da quebra da base objetiva do negócio jurídico e o Código de Defesa do Consumidor adota a teoria da imprevisão.

e) as teorias da imprevisão e da quebra da base objetiva do negócio jurídico são sinônimas e ambas são adotadas, indiferentemente, pelo Código Civil e pelo Código de Defesa do Consumidor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o fundamento para a resolução do contrato por onerosidade excessiva.

Temos um fundamento da resolução do contrato por onerosidade excessiva no Código Civil, por meio da teoria da imprevisão: “Art. 478. Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data da citação”. Segundo o professor Paulo Sousa, a Teoria da Imprevisão pretende reconhecer que acontecimentos supervenientes e imprevisíveis, ocorridos involuntariamente, refletem diretamente na execução do contrato, autorizando em alguns casos a sua resolução ou revisão, ajustando o pacto a essas novas e diferentes circunstâncias. Essas circunstâncias perturbam de tal maneira o contrato que a sua não revisão enseja seu virtual perecimento. O equilíbrio do contrato é essencial à sua manutenção e, desse modo, desequilíbrio excessivo fere seu núcleo. Se as partes pudessem ter antevisto esses fatos jamais teriam contratado, em resumo.

E outro fundamento para a resolução do contrato por onerosidade excessiva, está no CDC, por meio da teoria da quebra da base objetiva do negócio jurídico: “Art. 6º São direitos básicos do consumidor: V - a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas;”. Segundo o professor Paulo Sousa, é uma teoria aplicável a situações peculiares que alteram a natureza do pacto, que se

transformaria em algo diverso do que fora imaginado anteriormente. Para que se aplique essa teoria, é necessário a presença de dois requisitos para sua configuração: Desequilíbrio da prestação e Rompimento objetivo da finalidade contratual. Veja-se que é desnecessário se verificar os requisitos de imprevisibilidade, onerosidade excessiva ou irresistibilidade para que se possa revisar ou resolver o contrato, o que é bastante útil na prática, eis que não se precisa provar que tal fato era ou não previsível e que sua alteração terá causado onerosidade pequena ou grande. Basta que se prove que a mudança nos fatos tenha desnaturado a própria razão de ser do contrato.

QUESTÃO 39. Os enunciados sumulares adentram no ordenamento jurídico brasileiro com uma emenda ao Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal em 1964 por iniciativa do Ministro Victor Nunes Leal e, desde então, nunca perderam a sua importância, tendo como pico de relevância a Súmula Vinculante, que foi introduzida no ordenamento jurídico brasileiro através da Emenda Constitucional nº 45/2004, também conhecida como Reforma do Poder Judiciário

A alternativa que representa, corretamente, o enunciado de uma Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal em matéria de Direito Processual Civil é

- a) não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar**
- b) é cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de juizado especial cível e criminal.**
- c) compete à Justiça Estadual julgar causas entre consumidor e concessionária de serviço público de telefonia (ainda que a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) seja litisconsorte passiva necessária, assistente ou oponente.**
- d) não viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.**
- e) os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor consubstanciam verba de natureza alimentar, cuja satisfação ocorrerá com a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre súmula vinculante, mas especificamente, à matéria processual civil.

A alternativa A está incorreta. Não cabe Recurso Extraordinário (RE) contra acórdão que defere liminar, conforme a Súmula 735 do STF.

A alternativa B está incorreta. Conforme a Súmula 640 do Supremo Tribunal Federal “É cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de juizado especial cível e criminal.”

A alternativa C está incorreta. Nos termos da Súmula vinculante 27 do Supremo Tribunal Federal “Compete à Justiça Estadual julgar causas entre consumidor e concessionária de serviço público de telefonia, quando a Anatel não seja litisconsorte passiva necessária, assistente nem opoente.”

A alternativa D está incorreta. A Súmula Vinculante nº 10 do STF estabelece que viola esta cláusula a decisão de órgão fracionário de Tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade, afasta a incidência da norma (ou seja, nega-lhe aplicação)

A alternativa E está correta. Conforme a Súmula vinculante 47 do Supremo Tribunal Federal, os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor consubstanciam verba de natureza alimentar cuja satisfação ocorrerá com a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza.

QUESTÃO 40. Sobre o procedimento comum, é correto afirmar que

a) se suspende o processo pela extinção da pessoa jurídica, pois, na forma da jurisprudência do STJ, a extinção da pessoa jurídica equivale à morte da pessoa natural, autorizando a sucessão processual por seus sócios

b) é lícita a cumulação em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles no haja conexão e ainda que os pedidos sejam incompatíveis entre si, desde que seja competente para conhecer deles o mesmo juízo e seja adequado para todos os pedidos o tipo de procedimento.

c) a tutela provisória pode se fundamentar em urgência ou evidencie sendo que a tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental de forma liminar ou no curso do processo e a tutela de evidência só cabe em caráter incidental e no curso do processo, não cabendo liminarmente.

d) a decisão de saneamento e organização do processo só deve ser proferida se não for o caso de extinção do processo ou de julgamento antecipado do mérito e as partes podem apresentar ao juiz a delimitação consensual das questões de fato e de direito relevantes para o julgamento do mérito, as quais vincularão obrigatoriamente as partes e o juiz.

e) durante a audiência de instrução, as perguntas às partes, durante o depoimento pessoal, e às testemunhas serão feitas diretamente pelas partes e pelo representante do Ministério Público, cabendo ao magistrado indeferir as que puderem induzir a resposta não tiverem relação com as questões de fato objeto da atividade probatória que importarem repetição de outra já respondida, sendo certo que as partes e o representante do Ministério Público podem gravar diretamente a audiência que será documentada oficialmente pelo escrivão ou chefe de secretaria.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre extinção da personalidade jurídica.

A alternativa A está correta. A extinção da pessoa jurídica se equipara à morte da pessoa natural (art. 110 do CPC/15), atraindo a sucessão material e processual com os temperamentos próprios do tipo societário e da gradação da responsabilidade pessoal dos sócios. Em sociedades de responsabilidade limitada, após integralizado o capital social, os sócios não respondem com seu patrimônio pessoal pelas dívidas titularizadas pela sociedade, de modo que o deferimento da sucessão dependerá intrinsecamente da demonstração de existência de patrimônio líquido positivo e de sua efetiva distribuição entre seus sócios. A demonstração da existência de fundamento jurídico para a sucessão da empresa extinta pelos seus sócios poderá ser objeto de controvérsia a ser apurada no procedimento de habilitação, que é previsto no art. 687 do CPC/15, aplicável por analogia à extinção de empresas no curso de processo judicial. A desconSIDERAÇÃO da personalidade jurídica não é, portanto, via cabível para promover a inclusão dos sócios em demanda judicial, da qual a sociedade era parte legítima, sendo medida excepcional para os casos em que verificada a utilização abusiva da pessoa jurídica. STJ. 3ª Turma. REsp 1.784.032-SP, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, d.j. 02/04/19 (Info 646). A jurisprudência desta Corte admite a sucessão processual de sociedade empresária por seus sócios em caso de perda de sua personalidade jurídica, situação equiparada à morte da pessoa física. (...) À sucessão decorrente da extinção de pessoas jurídicas aplica-se, por analogia, o procedimento de habilitação previsto nos arts. 687 a 692 do CPC, normas que impõe a suspensão do processo e a citação dos requeridos para exercício do direito de defesa. REsp 2179688 / RS. Para haver a sucessão processual da sociedade empresária por seus sócios, é imprescindível a comprovação da dissolução e da extinção da personalidade jurídica, não sendo suficientes, para esse fim, a mera mudança de endereço ou a condição de inapta no CNPJ. REsp 2.179.688-RS, Rel. Ministro, Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 2/9/2025, DJEN 5/9/2025, info 861.

A alternativa B está incorreta. Consoante expressamente prevê o Art. 327, §1º e incisos do CPC “É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão. § 1º São requisitos de admissibilidade da cumulação que: I - os pedidos sejam compatíveis entre si; II - seja competente para conhecer deles o mesmo juízo; III - seja adequado para todos os pedidos o tipo de procedimento.”

A alternativa C está incorreta. Conforme o artigo Art. 294 do CPC estabelece “A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. Parágrafo único. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.” Ainda, conforme o artigo 331 do CPC “A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando: I - ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte; II - as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante; III - se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa; IV - a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável. Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II e III, o juiz poderá decidir liminarmente.”

A alternativa D está incorreta, pois o juiz deve HOMOLOGAR a delimitação consensual: art. 357, § 2º As partes podem apresentar ao juiz, para homologação, delimitação consensual das questões de fato e de direito a que se referem os incisos II e IV, a qual, se homologada, vincula as partes e o juiz.

A alternativa E está incorreta. A parte final da alternativa torna-a incorreta, ao ser documentada oficialmente pelo chefe ou escrivão. Vejamos: “Art. 385. Cabe à parte requerer o depoimento pessoal da

outra parte, a fim de que esta seja interrogada na audiência de instrução e julgamento, sem prejuízo do poder do juiz de ordená-lo de ofício. Art. 459. As perguntas serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha, começando pela que a arrolou, não admitindo o juiz aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com as questões de fato objeto da atividade probatória ou importarem repetição de outra já respondida. Art. 367, § 5º A audiência poderá ser integralmente gravada em imagem e em áudio, em meio digital ou analógico, desde que assegure o rápido acesso das partes e dos órgãos julgadores, observada a legislação específica. § 6º A gravação a que se refere o § 5º também pode ser realizada diretamente por qualquer das partes, independentemente de autorização judicial. Art. 152. Incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria: III - comparecer às audiências ou, não podendo fazê-lo, designar servidor para substituí-lo;"

QUESTÃO 41. Sobre sentença, coisa julgada, cumprimento de sentença e processo de execução, a partir d legislação vigente e da jurisprudência dos tribunais superiores, é correto afirmar que

a) em determinado inventário judicial, um herdeiro recebeu, como parte de seu quinhão, um crédito que o de cujus tinha em face de um terceiro e, portanto, pode usar o formal e a certidão de partilha como título executivo judicial desse crédito em face do terceiro.

b) quando, por vários meios, o exequente puder promover a execução, o juiz mandará que seta pelo modo menos gravoso para o executado, cabendo ao exequente indicar outros meios mais eficazes e menos onerosos para garantira continuidade da execução.

c) como regra, as questões prejudiciais não fazem coisa julgada poderão, contudo, fazer coisa julgada desde que cumulativamente a questão prejudicial seja decidida expressa e incidentemente processo, dessa decisão depender o julgamento do mérito e a seu respeito, tiver havido contraditório prévio e efetivo, não se aplicando no caso de revelia.

d) se considera inexigível, e pode ser alegada em impugnação ao cumprimento de sentença como vício transrescisório, a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo STF como incompatível com a Constituição Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso, mesmo que a decisão proferida pelo STF se dê após o trânsito em julgado da decisão exequenda.

e) na fraude à execução de forma distinta da fraude contra credores, a cognição é exercida de forma incidente ao processo de execução não na propriamente anulação do ato de alienação ou oneração, existindo apenas uma desconsideração do ato em relação ao exequente prejudicado pela fraude. Além de outros casos expressos em lei, a alienação ou a oneração de bem é considerada fraude à execução: I - quando sobre o bem pender ação fundada em direito real ou com pretensão reipersecutória, desde que a pendência do processo tenha sido averbada no respectivo registro público, se houver; II- quando tiver sido averbada, no registro do bem, a pendência do processo de execução, na forma do art. 828 do CPC, III -quando tiver sido averbado, no registro do bem, hipoteca judiciária ou outro ato de constrição judicial originário do processo em que foi arguida a fraude; e IV - quando, ao tempo da alienação ou da oneração, tramitava contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do Art. 515 do CPC: “São títulos executivos judiciais, cujo cumprimento dar-se-á de acordo com os artigos previstos neste Título: IV - o formal e a certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal; E, ao contrário do que afirma a alternativa, não em relação ao terceiro.

A alternativa B está incorreta. Conforme o art. 805 do CPC: “Quando por vários meios o exequente puder promover a execução, o juiz mandará que se faça pelo modo menos gravoso para o executado. Parágrafo único. Ao executado que alegar ser a medida executiva mais gravosa incumbe indicar outros meios mais eficazes e menos onerosos, sob pena de manutenção dos atos executivos já determinados.”

A alternativa C está incorreta. Nos termos do Art. 503 do CPC: “A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida. § 1º O disposto no caput aplica-se à resolução de questão prejudicial, decidida expressa e incidentemente no processo, se: I - dessa resolução depender o julgamento do mérito; II - a seu respeito tiver havido contraditório prévio e efetivo, não se aplicando no caso de revelia; III - o juízo tiver competência em razão da matéria e da pessoa para resolvê-la como questão principal.”

A alternativa D está incorreta. O erro está em mencionar vício transrescisório. O resto estaria certo por esta decisão do STF: “O § 15 do art. 525 e o § 8º do art. 535 do Código de Processo Civil devem ser interpretados conforme à Constituição, com efeitos ex nunc, no seguinte sentido, com a declaração incidental de inconstitucionalidade do § 14 do art. 525 e do § 7º do art. 535: 1. Em cada caso, o Supremo Tribunal Federal poderá definir os efeitos temporais de seus precedentes vinculantes e sua repercussão sobre a coisa julgada, estabelecendo inclusive a extensão da retroação para fins da ação rescisória ou mesmo o seu não cabimento diante do grave risco de lesão à segurança jurídica ou ao interesse social. 2. Na ausência de manifestação expressa, os efeitos retroativos de eventual rescisão não excederão cinco anos da data do ajuizamento da ação rescisória, a qual deverá ser proposta no prazo decadencial de dois anos contados do trânsito em julgado da decisão do STF. 3. O interessado poderá apresentar a arguição de inexigibilidade do título executivo judicial amparado em norma jurídica ou interpretação jurisdicional considerada inconstitucional pelo STF, seja a decisão do STF anterior ou posterior ao trânsito em julgado da decisão exequenda, salvo preclusão (Código de Processo Civil, arts. 525, caput, e 535, caput). STF. Plenário. AR 2.876 QO/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 24/04/2025 (Info 1177).

A alternativa E está correta. Vejamos o que dispõe expressamente o Art. 792 do CPC: “A alienação ou a oneração de bem é considerada fraude à execução: I - quando sobre o bem pender ação fundada em direito real ou com pretensão reipersecutória, desde que a pendência do processo tenha sido averbada no respectivo registro público, se houver; II - quando tiver sido averbada, no registro do bem, a pendência do processo de execução, na forma do art. 828 ; III - quando tiver sido averbado, no registro do bem, hipoteca judiciária ou outro ato de constrição judicial originário do processo onde foi arguida a fraude; IV - quando, ao tempo da alienação ou da oneração, tramitava contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência; V - nos demais casos expressos em lei. § 1º A alienação em fraude à execução é ineficaz em relação ao exequente. “

QUESTÃO 42. Uma das novidades do Código de Processo Civil, Lei nº 13.105, 16 de março de 2015, foi a instituição de uma Parte Geral Dentro da Parte Geral, o primeiro capítulo foi reservado para as Normas Fundamentais do Processo Civil, reproduzindo princípios e regras, expressamente, previstos na Constituição Federal e outros não expressamente, previstos.

Sobre as Normas Fundamentais do Processo Civil é correto afirmar que

a) os Princípios da Cooperação, da Lealdade e da Boa-fé Processual passaram a ser expressamente previstos no Código de Processo Civil de 2015; contudo, como normas programáticas não há uma sanção específica para a sua ofensa.

b) o conceito moderno de Justiça Multiportas é a aceitação da existência de um sistema de Justiça que não se pauta exclusivamente no Poder Judiciário Estatal aceitando também a arbitragem, a mediação e os cartórios extrajudiciais como vetores de solução dos conflitos, na forma da Resolução nº 125/2010 do CNJ e da Resolução nº 350/2020 do CNJ.

c) o Princípio da Inafastabilidade da apreciação judicial de lesão ou ameaça a direito, norma da quais também se deflui o Princípio do Acesso à Justiça, está previsto no Código de Processo Civil de forma expressa e na Constituição Federal de forma implícita e, atualmente, tem sido ressignificado tais. D a partir do movimento que se tem chamado de Justiça Multiportas.

d) o que rege a aplicação da norma processual no tempo é o princípio do isolamento dos atos processuais, segundo o qual a norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada/salvo se essas situações jurídicas consolidada puderem prejudicar as partes.

E) a busca de soluções autocompositivas é um valor expressamente reconhecido pelo Código Processo Civil de 2015, que deve ser estimulado pelos juízes, advogados, defensores ou membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial, e em nada é incompatível com o princípio da Inafastabilidade ou do Acesso à Justiça

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. A litigância de má-fé e ato atentatório à dignidade da justiça, em inúmeros dispositivos.

A alternativa B está incorreta. Atualmente, existe um minissistema de métodos consensuais de solução judicial de conflitos, formado pela: a) Res. n. 125/10 do CNJ; CPC/15; c) Lei de Mediação (Lei n. 13.140/1583) e c) CPC/15. A res. 350/2020 se relaciona com a cooperação judiciária nacional.

A alternativa C está incorreta. Está previsto no art. 5º, XXXV, da Constituição, e art. 1º, §3º, CPC.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do Art. 14 do CPC, a norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.

A alternativa E está correta. São vários os exemplos de estímulo à autocomposição no CPC/15: a) art. 3º, CPC, norma geral que estimula a autocomposição. b) arts. 165 a 175 – tratam da mediação e conciliação; c) permite negócios jurídicos processuais (art. 190); d) estruturação do procedimento a fim de tentar a autocomposição antes do oferecimento da defesa pelo réu (arts. 334 e 695, CPC); e) permite homologação judicial de acordo extrajudicial de qualquer natureza (arts. 515, III e 725, VIII); f) permite que, no acordo judicial, seja incluída matéria estranha ao objeto do processo (art. 515, § 2º); g) Lei nº. 13.140/15, que disciplina exhaustivamente a mediação.

QUESTÃO 43. O Código de Processo Civil de 1973, como os Embargos Infringentes e o Agravo Retido, além de ter revisitado toda a jurisprudência do STJ e do STF sobre recursos e outros meios de impugnação das decisões judiciais, em alguns casos incorporando a jurisprudência dos tribunais superiores, em outros casos superando expressamente a jurisprudência com a criação de normas em sentido diametralmente oposto a enunciados sumulares e jurisprudência consolidada.

Sobre a ordem dos processos nos tribunais e os meios de impugnação das decisões judiciais, a partir da legislação vigente e da jurisprudência recente dos tribunais superiores, é correto afirmar que

a) apesar de não existir mais o recurso de Embargos Infringentes, quando o resultado do julgamento da ação rescisória for não unânime, deve-se aplicar a técnica de ampliação do colegiado.

b) nos processos em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional de outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no país caberá Recurso Ordinário para o Superior Tribunal de Justiça as decisões proferidas pelos Tribunais Regionais Federais.

c) da decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial caberá Agravo em Recurso Especial ou Agravo em Recurso Extraordinário, cuja análise de admissibilidade será feita diretamente pelo Superior Tribunal de Justiça ou pelo Supremo Tribunal Federal, conforme o caso.

d) o relator poderá imediatamente dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal, acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos e/ou a entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.

e) os Embargos de Divergência são um recurso para uniformização da jurisprudência interna, pacificando as decisões divergentes entre os órgãos fracionários dos tribunais superiores, mas não cabem em qualquer caso de divergência, pois a jurisprudência dos tribunais superiores vem limitando as suas hipóteses de cabimento; por exemplo, não cabem para discutir o valor da indenização por danos morais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Vejamos o disposto no Art. 942, § 3º do CPC: “A técnica de julgamento prevista neste artigo aplica-se, igualmente, ao julgamento não unânime proferido em: I - ação rescisória, quando o resultado for a rescisão da sentença, devendo, nesse caso, seu prosseguimento ocorrer em órgão de maior composição previsto no regimento interno;”

A alternativa B está incorreta. O art. 1.027 prevê que serão julgados em recurso ordinário: II - pelo Superior Tribunal de Justiça: a) os mandados de segurança decididos em única instância pelos tribunais regionais federais ou pelos tribunais de justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão; b) os processos em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, de outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.

A alternativa C está incorreta. Conforme o Art. 1.042 do CPC, cabe agravo contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial, salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos. O § 2º ainda estabelece que a petição de agravo será dirigida ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal de origem e independe do pagamento de custas e despesas postais, aplicando-se a ela o regime de repercussão geral e de recursos repetitivos, inclusive quanto à possibilidade de sobrestamento e do juízo de retratação.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do Art. 932 inciso V do CPC, depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;

A alternativa E está correta. A Súmula 420, STJ estabelece que incabível, em embargos de divergência, discutir o valor de indenização por danos morais.

QUESTÃO 44. Nos termos do art. 127 da Constituição Federal, “o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (Brasil, 1988, p.75).

Sobre a atuação do Ministério Público no Processo Civil, é correto afirmar que

a) incumbe ao autor adiantar as despesas relativas a ato cuja realização o juiz determinar de ofício e ao réu aquelas relativas a ato cuja realização se dê a requerimento do Ministério Público, quando sua intervenção ocorrer como fiscal da ordem jurídica.

b) nos termos do Tema Repetitivo 766 do STJ, o Ministério Público é parte legítima para pleitear tratamento médico ou entrega de medicamentos nas demandas de saúde propostas contra os entes federativos salvo quando se tratar de feitos contendo beneficiários individualizados, porque se refere a direitos Individuais.

c) é nulo o processo civil quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir. Se o processo tiver tramitado sem conhecimento do membro do Ministério Público, o juiz promoverá a intimação do Ministério Público e invalidará de ofício os atos praticados a partir do momento em que o membro do Ministério Público deveria ter sido intimado, determinando a repetição dos referidos atos.

d) na forma do Tema 1382 de Repercussão Geral do STF, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, não sendo possível sua condenação ao pagamento de despesas processuais e honorários de sucumbência, sob pena de ferimento a sua independência e autonomia.

e) o princípio da cooperação, da lealdade processual e da boa-fé processual se aplica ao Ministério Público, quando atua como parte ou como custos legis, de forma que tem o dever de cumprir com exatidão decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação e não pode praticar inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso, sob pena de praticar ato atentatório à dignidade da justiça permitindo ao juiz, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, aplicar multa pessoal ao representante do Ministério Público de até vinte por cento do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a função institucional do MP.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do Art. 82, § 1º do CPC, incumbe ao autor adiantar as despesas relativas a ato cuja realização o juiz determinar de ofício ou a requerimento do Ministério Público, quando sua intervenção ocorrer como fiscal da ordem jurídica.

A alternativa B está incorreta. Vejamos a tese institucional firmada: “O Ministério Público é parte legítima para pleitear tratamento médico ou entrega de medicamentos nas demandas de saúde propostas contra os entes federativos, mesmo quando se tratar de feitos contendo beneficiários individualizados, porque se refere a direitos individuais indisponíveis, na forma do art. 1º da Lei n. 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público).

A alternativa C está incorreta. Nos termos do Art. 279, 1º e §2º do CPC, é nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir. Se o processo tiver tramitado sem conhecimento do membro do Ministério Público, o juiz invalidará os atos praticados a partir do momento em que ele deveria ter sido intimado. A nulidade só pode ser decretada após a intimação do Ministério Público, que se manifestará sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.

A alternativa D está correta. Consoante o Tema 1382 do STF o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, não sendo possível sua condenação ao pagamento de despesas processuais e honorários de sucumbência, sob pena de ferimento à sua independência e autonomia.

A alternativa E está incorreta. Conforme o Art. 77, § 2º, do CPC, quando ocorre a violação ao disposto nos incisos IV e VI - deste mesmo artigo - constitui ato atentatório à dignidade da justiça. Nesse caso, o juiz, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, deve aplicar ao responsável multa de até vinte por cento do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta. Já o § 3 deste mesmo artigo prevê que, em caso de não pagamento da referida multa no prazo a ser fixado pelo juiz, a multa prevista no § 2º será inscrita como dívida ativa da União ou do Estado após o trânsito em julgado da decisão que a fixou, e sua execução observará o procedimento da execução fiscal, revertendo-se aos fundos previstos no art. 97. E ainda, conforme o § 4º deste mesmo artigo, a multa estabelecida no § 2º poderá ser fixada independentemente da incidência das previstas nos arts. 523, § 1º, e 536, § 1º. Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa prevista no § 2º poderá ser fixada em até 10 (dez) vezes o valor do salário-mínimo. Já no tocante ao MP, o § 6º prevê que “Aos advogados públicos ou privados e aos membros da Defensoria Pública e do Ministério Público não se aplica o disposto nos §§ 2º a 5º, devendo eventual responsabilidade disciplinar ser apurada pelo respectivo órgão de classe ou corregedoria, ao qual o juiz oficiará.

QUESTÃO 45. Segundo Fredie Didier Jr. e Hermes Zaneti Jr. (2016, p. 130), “o processo é coletivo se a relação jurídica litigiosa é coletiva. Uma relação jurídica é coletiva se em um de seus termos, como sujeito ativo ou passivo, encontra-se um grupo (comunidade, categoria, classe etc., designa-se qualquer um deles pelo gênero grupo). Se a relação jurídica litigiosa envolver direito (situação jurídica ativa) ou dever ou estado de sujeição (situações jurídicas passivas) de um determinado grupo, está-se diante de um processo coletivo. Assim, processo coletivo é aquele em que se postula um direito coletivo lato sensu (situação jurídica coletiva ativa) ou se afirme a existência de uma situação jurídica coletiva passiva (deveres individuais homogêneos, por exemplo). Observe-se, então, que o núcleo do conceito de processo coletivo está em ser objeto litigioso coletivo e o processo que tem por objeto litigioso uma situação jurídica coletiva ativa ou passiva”.

Nem o conceito de processo coletivo é consenso: existem autores como (Vitorelli, 2018) que não aceitam ações coletivas passivas. Outros conceituam o processo coletivo levando em conta diferentes elementos essenciais, como Gidi (1995, p. 16), para quem “ação coletiva é a proposta por um legitimado autônomo (legitimidade), em defesa de um direito coletivamente considerado (objeto), cuja imutabilidade do comando da sentença atingirá uma comunidade ou coletividade (coisa julgada). Aí está, em breves linhas, esboçada a nossa definição de ação coletiva. Consideramos elementos indispensáveis para a caracterização de uma ação como coletiva a legitimidade para agir, o objeto do processo e a coisa julgada”.

Tudo isso demonstra o quanto o estudo da tutela coletiva e do processo coletivo ainda é necessário e o quanto um Código de Processo Coletivo seria importante para a comunidade jurídica brasileira.

Levando em conta os doutrinadores citados, a legislação sobre tutela e processo coletivo e a jurisprudência dos tribunais superiores sobre o tema, é correto afirmar que:

a) o Ministério Público tem legitimidade para propor ações coletivas para tutela de todos os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

b) na ausência de um Código de Processo Coletivo, existe um razoável consenso entre os autores citados de que o microssistema de tutela processual coletiva é formado, essencialmente, pela Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985), pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), pela Lei da Ação Popular (Lei nº 4.717/1965), pela Lei do Mandado de Segurança, na parte coletiva (Lei nº 12.016/2009), entre outras.

c) o Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, salvo se decorrentes da prestação de serviço público.

d) a sentença da ação civil pública fará coisa julgada perante a categoria, grupo, classe ou comunidade nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

e) nos termos do Código de Defesa do Consumidor, interesses ou direitos difusos são os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato; interesses ou direitos coletivos são os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base; e interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. Porém a questão cabe recurso pois também podemos considerar como correta a letra E.

A alternativa A está incorreta. O Ministério Público não possui legitimidade para propor ação sobre todos os direitos individuais homogêneos. Por exemplo, "O Ministério Público não possui legitimidade ativa ad causam para, em ação civil pública, deduzir em juízo pretensão de natureza tributária em defesa dos contribuintes, que vise questionar a constitucionalidade/legalidade de tributo". (STF, tema nº 645)

A alternativa B está incorreta. Considera-se como núcleo duro do Microssistema Processual Coletivo: LACP, CDC e Lei da Ação Popular. Portanto, a inclusão do Mandado de Segurança apesar de peça importante no amparo processual coletivo, seria (essencial) ao microssistema processual coletivo. No entanto, entendemos que a questão pode ser anulada e essa alternativa também ser considerada correta devido a importância da Lei do Mandado de Segurança no Microssistema mencionado.

A alternativa C está incorreta. Conforme súmula 601 do STJ: "O Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, ainda que decorrentes da prestação de serviços públicos" (grifos nossos).

A alternativa D está incorreta. Pois o efeito da coisa julgada é *erga omnes*. A alternativa trata literalmente do art. 16 da Lei nº 7.347/85 e o STF Declarou inconstitucional (tema 1075) quanto limitação territorial dos efeitos da coisa julgada nas ações coletivas. Devendo ser aplicado o regramento previsto no art. 103 do CDC.

A alternativa E está correta. Pois corresponde literalmente as definições previstas no art. 81, parágrafo único, inciso I a III do CDC.

QUESTÃO 46. Segundo Vitorelli (2018, p. 5), “os conceitos de processo coletivo e de litígio coletivo não são sinônimos, nem se relacionam necessariamente. O processo coletivo é a técnica processual colocada à disposição da sociedade, pelo ordenamento, para permitir a tutela jurisdicional dos direitos afetados pelos litígios coletivos. Se essa técnica não existir, os litígios coletivos serão tratados por outras técnicas processuais, de acordo com o sistema de cada país”.

Mais adiante, o mesmo autor afirma que “litígios estruturais são litígios coletivos decorrentes do modo como uma estrutura burocrática, usualmente de natureza pública, opera. O funcionamento da estrutura é que causa, permite ou perpetua a violação que dá origem ao litígio coletivo. Assim, se a violação for apenas removida, o problema poderá ser resolvido de modo aparente, sem resultados empiricamente significativos, ou momentaneamente, voltando a se repetir no futuro” (Vitorelli, 2018, p. 6-7).

E, por fim, o autor define o processo estrutural como sendo “um processo coletivo no qual se pretende, pela atuação jurisdicional, a reorganização de uma estrutura burocrática, pública ou privada, que causa, fomenta ou viabiliza a ocorrência de uma violação pelo modo como funciona, originando um litígio estrutural. Essencialmente, o processo estrutural tem como desafios: 1) a apreensão das características do litígio, em toda a sua complexidade e conflituosidade, permitindo que os diferentes grupos de interesses sejam ouvidos; 2) a elaboração de um plano de alteração do funcionamento da instituição, cujo objetivo é fazer com que ela deixe de se comportar da maneira reputada indesejável; 3) a implementação desse plano, de modo compulsório ou negociado; 4) a avaliação dos resultados da implementação, de forma a garantir o resultado social pretendido no início do processo, que é a correção da violação e a obtenção de condições que impeçam sua reiteração futura; 5) a reelaboração do plano, a partir dos resultados avaliados, no intuito de abordar aspectos inicialmente não percebidos ou minorar efeitos colaterais imprevistos; e 6) a implementação do plano revisto, que reinicia o ciclo, o qual se perpetua indefinidamente, até que o litígio seja solucionado, com a obtenção do resultado social desejado, que é a reorganização da estrutura” (Vitorelli, 2018, p. 8).

Levando em consideração a doutrina de Edilson Vitorelli sobre processo estrutural e as Recomendações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) segundo Edilson Vitorelli, o modelo atual do processo de conhecimento e a forma de cumprimento de sentença do Código de Processo Civil são adequados ao regramento do processo estrutural.
- b) o CNMP recomenda que os promotores e procuradores adotem como referência para atuação em processos estruturais o ciclo estrutural de atuação, composto pelas seguintes etapas: I - diagnóstico do problema estrutural; II - plano estrutural; III - execução; IV - monitoramento; e V - revisão.

c) deve ser priorizada a via extrajudicial, mediante mediação, negociação, construção de consensos e compromissos significativos para a autocomposição estrutural, sem prejuízo da via judicial quando necessária, quando então a busca de soluções por autocomposição deve ser esclarecida.

d) segundo o CNJ, o caráter estrutural do litígio ou processo pode ser identificado por elementos como: I - multipolaridade; II - impacto social; III - prospectividade; IV - natureza incrementada e duradoura das intervenções necessárias; V - complexidade; VI - existência de situação grave de contínua e permanente irregularidade, por ação ou omissão; e VII - intervenção no modo de atuação de instituição pública ou privada.

e) para o CNJ, identificada a existência de um processo estrutural, é recomendável que o Tribunal, por intermédio de seus órgãos competentes, avalie a adoção de: I - medidas de apoio material ao juízo no qual esteja tramitando o processo, inclusive a ampliação de equipe de trabalho; II - métricas próprias de correção e de avaliação de produtividade, considerando a maior complexidade do processo e o impacto que possa ter na unidade; e III - suspenda a distribuição de novos processos ao juízo até a finalização do processo estrutural.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Pois conforme Edilson Vitorelli, o processo coletivo estrutural vai além da solução do litígio, do atual plano do CPC, podendo se repetir no futuro. Ou seja, o processo de conhecimento e o cumprimento de sentença seria uma solução momentânea. Não previne casos futuros como requer a condição cíclica do processo estrutural.

A alternativa B está incorreta. Pois nos termos da Recomendação nº 5/25 do CNMP, art. 3º, além das etapas descritas na alternativa, também se encontra a sexta etapa: o encerramento.

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 5º da Recomendação nº 163/25 do CNMP: o que se deve priorizar é a “a construção de consensos e compromissos que sejam significativos para a autocomposição estrutural”. Não necessariamente a via extrajudicial.

A alternativa D está correta. Pois é a literalidade do disposto no art. 1º, parágrafo único da Recomendação nº 163/25 do CNMP.

A alternativa E está incorreta. A Recomendação nº 163/25 do CNMP, no art. 3º, não prevê o item III da alternativa, ou seja, a suspensão de novos processos ao juízo até o final do processo estrutural.

QUESTÃO 47. O crescimento da importância da jurisprudência como fonte do direito e o papel criativo da atividade jurisdicional nos últimos anos são inegáveis.

Levando em conta a jurisprudência dos tribunais superiores e as normas legais, é correto afirmar que

a) o Código de Processo Civil de 2015 instituiu um microssistema de tutela dos casos repetitivos. formado pelas decisões do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) e do recurso especial e extraordinário repetitivo, decisões estas que constituem precedentes vinculantes e que podem decidir questões de direito material ou processual.

b) cabe reclamação para o STJ objetivando garantir a observância dos seus precedentes vinculantes.

c) o overruling (superação) dos precedentes qualificados ou vinculantes em nosso ordenamento jurídico terá sempre efeito prospectivo, aplicando-se apenas aos casos futuros.

d) a alteração de tese jurídica adotada em enunciado de súmula ou em julgamento de casos repetitivos deverá ser precedida de audiências públicas e da participação de pessoas, órgãos que entidades que possam contribuir para a rediscussão da tese, cuja intervenção é obrigatória.

e) os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente, por meio de enunciados de súmula correspondentes à sua jurisprudência dominante, enunciados esses que devem ater-se às circunstâncias fáticas dos precedentes que motivaram sua criação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Nos termos do artigo 928 do CPC e seus incisos, é considerado julgamento de casos repetitivos a decisão proferida em: I – incidente de resolução de demandas repetitivas; II – recursos especial e extraordinário repetitivos. O parágrafo único deste mesmo artigo ainda prevê que o julgamento de casos repetitivos tem por objeto questão de direito material ou processual. Ainda, nesse sentido, o Art. 976 prevê: “É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, simultaneamente: I - efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito; II - risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica. Assim como, o Art. 1.036: “Sempre que houver multiplicidade de recursos extraordinários ou especiais com fundamento em idêntica questão de direito, haverá afetação para julgamento de acordo com as disposições desta Subseção, observado o disposto no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e no do Superior Tribunal de Justiça.”

A alternativa B está incorreta. Não cabe reclamação para o controle da aplicação de entendimento firmado pelo STJ em recurso especial repetitivo. STJ. Corte Especial. Rcl 36476-SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 05/02/2020 (Info 669).

A alternativa C está incorreta. Vejamos o art. 927, § 2º: “A alteração de tese jurídica adotada em enunciado de súmula ou em julgamento de casos repetitivos poderá ser precedida de audiências públicas e da participação de pessoas, órgãos ou entidades que possam contribuir para a rediscussão da tese.”

A alternativa D está incorreta. Assim prevê expressamente o CPC em seu Art. 927, § 3º: “Na hipótese de alteração de jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores ou daquela oriunda de julgamento de casos repetitivos, pode haver modulação dos efeitos da alteração no interesse social e no da segurança jurídica.”

A alternativa E está incorreta. Não necessariamente tem que ser por meio de súmulas etc, ao contrário do que afirma a alternativa. Vejamos a previsão do CPC nesse sentido: “Art. 926. Os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente. § 1º Na forma estabelecida e segundo os pressupostos fixados no regimento interno, os tribunais editarão enunciados de súmula correspondentes a sua jurisprudência dominante. § 2º Ao editar enunciados de súmula, os tribunais devem ater-se às circunstâncias fáticas dos precedentes que motivaram sua criação.”

QUESTÃO 48. Considerando o caso prático hipotético (caso 01), sobre a ordem dos processos nos tribunais e os meios de impugnação das decisões judiciais a partir da legislação vigente e da jurisprudência recente dos tribunais superiores, é correto afirmar que

a) a simples (não Interposição do Recurso Extraordinário leva, neste caso, à inadmissibilidade do Recurso Especial.

b) caso haja decisão admitindo o Recurso Especial pelo presidente ou vice-presidente do Tribunal de Agravo Justiça, a decisão será irrecurável; mas, se a decisão for denegatória do Recurso Especial, caberá interno.

c) caso houvesse o deferimento da tutela provisória em capítulo de sentença, se a parte adversa desejasse recorrer de toda a sentença, inclusive deste capítulo, deveria interpor Agravo de Instrumento do capítulo que versa sobre tutela provisória Apelação do restante da sentença

d) valor o Tribunal de Justiça da Bahia poderia ter aplicado multa não excedente a dois por cento sobre o Ministério atualizado Público da fossem causa, se entendesse que os Embargos de Declaração interpostos pelo manifestamente protelatórios.

e) sede consideram Declaração incluídos e, portanto, no acórdão devidamente os elementos que o Ministério Público suscitou nos Embargos Tribunal de Justiça ter entendido prequestionada a matéria, independentemente depois o Superior Tribunal de Justiça que não havia omissão e ter rejeitado os embargos de declaração, pois o Superior Tribunal de Justiça aceita o pré-questionamento ficto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre recurso extraordinário, exigindo do examinando o conhecimento acerca da Súmula do STF e STJ sobre a matéria.

A alternativa A está correta. Nos termos da Súmula 283, STF “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles. “Ainda, conforme a Súmula 126 do STJ “É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário.”

A alternativa B está incorreta. Depende do fundamento para caber agravo interno ou agravo em recurso especial/extraordinário.

A alternativa C está incorreta. Da sentença cabe apelação, nos termos do art. 1009, CPC.

A alternativa D está incorreta. Os ED não eram manifestamente protelatórios. Vejamos o que prevê o Art. 1026, § 2º: “Quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a dois por cento sobre o valor atualizado da causa.”

A alternativa E está incorreta. Isto, pois a Sumula 211 ainda vigora (AREsp 2.222.062).

QUESTÃO 49. De acordo com o Código de Processo Civil, Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, e suas alterações posteriores, é correto afirmar que

a) a decisão que admite ou inadmite o *amicus curiae* é recorrível pelo próprio *amicus curiae*, pelo Ministério Público e pelas partes e, quando admitir, definirá os poderes processuais do *amicus curiae*.

b) se a questão da competência for decidida por decisão interlocutória não caberá agravo de instrumento por ausência de previsão no rol do art. 1.015 do CPC, notadamente pela ausência de prejuízo decorrente da *translatio iudicii*.

c) o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica ser instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quanto lhe couber intervir no processo é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial e ainda que seja improcedente resulte na não inclusão dos sócios na demanda, não ensejará a condenação em honorários advocatícios.

d) existe litisconsórcio quando duas ou mais pessoas litigam em um mesmo polo da relação processual. O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes. O litisconsórcio será unitário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes. O litisconsórcio unitário sempre será necessário e vice-versa.

e) tanto a competência relativa quanto a absoluta devem ser alegadas como preliminar de apelação sob pena de prorrogação da competência relativa, embora a incompetência absoluta possa ser alegada a qualquer tempo e grau ordinário de jurisdição e deva ser declarada de ofício e, caso a alegação de incompetência (relativa ou absoluta) seja acolhida, os autos serão remetidos ao juízo competente, mas conservar-se-ão os efeitos da decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente. Esse fenômeno é denominado *translatio iudicii*.

Comentários

A alternativa correta **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Vejamos o que prevê o art. 138 do CPC: “Art. 138. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação.” Ainda, o STF, tanto em controle difuso quanto em concentrado, tem entendido pela irrecorribilidade da inadmissão do amicus curiae. A saber: “É irrecorrível a decisão na qual o relator indefere pedido de ingresso de amicus curiae na ação. Precedentes. (ADO 70 AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, d.j. 04/07/22); O Plenário desta Corte, no julgamento da ADI 4.711 AgR, reiterou a jurisprudência no sentido da irrecorribilidade da decisão que indefere o pedido de ingresso na condição de amicus curiae. 2. A diretriz vigora também relativamente a processos de índole subjetiva (RE 1017365 AgR, Rel. Min. Edson Fachin, d.j. 24/09/20) (Inq 4888 AgR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, d.j. 22/08/22)”

A alternativa B está incorreta. É cabível agravo de instrumento para impugnar decisão que define a competência. O art. 1.015 do CPC/2015 prevê as hipóteses de cabimento do agravo de instrumento. Segundo decidiu o STJ (Tema repetitivo 988), o art. 1.015 do CPC/2015 traz um rol de taxatividade mitigada. Assim, em regra, somente cabe agravo de instrumento nas hipóteses listadas no art. 1.015 do CPC/2015. Excepcionalmente, é possível a interposição de agravo de instrumento fora da lista do art. 1.015, desde que preenchido um requisito objetivo: a urgência. A decisão que define a competência é considerada uma situação urgente? SIM. Não é razoável que o processo tramite perante um juízo incompetente por um longo período e, somente por ocasião do julgamento da apelação, seja reconhecida a incompetência e determinado o retorno ao juízo competente. STJ. Corte Especial. EREsp 1730436-SP, Rel. Min. Laurita Vaz, julgado em 18/08/2021 (Info 705).

A alternativa C está incorreta. Vejamos o que prevê o art. 133 e 134 do CPC: “Art. 133. O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo. Art. 134. O incidente de desconconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial”. A fixação de honorários advocatícios é cabível em incidentes processuais que resultem em alteração substancial da lide, como no indeferimento do pedido de desconconsideração da personalidade jurídica. EREsp 2.042.753-SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Corte Especial, por unanimidade, julgado em 2/4/2025, info 841.

A alternativa D está incorreta. Nem sempre litisconsórcio necessário é unitário e vice-versa. Litisconsórcio necessário simples/comum: ocorre quando a necessariedade se der por força de lei e a decisão puder ser diversa para cada litisconsorte. Acontece quando a relação jurídica deduzida é divisível, podendo ser decidido uma coisa para um e outra para outro, mas a lei acha interessante julgar todos conjuntamente pela economia e harmonia dos julgados. Por exemplo, na ação popular, o litisconsórcio é necessário por imposição legal (art. 6º, LAP), mas pode haver uma decisão para um réu e outra para outro réu (litisconsórcio simples/comum); na usucapião, o litisconsórcio é necessário por imposição legal (art. 246, § 3º) e pode haver uma decisão para um confinante e outra para outro confinante. Litisconsórcio facultativo unitário: O litisconsórcio pode ou não ocorrer (facultativo), mas, em qualquer caso, a decisão será uniforme a todos que participam da relação jurídica de direito material indivisível (litisconsórcio unitário), estando presentes ou não no feito. Em regra, ocorre no polo ativo em decorrência do entendimento de parcela doutrinária de que não existe litisconsórcio necessário no referido polo. Como exemplo, podem ser citados os casos de legitimação extraordinária, a exemplo de ACP's pleiteadas pelo MP, reivindicatória de coisa comum, que pode ser proposta por qualquer condômino – art. 1.314, CC –, casos dos arts. 1.791, CC, 1.965, CC, 601, CPC. Excepcionalmente, o

litisconsórcio facultativo unitário pode ocorrer no polo passivo, a exemplo da solidariedade passiva em obrigação indivisível.

A alternativa E está correta, a competência relativa e absoluta deve ser alegada como preliminar de contestação. A incompetência absoluta pode ser alegada a qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício (Art. 64, §1º). Já a competência relativa pode ser prorrogada se não for alegada em preliminar de contestação (Art. 65). Se acolhida, os autos são remetidos ao juízo competente, mantendo-se os efeitos da decisão anterior até nova decisão. Vejamos a previsão expressa do Art. 64 e 65 do CPC: "Art. 64. A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação. § 1º A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício. § 2º Após manifestação da parte contrária, o juiz decidirá imediatamente a alegação de incompetência. § 3º Caso a alegação de incompetência seja acolhida, os autos serão remetidos ao juízo competente. § 4º Salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente. Art.65. Prorrogar-se-á a competência relativa se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação."

QUESTÃO 50. Um dos pontos de maior relevo no moderno Processo Civil é a expansão da capacidade negocial das partes, mas sobre o tema existem alguns pontos de ampla divergência na doutrina. Por exemplo, Antônio do Passo Cabral entende que "a capacidade negocial é o poder jurídico conferido pela ordem Jurídica aos indivíduos para, em conformidade com as normas jurídicas gerais e com base em sua autonomia e liberdade, produzirem normas jurídicas individuais. Nesse sentido a capacidade negocial não é própria da função jurisdicional (Cabral, 2023. p. 727). Por seu turno Fredie Didier J Pedro Henrique Pedrosa Nogueira) entendem que "as sentenças e decisões condicionais são exemplos característicos de negócios processuais judiciais. Nelas, o juiz pratica um autêntico negócio jurídico ao inserir no provimento uma determinação inexata, normalmente uma condição, da qual decorre o surgimento ou a extinção dos efeitos do ato processual" (Didier Jr, Nogueira, 2023, p. 152).

Sobre o tema dos fatos processuais em sentido lato e das nulidades processuais, é correto afirmar que

a) na doutrina de Antônio do Passo Cabral, apesar de não ser sujeito dos negócios jurídicos processuais, o juiz está a eles vinculado, desde que os negócios sejam válidos; inclusive, o juiz tem papel de incentivo e controle dos negócios jurídicos processuais porque as convenções processuais, como normas jurídicas válidas, vinculam o Estado-juiz (tanto quanto os contratos de direito material sentença.

b) o ordenamento jurídico brasileiro não admite negócios jurídicos processuais, frente ao publicismo do processo civil, sendo inconstitucionais as normas permissivas de tais convenções do Código de Processo Civil, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal.

c) as nulidades absolutas, aquelas que atingem o interesse público e a ordem pública pela sua gravidade, devem ser declaradas de ofício pelo juiz, mesmo que não gerem prejuízo à parte,

mesmo que o mérito possa ser decidido a favor da parte a quem a decretação da nulidade aproveita.

d) Fredie Didier Jr. e Pedro Henrique Pedrosa Nogueira, depois da edição do Código de Processo Civil de 2015, notadamente por força dos artigos 190 e 200, evoluíram sua posição e passaram a entender que o juiz não realiza negócios jurídicos processuais, nem mesmo quando os homologa.

e) tanto Antônio do Passo Cabral quanto Fredie Didier Jr. e Pedro Henrique Pedrosa Nogueira defendem que o sistema de nulidades aplicado ao Direito Processual contempla a divisão de nulidades relativas e absolutas, de forma que existem atos processuais que são nulos de pleno direito (nulidades absolutas) e, por isso, independem de decretação judícia

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. O juiz pode participar da convenção processual, mesmo que não seja para dispor sobre algum de seus poderes/deveres? 1ª corrente (Didier): Juiz pode ser sujeito de convenção processual, pois não haveria qualquer prejuízo. Ao revés, é mais benéfico, pois ele pode fiscalizar imediatamente a validade do negócio. Ademais, existem NJ plurilaterais típicos com a participação do juiz, a exemplo da execução negociada de sentença que determina a implantação de política pública. 2ª corrente (Cabral, Yarshell, STJ): Juiz não pode ser considerado sujeito de convenção processual. A fixação de determinado valor a ser recebido mensalmente pelo herdeiro a título de adiantamento de herança não configura negócio jurídico processual atípico (art. 190, CPC/15). (...) Admitir que o referido acordo, que sequer se pode conceituar como um negócio processual puro, pois o seu objeto é o próprio direito material que se discute e que se pretende obter na ação de inventário, impediria novo exame do valor a ser destinado ao herdeiro pelo Judiciário, resultaria na conclusão de que o juiz teria se tornado igualmente sujeito do negócio avençado entre as partes e, como é cediço, o juiz nunca foi, não é e nem tampouco poderá ser sujeito de negócio jurídico material ou processual que lhe seja dado conhecer no exercício da judicatura, especialmente porque os negócios jurídicos processuais atípicos autorizados pelo novo CPC são apenas os bilaterais, isto é, àqueles celebrados entre os sujeitos processuais parciais. Desse modo, a interpretação acerca do objeto e da abrangência do negócio deve ser restritiva, de modo a não subtrair do Judiciário o exame de questões sobre o direito material ou processual que obviamente desbordem do objeto convencionado entre os litigantes, sob pena de ferir de morte o art. 5º, XXXV, da CF e do art. 3º, CPC. REsp 1.738.656-RJ, Rel. Min. Nancy, 3ª T, d.j. 03/12/19 (info 663).

A alternativa B está incorreta. Os arts. 190 e 191, fora outras hipóteses, a exemplo do foro de eleição, pactuação do perito.

As alternativas C e D estão incorretas. É sim passível de multa. Aplica-se o pas de nulité sans grief.

A alternativa E está incorreta. Precisam ser decretadas pelo judiciário.

QUESTÃO 51. Os conceitos de bullying e cyberbullying já estavam presentes no ordenamento jurídico brasileiro desde a edição da Lei nº 13.185 de 06 de novembro de 2015, que instituiu o

Programa de Combate à Intimidação Sistemática. Contudo a criminalização penal dessas condutas somente ocorreu com a entrada em vigor da Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024, que inseriu, no Código Penal, o art 146 - A tipificando o delito de intimidação sistemática

Sobre esses delitos, é correto afirmar que

- a) se admite a responsabilização na motilidade culposa;**
- b) dependendo da gravidade da conduta, um ato isolado pode ser considerado crime de bullying ou cyberbullying;**
- c) qualquer pessoa pode ser sujeito ativo ou seja, autora dos delitos de intimidação sistemática, cyberbullying qualquer de suas formas;**
- d) as ações descritas no tipo penal envolvem elementos subjetivos portanto, é necessária a demonstração de que o autor do crime agiu com a intenção específica de intimidar, humilhar ou discriminar;**
- e) depreciar, enviar mensagens intrusivas de cunho íntimo, divulgar ou adulterar fotos e dados pessoais com a objetivo de causar sofrimento ou gerar constrangimento psicológico e social configura prática de cyberbullying.**

Comentários

A alternativa certa é a **letra C**. A questão trata dos temas bullying e ciberbullying.

A alternativa A está incorreta. O crime de intimidação sistemática, tipificado no art. 146-A do Código Penal, exige o dolo, ou seja, a intenção do agente de intimidar, humilhar ou discriminar, não sendo prevista a modalidade culposa;

A alternativa B está incorreta. A lei define a intimidação sistemática como um ato repetitivo, portanto um ato isolado não é considerado crime de bullying ou cyberbullying, haja vista que a repetição é um dos elementos centrais para caracterizar a conduta, conforme dispõe o Art. 146-A: “Intimidar sistematicamente, individualmente ou em grupo, mediante violência física ou psicológica, uma ou mais pessoas, de modo intencional e repetitivo, sem motivação evidente, por meio de atos de intimidação, de humilhação ou de discriminação ou de ações verbais, morais, sexuais, sociais, psicológicas, físicas, materiais ou virtuais.”;

A alternativa C está correta. Trata-se de tipo penal que não exige qualidade especial do agente, pode ser cometido por qualquer pessoa;

A alternativa D está incorreta. A lei não exige um elemento subjetivo específico, sendo este o erro da alternativa;

A alternativa E está incorreta. Conforme dispõe o Art. 146-A, o crime de bullying ou cyberbullying se configura ao: “Intimidar sistematicamente, individualmente ou em grupo, mediante violência física ou psicológica, uma ou mais pessoas, de modo intencional e repetitivo, sem motivação evidente, por meio

de atos de intimidação, de humilhação ou de discriminação ou de ações verbais, morais, sexuais, sociais, psicológicas, físicas, materiais ou virtuais.”

QUESTÃO 52. A Lei Maria da Penha (Lei nº11.340, de 7 de agosto de 2006) prevê, em seu art. 5º que configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, físico, sexual ou psicológico, bem como dano moral ou patrimonial (Brasil, 2000, p.2) Embora a violência psicológica já estivesse prevista como forma de agressão na Lei Maria da Penha, somente com a Lei 14.188(2021 essa conduta foi tipificada como crime autônomo, por meio da inclusão do art. 147-B no Código Penal

Sobre esse tipo penal é correto afirmar que

a) a aplicação do tipo penal se limita às relações de natureza afetiva, doméstica ou familiar, nos termos do que dispõe a Lei Maria da Penha;

b) pode ser vítima do referido delito a mulher transgênero desde que tenha se submetido à cirurgia de redesignação sexual e altere o sexo e o nome no registro civil;

c) em consonância com o princípio da fragmentariedade do Direito Penal, a conduta de diminuição da autoestima não foi incluída no tipo penal previsto no art. 147-B Código Penal

d) a prática da violência psicológica pode se manifestar por meio de vigilância constante e violação da intimidade caracterizando condutas que afetem diretamente o bem-estar emocional da vítima;

e) são circunstâncias que sempre agravam a pena deste delito, o fato dele ter sido praticado com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas de coabitação, ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica.

Comentários

A banca aponta como alternativa certa a **letra C**, porém a nossa equipe entende que a alternativa certa é a **letra D**. A questão trata sobre o tema violência psicológica.

A alternativa A está incorreta. A tipificação como crime autônomo no Código Penal pelo art. 147-B amplia a aplicabilidade do tipo, que não somente se restringirá às relações domésticas e familiares;

A alternativa B está incorreta. A proteção conferida considera a mulher com base no conceito de identidade de gênero, e não no sexo biológico, incluindo portanto mulheres transgênero, sem diferenciação pelo fato de terem ou não se submetido a cirurgia de redesignação sexual ou alterado o registro civil;

A alternativa C está correta. Embora apontada como correta pela banca, a nossa equipe entende que a alternativa está incorreta, pois a conduta de diminuição da autoestima está incluída no art. 147-B do Código Penal: “Causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante

ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação.”. Deve-se considerar o prejuízo à saúde psicológica ocasionado por tal conduta;

A alternativa D está incorreta. Embora apontada como incorreta pela banca, a nossa equipe defende que esta alternativa seria a correta e portanto o gabarito da questão. De fato o conteúdo da incriminação é amplo, tratando inclusive de limitação de ir e vir, havendo possibilidade de conflito aparente de normas com o crime de perseguição, de sequestro ou cárcere privado, ameaça, etc. Por isso, a alternativa D não se mostra incompatível com o tipo penal.

A alternativa E está incorreta. A alternativa transcreve o Código Penal (artigo 61, II, f). No entanto, obviamente, ao ser inserido como parte do enunciado, a palavra sempre dá a entender que será aplicada a agravante em todos os casos, o que não é verdadeiro. Transcrever trecho da lei não torna verdadeira a alternativa em contexto diverso. O crime do artigo 147-B do Código Penal pode não ser cometido nas circunstâncias descritas no artigo 61, II, f, do Código, razão pela qual não pode ser considerada correta.

QUESTÃO 53. Dentre os crimes contra o Estado Democrático de Direito, destaca-se o atentado à soberania, introduzido no código penal pela Lei nº 14.197/2021, que revogou a antiga Lei de Segurança Nacional. O tipo penal está previsto no art. 359 - I do Código Penal com a seguinte redação: Art. 359-I. Negociar com governo ou grupo estrangeiro, ou seus agentes, com o fim de provocar atos típicos de guerra contra o País ou invadi-lo.” (BRASIL, 1940, p.80).

Sobre esse tipo penal é correto afirmar que:

- a) expressão "grupo estrangeiro" pode incluir entidades não estatais, como milícias ou organizares paramilitares**
- b) a participação em operação bélica destinada à secessão do país caracteriza o delito de atentado à soberania nacional**
- c) o delito de atentado contra a soberania é de natureza formal, e o resultado desejado depende da própria conduta do agente**
- d) o crime é considerado de perigo concreto, devendo ser demonstrado que, de fato, houve ações que resultaram em risco a soberania**
- e) o crime pode ser praticado apenas por meio de conduta comissiva, ou seja, envolve uma ação positiva um comportamento ativo e intencional**

Comentários

A alternativa certa é a **letra A**. A questão trata do tema crimes contra o Estado Democrático de Direito.

A alternativa A está correta. De fato a expressão “grupo estrangeiro”, pode compreender milícias e grupos paramilitares;

A alternativa B está incorreta. Trata-se neste caso do crime tipificado no Código Penal pelo Art. 359-J: “Praticar violência ou grave ameaça com a finalidade de desmembrar parte do território nacional para constituir país independente.”;

A alternativa C está incorreta. O resultado desejado não depende da conduta do agente, se trata de fato de um crime formal, que se consuma na negociação.

A alternativa D está incorreta. Não se exige resultado naturalístico, pois a conduta de negociar já configura o crime.

A alternativa E está incorreta. O crime admite a conduta na forma omissiva, devendo ser considerada a possibilidade de omissão imprópria daquele que tenha o dever de zelar pelo bem tutelado.

QUESTÃO 54. No que se refere a interpretação e aplicação dos Crimes ambientais previstos na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e suas alterações posteriores, à luz da jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça e da doutrina especializada em Direito Ambiental, é correto afirmar que:

a) A pessoa jurídica pode ser responsabilizada por crime ambiental, ainda que não haja a intervenção de pessoa física atuando em nome e benefício do ente moral.

b) O delito de poluição sonora, previsto na Lei de Crimes Ambientais, exige a produção de prova pericial para constatação de poluição que possa resultar em danos à saúde humana.

c) Se aplica, de forma irrestrita, a pessoa jurídica o disposto no Código Penal, quanto a extinção da punibilidade pela morte do agente, o que no caso equivaleria à extinção da pessoa jurídica, com base no princípio da intranscendência da pena.

d) A proteção da flora ameaçada de extinção não é equiparada à proteção da fauna, havendo distinção quanto ao interesse da União, o que justifica a competência da Justiça estadual para julgar crime ambiental contra espécie vegetal ameaçada de extinção.

e) A prescrição da pretensão punitiva em crimes ambientais praticados por pessoas jurídicas, segue as regras do Código Penal, em razão do princípio da subsidiariedade, aplicando-se o prazo prescricional de oito anos, quando a norma comina cumulativamente pena privativa de liberdade e multa, mesmo que à pessoa jurídica sejam aplicáveis apenas as sanções de multa, restritivas de direito, prestação de serviços à comunidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998).

A alternativa A está incorreta. A infração deve ser cometida por decisão do representante legal no interesse/benefício de sua entidade. De acordo com artigo 3º da Lei de Crimes Ambientais: “Art. 3º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta

Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.”

A alternativa B está incorreta. De acordo com entendimento do STJ: “O delito previsto no art. 54, caput, primeira parte, da Lei n. 9.605/1998 prescinde de prova pericial para constatação de poluição que possa resultar em danos à saúde humana.” (STJ. 5ª Turma. AgRg no REsp 2.130.764-MG, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, julgado em 16/9/2024).

A alternativa C está incorreta. Conforme decidiu o STJ: “O princípio da intranscendência da pena, previsto no art. 5º, XLV da Constituição Federal, tem aplicação às pessoas jurídicas, de modo que, extinta legalmente a pessoa jurídica - sem nenhum indício de fraude -, aplica-se analogicamente o art. 107, I, do Código Penal, com a consequente extinção de sua punibilidade.” (STJ. 3ª Seção. REsp 1.977.172-PR, Rel. Min. Ribeiro Dantas, julgado em 24/08/2022).

A alternativa D está incorreta. De acordo com o STJ: “A proteção da flora ameaçada de extinção é equiparada à proteção da fauna, não havendo distinção quanto ao interesse da União, o que justifica a competência da Justiça Federal para julgar crime ambiental contra espécie vegetal ameaçada de extinção.” (STJ. 3ª Seção. AgRg no CC 206.862-SC, Rel. Ministro Joel Ilan Paciornik, julgado em 18/2/2025).

A alternativa E está correta. Segundo o STJ: “1. A prescrição da pretensão punitiva em crimes ambientais praticados por pessoas jurídicas segue as regras do Código Penal por aplicação subsidiária (art. 79 da Lei nº 9.605/1998), aplicando-se o prazo do art. 109, IV, quando a norma comina cumulativamente pena privativa de liberdade e multa, mesmo que à pessoa jurídica sejam aplicáveis apenas as sanções do art. 21 da Lei de Crimes Ambientais. 2. O delito previsto no art. 54, caput, da Lei nº 9.605/1998 possui natureza formal, sendo suficiente a potencialidade de dano à saúde humana para configuração da conduta delitiva, dispensando-se a comprovação de dano efetivo.” (AgRg no AREsp 1799446 / MG, julgado em 17/06/25).

QUESTÃO 55. Os crimes cibernéticos podem ser classificados em próprios e impróprios, conforme a natureza do mesmo em que são praticados, sendo próprios aqueles que exigem o ambiente digital para sua consumação e impróprios os que podem ocorrer tanto no meio digital quanto fora dele. À luz da doutrina especializada e da jurisprudência atual sobre o tema, é correto afirmar que:

a) o tipo penal exige que haja violação, indevida de mecanismos de segurança para que o invasor responda formalmente pelo delito;

b) o crime se consuma quando o agente invade o dispositivo, mesmo que não consiga obter ou explorar as informações, dados ou conteúdo do sistema para a obtenção de vantagem ilícita;

c) incorre no crime de invasão de dispositivo informático previsto no Código Penal, aquele que recebe autorização de acesso e após sua posterior revogação, ainda assim obtém dados do dispositivo

d) o crime de invasão de dispositivo informático exige que a vítima seja exclusivamente o proprietário do dispositivo, não se configurando o delito quando um terceiro estiver utilizando o equipamento

e) comete o crime de furto qualificado pela fraude por meio de dispositivo informático ou eletrônico previsto no Código Penal, o agente que invade o computador da vítima para descobrir a senha dela e subtrair valores de sua conta bancária.

Comentários

A alternativa certa é a **letra B**. A questão trata do tema crime de invasão de dispositivo informático.

A alternativa A está incorreta. Não se exige a violação para a consumação do delito, pois não se trata de elementar do tipo penal;

A alternativa B está correta. Conforme dispõe o Art. 154-A: “Invadir dispositivo informático de uso alheio, conectado ou não à rede de computadores, com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do usuário do dispositivo ou de instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita.” Não se exige o resultado naturalístico, pois o crime se consuma com a invasão;

A alternativa C está incorreta. Como houve a autorização inicial, não se configura a invasão, podendo a conduta ser punida através de outro tipo penal;

A alternativa D está incorreta. O tipo penal não exige que o dispositivo invadido seja de propriedade da vítima, deve-se considerar que a proteção se dá sobretudo aos dados e não ao equipamento físico apenas;

A alternativa E está incorreta. Neste caso o agente cometerá o crime tipificado no art. 155 § 4º-B, furto mediante fraude: “A pena é de reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa, se o furto mediante fraude é cometido por meio de dispositivo eletrônico ou informático, conectado ou não à rede de computadores, com ou sem a violação de mecanismo de segurança ou a utilização de programa malicioso, ou por qualquer outro meio fraudulento análogo.”.

QUESTÃO 56. A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que trata dos crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, foi substancialmente modificada pela Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2025. Com base na Lei nº 7.716/1989 e suas alterações posteriores, é correto afirmar que:

a) É cabível o perdão judicial na injúria qualificada pelo preconceito quando há retorsão.

b) A partir da atual redação da Lei do Crime Racial, seria caso de configuração de crime de racismo se uma senhora proferisse palavras racistas contra um motorista negro durante uma briga de trânsito.

c) O delito de injúria racial inclui a ofensa preconceituosa contra homossexuais e transexuais, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal em razão da omissão legislativa quanto ao tema.

d) Nos casos de racismo e injúria racial, ambos são crimes inafiançáveis, ou seja, as penas não podem ser anuladas por meio de pagamento de fiança. No entanto, apenas o crime de racismo é imprescritível.

e) Aquele que profere ofensas injuriosas que indiquem segregação ou incitem à segregação, com fundamento em preconceito religioso, comete o crime de injúria, qualificado no Código Penal. Isso porque, após as alterações introduzidas pela Lei nº 14.532/2023, a injúria religiosa permaneceu tipificada no Código Penal, não tendo migrado para a Lei nº 7.716/89, que passou a abarcar apenas as condutas injuriosas motivadas por raça, cor, etnia ou procedência nacional.

Comentários

A alternativa apontada como correta pelo gabarito preliminar da banca é a **letra D**. No entanto, entendemos que, na verdade, a alternativa correta é a letra C, conforme se explicará abaixo. A questão trata do tema Lei de Crimes Raciais (Lei nº 7.716/1989).

A alternativa A está incorreta. No crime de injúria o juiz pode deixar de aplicar a pena quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria e no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria. O instituto está previsto § 1º do art. 140 do Código Penal: “Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa. § 1º - O juiz pode deixar de aplicar a pena: I - quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria; II - no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.”

A alternativa B está incorreta. Trata-se do crime de injúria racial, conforme art. 2º-A, da Lei 7.716/89: “Art. 2º-A Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional. Pena: reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.”

A alternativa C, apesar de apontada como incorreta pelo gabarito preliminar, na verdade está correta. No julgamento do MI 4.733, o STF pacificou que a homofobia e a transfobia se enquadram no conceito de racismo (Art. 5º, XLII, da CF). As ofensas à honra subjetiva (injúria) motivadas por homotransfobia se enquadram como injúria racial, que é uma espécie do gênero racismo. Vejamos: “1. Até que sobrevenha lei emanada do Congresso Nacional destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da República, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei nº 7.716, de 08.01.1989, constituindo, também, na hipótese de homicídio doloso, circunstância que o qualifica, por configurar motivo torpe (Código Penal, art. 121, § 2º, I, “in fine”); (...) 3. O conceito de racismo, compreendido em sua dimensão social, projeta-se para além de aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos, pois resulta, enquanto manifestação de poder, de uma construção de índole histórico-cultural motivada pelo objetivo de justificar a desigualdade e destinada ao controle ideológico, à dominação política, à subjugação social e à negação da alteridade, da dignidade e da humanidade daqueles que, por integrarem grupo vulnerável (LGBTI+) e por não pertencerem ao estamento que detém posição de hegemonia em uma dada estrutura social, são

considerados estranhos e diferentes, degradados à condição de marginais do ordenamento jurídico, expostos, em consequência de odiosa inferiorização e de perversa estigmatização, a uma injusta e lesiva situação de exclusão do sistema geral de proteção do direito.” (STF. Plenário. ADO 26/DF, Rel. Min. Celso de Mello; MI 4733/DF, Rel. Min. Edson Fachin, julgados em 13/6/2019).

A alternativa D, apesar de apontada como correta pelo gabarito preliminar, na verdade está incorreta. Conforme art. 5º, XLII, da CF/88: “XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;”. Em 2021, o STF equiparou a injúria racial ao racismo, sendo esta também considerada inafiançável e imprescritível. Vejamos: “CRIME IMPRESCRITÍVEL. OFENSA A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. IMPOS-SIBILIDADE. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA. MATÉRIA ANALISADA, EM CASO ANÁLOGO, PELO STF. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE PROVIDO E INDEFERIDO O PEDIDO DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. 1. Comprovada a republicação da decisão de inadmissão do recurso especial, é reconsiderada a decisão que julgou intempestivo o agravo. 2. Nos termos da orientação jurisprudencial desta Corte, com o advento da Lei n. 9.459/97, introduzindo a denominada injúria racial, criou-se mais um delito no cenário do racismo, portanto, imprescritível, inafiançável e sujeito à pena de reclusão (AgRg no AREsp XXXXX/DE, Rel. Ministro ERICSON MARANHÃO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, julgado em 18/08/2015, DJe 31/08/2015). 3. A ofensa a dispositivo constitucional não pode ser examinada em recurso especial, uma vez que compete exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal o exame de matéria constitucional, o qual já se manifestou, em caso análogo, refutando a violação do princípio da proporcionalidade da pena cominada ao delito de injúria racial. 4. Agravo regimental parcialmente provido para conhecer do agravo em recurso especial mas negar-lhe provimento e indeferir o pedido de extinção da punibilidade.” (HABEAS CORPUS 154.248 DISTRITO FEDERAL. MIN RELATOR: EDSON FACHIN).

A alternativa E está incorreta. Conforme artigo publicado na Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro: “Portanto, no que se refere ao preconceito religioso, o intérprete da lei penal deve ter atenção redobrada. Se o caso concreto espelhar ofensas ou insultos, estar-se-á diante do crime previsto no art. 140, §3º, do CP. Lado outro, se indicar segregação ou incentivo à segregação, amoldar-se-á a conduta segregacionista ao crime previsto na Lei n. 7.716/89. Aliás, cumpre salientar que tal diferenciação possui algumas consequências práticas importantes, visto que a partir dela se nota que apenas o racismo religioso de que cuida a Lei n. 7.716/89 se submete à imprescritibilidade, inafiançabilidade e incondicionalidade da ação penal pública, lembrando-se, nesse particular, de que é vedado o emprego de analogia in malam partem em matéria penal, motivo pelo qual esse mesmo tratamento não poderá ser estendido ao crime contra a honra previsto no Código Penal. A título de exemplo, no contexto da intolerância religiosa, configura racismo tipificado na Lei n. 7.716/89 a conduta de uma pessoa que defende o extermínio de todos os judeus, muçulmanos ou candomblecistas (e.g., realizar a divulgação, em rede social ou página da internet, de manifestações de ódio público contra denominação religiosa e seus seguidores). De outro modo, nas mesmas circunstâncias, caracteriza o crime de injúria qualificada a conduta da mesma pessoa que venha a xingar um judeu, muçulmano ou candomblecista, dirigindo a quaisquer deles, no intuito de ofendê-los, impropérios com referência à sua respectiva religião (...)”. (Júnior, José Gomes Sobrinho. Os elementos do crime de racismo religioso. Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro nº 95, jan./mar. 2025).

Leia o caso 02 para responder à questão 57.

Caso 02. Durante uma festa realizada em um sítio localizado na zona rural de Catu Bahia Luís, visivelmente embriagado de forma voluntária, iniciou uma discussão com Eduardo, seu antigo

desafeto Após troca de insultos, Luís sacou uma arma de fogo que portava e efetuou disparo contra Eduardo atingindo-o na região torácica em região letal. A vítima foi socorrida, submetida a cirurgia e sobreviveu. Testemunhas afirmam que Luís e Eduardo já haviam se envolvido em discussões prévias ao dia dos fatos

QUESTÃO 57. Considerando o caso 02 a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é correto afirmar que

- a) embriaguez voluntária exclui a possibilidade de legítima defesa**
- b) o fato de Luís estar em estado de embriaguez é causa de exclusão da culpabilidade**
- c) conforme entendimento do STJ, a existência de discussão prévia afasta, por si só, a configuração do motivo fútil**
- d) é possível que seja apresentada, como tese defensiva, a hipótese de tentativa culposa de homicídio como tese subsidiária da legítima defesa**
- e) a legítima defesa, para justificar a absolvição sumária, deve ser comprovada de forma incontestável. Assim, a competência para decidir sobre a legítima defesa, quando pairarem dúvidas sobre ela é do Tribunal do Júri conforme entendimento pacificado na jurisprudência.**

Comentários

A alternativa certa é a **letra E**. A questão trata do tema legítima defesa.

A alternativa A está incorreta. Deve-se observar que a legítima defesa se ituan plano da ilicitude do fato, sendo uma das suas excludentes, já a embriaguez, quando por conta de caso fortuito ou força maior, se configura como excludente de culpabilidade. Logo não há interação entre elas, de modo que a embriaguez não tem o condão de afastar a legítima defesa.

A alternativa B está incorreta. A embriaguez voluntária não exclui a culpabilidade, somente a causada por caso fortuito ou força maior, conforme dispõe o art 28 § 1º do CP: “É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.”;

A alternativa C está incorreta. O motivo fútil, que não se confunde com a ausência de motivo, não se afasta pela discussão prévia.

A alternativa D está incorreta. Não existe tentativa culposa de homicídio.

A alternativa E está correta. Conforme decidido pelo STJ, no julgamento do AgRg no HC n. 1.004.393/MG, a competência é do Tribunal do Júri.

Leia o caso 03 para responder à questão 58.

Caso 03. Tarcísio, após invadir ilegalmente o celular de sua ex-namorada Jessica obteve acesso a fotos íntimas armazenadas no dispositivo, que nunca lhe foram anteriormente remetidas pela vítima. Utilizando um perfil falso em rede social, passou a ameaçá-la, exigindo o pagamento de R\$ 10.000,00 para não divulgar as imagens. Jessica, temendo a exposição, realizou a transferência bancária, mas ainda assim Tarcísio publicou parte do conteúdo em um grupo de mensagens. A investigação do perfil falso e identificou Tarcísio como autor das ameaças e da divulgação.

QUESTÃO 58. Considerando o caso 03, correto afirmar que

- a) o crime de extorsão virtual exige que a vítima esteja presente fisicamente no momento da ameaça
- b) o autor cometeu apenas o crime de gestão de invasão de dispositivo informático, não havendo extorsão, uma vez que não houve violência física
- c) Tarciso não pode ser responsabilizado, criminalmente pois utilizou um perfil falso e não se identificou como o autor das ameaças
- d) a obtenção de imagens íntimas, sem consentimento, configura, em princípio, apenas crime contra honra, não sendo punível como extorsão;
- e) crime se consumou quando Jéssica foi constrangida ao pagamento da quantia mediante grave ameaça, sendo desnecessário para a consumação, que Tarcísio efetivamente obtivesse a vantagem indevida.

Comentários

A alternativa certa é a **letra E**. A questão trata do tema extorsão.

A alternativa A está incorreta. Não se exige que a vítima esteja presente no momento da ameaça para a configuração do crime de extorsão virtual.

A alternativa B está incorreta. A violência física não é elementar do crime de extorsão, sendo necessário apenas o temor, conforme dispõe o Código Penal no Art. 158: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa.”;

A alternativa C está incorreta. O fato de ter utilizado perfil falso não isenta Tarcísio do crime;

A alternativa D está incorreta. A conduta é denominada sextorsão, justamente quando a extorsão tem como fundamento a divulgação de imagens íntimas.

A alternativa E está correta. É o que dispõe a súmula 96 do STJ: “O crime de extorsão consuma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida.”.

QUESTÃO 59. Caso 04: Durante patrulhamento de rotina, policiais militares abordaram Leandro, de 20 anos em frente a uma escola pública de ensino médio, por volta das 13h. Com ele, foram encontrados 20 papé debates de cocaína, além de uma quantia em dinheiro trocado. Leandro confessou que vendia drogas para adolescentes da região e que escolhia o horário de saída escolar para facilitar o comércio. O local de abordagem ficava a menos de 100 metros do portão principal da escola.

Sobre o caso 04, de acordo com a Lei nº 13.343, de 23 de agosto de 2006, e suas alterações posteriores, é correto afirmar que:

- a) A confissão espontânea de Leandro exclui a tipicidade penal, tornando o fato atípico.**
- b) O tráfico de drogas nas imediações da escola é considerado causa de aumento de pena.**
- c) A proximidade da escola não possui relevância jurídica, desde que não haja flagrante dentro do estabelecimento.**
- d) A conduta de Leandro configura tráfico privilegiado, pois ele é primário, tem menos de 21 anos e não integra organização criminosa.**
- e) A comercialização de drogas para adolescentes usuários configura apenas infração administrativa, não sendo punível criminalmente, segundo recente entendimento do Supremo Tribunal Federal.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Lei de Drogas (Lei 13.343/2006).

A alternativa A está incorreta. Não há de se falar em exclusão da tipicidade penal. A confissão espontânea, segundo o Código Penal, pode atenuar a pena: “Art. 65 - São circunstâncias que sempre atenuam a pena: III - ter o agente: d) confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime;”. A Lei 13.343/2006, em si, não faz menção à confissão espontânea.

A alternativa B está correta. Conforme art. 40, III, da Lei 13.343/2006: “Art. 40. As penas previstas nos arts. 33 a 37 desta Lei são aumentadas de um sexto a dois terços, se: III - a infração tiver sido cometida nas dependências ou imediações de estabelecimentos prisionais, de ensino ou hospitalares, de sedes de entidades estudantis, sociais, culturais, recreativas, esportivas, ou beneficentes, de locais de trabalho coletivo, de recintos onde se realizem espetáculos ou diversões de qualquer natureza, de serviços de tratamento de dependentes de drogas ou de reinserção social, de unidades militares ou policiais ou em transportes públicos;”

A alternativa C está incorreta. Conforme já explicado na justificativa da alternativa B, a proximidade com a escola possui sim relevância jurídica, sendo causa de aumento de pena.

A alternativa D está incorreta. O tráfico privilegiado está previsto no art. 33, § 4º, da Lei 13.343/2006: “§ 4º Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.” Observa-se, no caso narrado, que Leandro confessou

que vendia drogas para adolescentes da região, depreendendo-se que se dedica, sim, à atividades criminosas. Logo, não faz jus à modalidade privilegiada.

A alternativa E está incorreta. Há sim punição criminal, sendo a comercialização a adolescente, inclusive, causa de aumento de pena. Conforme art. 33 c/cart. 40, VI, da Lei 13.343/2006: “Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.”; e “Art. 40. As penas previstas nos arts. 33 a 37 desta Lei são aumentadas de um sexto a dois terços, se: VI - sua prática envolver ou visar a atingir criança ou adolescente ou a quem tenha, por qualquer motivo, diminuída ou suprimida a capacidade de entendimento e determinação;”.

QUESTÃO 60. A Lei nº 14.811/2024 promoveu alterações significativas na Lei nº 8.072/1990 (Lei dos Crimes Hediondos), passando a incluir no rol de crimes hediondos diversas condutas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), especialmente aquelas que envolvem violência contra crianças e adolescentes vítimas de pedofilia.

Sobre essas alterações, é correto afirmar que

a) foram inseridas no rol dos crimes hediondos todas as condutas relacionadas a pedofilia previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

b) foram classificadas como hediondas as condutas de vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro contendo cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.

c) após a alteração legislativa promovida pela Lei nº 14.811/2024, passaram a ser consideradas como hediondas as condutas de adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente, punidas com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa.

d) as condutas de oferecer, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente foram classificadas como hediondas em razão da maior gravidade da pena - reclusão de 3 (três) a 6 (seis) anos e multa.

e) se configuram como crimes hediondos as condutas de produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente, bem como as condutas, consistentes em agenciar, facilitar, recrutar, coagir ou, de qualquer modo, intermediar a participação de criança ou adolescente nas cenas referidas no caput ou ainda contracenar com elas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre os crimes incluídos no rol dos crimes hediondos a partir da Lei n.º 14.811/2024.

A alternativa A está incorreta. Nem todas as condutas relacionadas à pedofilia foram classificadas como hediondas. Por exemplo, assédio sexual virtual (art. 241-D do ECA) não está entre os crimes hediondos, apesar de ser relacionado ao tema.

A alternativa B está incorreta. A conduta de vender ou expor à venda está no art. 241 do ECA, mas não foi incluída no rol dos crimes hediondos pela Lei n.º 14.811/2024. Apenas algumas condutas foram.

A alternativa C está correta. A afirmativa está em consonância com o art. 241-B do ECA: “adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa”.

A alternativa D está incorreta. Apesar dessa conduta (art. 241-A do ECA) estar no rol dos crimes hediondos, a justificativa dada está errada. A classificação como hediondo não depende da gravidade da pena, pois até condutas com penas menores (como 1 a 4 anos) foram incluídas. O critério é político-criminal, não exclusivamente a pena.

A alternativa E está incorreta. O parágrafo único do art. 1º da Lei dos Crimes hediondos prevê que o §1º do art. 240 do ECA é considerado crime hediondo. Portanto, o caput não está no rol previsto da referida lei, portanto, item incorreto. A descrição da alternativa corresponde ao art. 240 do ECA, mas essa infração, apesar de grave, não foi incluída no rol dos crimes hediondos pela Lei n.º 14.811/2024.

QUESTÃO 61. Desde a tipificação do crime de feminicídio, em 2015, o Brasil vem registrando números alarmantes de tentativas e consumação desse delito, tendo alcançado seu ápice em 2024. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em julho de 2025, esse cenário impulsionou a aprovação da Lei nº 14.994/2004 conhecida também como Pacote Anti Feminicídio. Essa norma promoveu profunda alteração no Código Penal, transformando feminicídio em crime autônomo previsto no art. 121-A, com pena de 20 a 40 anos de reclusão, além de agravar as penas de outros crimes praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino. Sobre as alterações perpetradas pela Lei nº 14. 994, de 9 de outubro de 2024 e alterações posteriores é correto afirmar que

a) o delito de ameaça, ainda que praticado contra a mulher pela condição de sexo feminino, depende de representação da vítima ou de seu responsável legal

b) Se a contravenção penal for praticada contra a mulher pela condição do sexo feminino, aplica-se a pena em dobro tal como ocorre no delito de ameaça praticado no mesmo contexto

c) se um companheiro agrediu fisicamente sua companheira na data de 9 de agosto de 2024, ainda lhe será imputado o delito previsto no artigo 129 parágrafo 9º do Código Penal em razão do princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa;

d) se comunicam ao qual autor ou partícipe as circunstâncias pessoais elementares do crime quais sejam o fato de o crime ter sido cometido pela condição de sexo feminino, quando envolver violência doméstica e familiar, bem como menosprezo ou discriminação à condição de mulher

e) o preso condenado por crime contra a mulher pela condição de sexo feminino poderá ter suspenso ou restringido mediante ato motivado do juiz da execução penal alguns dos direitos previstos na lei de execução penal dentre estes a visita íntima ou conjugal e a visita de amigos em dias determinados.

Comentários

A alternativa certa é a **letra D**. A questão trata do tema feminicídio.

A alternativa A está incorreta. O crime de ameaça, quando praticado por questões de gênero, é de ação penal pública, a nova redação do art. 147 dispõe: “§ 1º Se o crime é cometido contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 1º do art. 121-A deste Código, aplica-se a pena em dobro. § 2º Somente se procede mediante representação, exceto na hipótese prevista no § 1º deste artigo”.

A alternativa B está incorreta. A pena é aplicada em triplo quando se trata da contravenção das vias de fato;

A alternativa C está incorreta. Errado, atente-se que o parágrafo 13, aplicável à mulher, foi criado na lei de 2021, lei 14.188, não se confundindo com o parágrafo 9º que se aplica às vítimas do sexo masculino. Portanto, desde 2021 já existia a tipificação, o que não irá se aplicar é a nova pena prevista.

A alternativa D está correta. Há a comunicação das elementares, conforme dispõe o Código Penal no art. 30: “Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.”;

A alternativa E está incorreta. A nova redação do art. 41 da LEP, dispõe: “§ 1º Os direitos previstos nos incisos V, X e XV poderão ser suspensos ou restringidos mediante ato motivado do juiz da execução penal. § 2º O preso condenado por crime contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 1º do art. 121-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), não poderá usufruir do direito previsto no inciso X em relação à visita íntima ou conjugal.”

QUESTÃO 62. Segundo o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, extraído dos informativos de jurisprudência publicados nos últimos três anos acerca dos crimes contra a dignidade sexual é correto afirmar que

a) para a configuração do delito de favorecimento de prostituição ou de outra forma de exploração sexual de crença ou adolescente, exige-se a habitualidade da conduta, sendo atípica a prática isolada, salvo se configurar outro tipo penal.

b) para a configuração do delito de favorecimento à prostituição de adolescentes, previsto no Código Penal, o fato de as vítimas exercerem a prostituição e terem consciência dessa condição caracteriza a atipicidade da conduta, ainda que atendido o critério etário;

c) a leveza ou superficialidade de conduta, ainda que presente o dolo de satisfazer a lascívia, própria ou de terceiro, na prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, permite a desclassificação do crime de estupro de vulnerável para o delito de importunação sexual ambos do Código Penal

d) a ausência de violência ou grave ameaça na conduta do réu, consistente em apalpar as partes íntimas de vítima com o objetivo de satisfazer sua lascívia, ainda que esta não se encontre em ação de vulnerabilidade, não autoriza a desclassificação do crime de estupro para o delito de importunação sexual

e) para a caracterização do crime de estupro de vulnerável, são irrelevantes o eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior ou a existência de relacionamento amoroso com o réu, tendo em vista a presunção absoluta de violência nos casos de conjunção carnal ou de ato libidinoso diverso com pessoa menor de 14 anos.

Comentários

A alternativa certa é a **letra E**. A questão trata do tema crimes contra a dignidade sexual.

A alternativa A está incorreta. Não se exige a habitualidade para a configuração do crime;

A alternativa B está incorreta. Em situações de exploração sexual se configura o crime do Art. 218-B: "Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone." Ainda que sejam as denominadas situações de Sugar Daddy ou Sugar Mommy se aplica o tipo penal.

A alternativa C está incorreta. O estupro de vulnerável não admite a desclassificação para a importunação sexual.

A alternativa D está incorreta. Se não houver a situação de vulnerabilidade admite-se a desclassificação do crime de estupro para o de importunação sexual na conduta narrada. Conforme dispõe o Código Penal no Art. 215-A: "Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro.";

A alternativa E está **correta**. De acordo com o Tema 918 do STJ: "Para a caracterização do crime de estupro de vulnerável previsto no art. 217-A, caput, do Código Penal, basta que o agente tenha conjunção carnal ou pratique qualquer ato libidinoso com pessoa menor de 14 anos. O consentimento da vítima, sua eventual experiência sexual anterior ou a existência de relacionamento amoroso entre o agente e a vítima não afastam a ocorrência do crime.".

Leia o caso 05 para responder à questão 63

Caso 05. Mariana, mãe de Miera de 6 anos, reside com a filha e seu companheiro Paulo, em Salvador. Após denúncias feitas por vizinhos, o Conselho Tutelar constatou que a criança apresentava sinais de agressões físicas recorrentes. Em depoimento, a genitora alegou que Paulo disciplinava a menina com palmadas, mas negou qualquer violência grave. O laudo médico, no entanto, indicou lesões compatíveis com maus-tratos e agressões físicas graves

QUESTÃO 63. Considerando o caso 05, é correto afirmar que:

- a) Mariana pode ser denunciada por omissão culposa, pois tinha conhecimento das agressões e não adotou medidas para impedi-las ou denunciá-las**
- b) a conduta de Paulo enquadra-se como lesão corporal qualificada pela condição da vítima com menos de 14 anos, delito que será considerado como crime hediondo apenas se tivesse o resultado morte**
- c) a mãe da criança pode ter agido em coautoria ou como partícipe dos crimes praticados por Paulo, caso seja comprovada sua conivência ou negligência grave**
- d) Nos casos de violência doméstica ou familiar contra crianças e adolescentes, é vedada a aplicação de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, sendo permitida apenas a substituição da pena por multa isolada;**
- e) apenas com as recentes alterações no crime de maus tratos, previsto no Código Penal, este deixou de ser considerado de menor potencial ofensivo, não lhe sendo mais aplicáveis as medidas despenalizadoras como a composição Civil dos danos, a transação penal e a suspensão condicional do processo (sursis processual).**

Comentários

A alternativa certa apontada pela banca é a **letra C**, porém nossa equipe entende que a alternativa certa é a **letra E**, portanto a questão é passível de recurso. A questão trata do tema crimes de maus tratos.

A alternativa A está incorreta. Não existe nada no enunciado que demonstre a falta de cuidado da mãe apta a configurar a negligência e portanto o crime culposos. Como sabia das agressões Mariana responde pelo tipo doloso;

A alternativa B está incorreta. Não existe previsão legal de que a lesão seja qualificada quando praticada contra menor de 14 anos;

A alternativa C está correta. A banca indica a alternativa C, mas não há exigência de negligência “grave” para responsabilização da mãe. A responsabilização da mãe pode se dar por dolo ou culpa (negligência) como todo caso de omissão imprópria quanto a delito que tenha modalidade culposa. No entanto, não existe essa exigência de que a negligência seja grave, restrição inexistente na legislação e na doutrina majoritária.

A alternativa D está incorreta. A lei Henri Borel inseriu alteração no ECA proibindo expressamente os institutos mencionados na assertiva “Art. 226. § 1º Aos crimes cometidos contra a criança e o adolescente, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de

1995. § 2º Nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, é vedada a aplicação de penas de cesta básica ou de outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.” ;

A alternativa E está incorreta. Apesar de ter sido apontada como incorreta pela banca, a nossa equipe entende ser esta a alternativa certa. De fato, a pena passou a ser de 2 a 5 anos, portanto não se aplica os institutos da Lei nº 9.099/95 no Art. 61: “Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.”. O crime de maus-tratos possuía a pena de detenção, de dois meses a um ano, ou multa, e passou, com a Lei nº 15.163, de 2025, a ter a pena de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos. Com isso, deixou de ter crime de menor potencial ofensivo. Segundo o artigo 61 da Lei n. 9.099/1995, consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa. Assim, deixou de ser considerado crime de menor potencial ofensivo, pois a pena máxima era de 1 ano e passou a ser de 5 anos. Deixaram de ser cabíveis os benefícios de composição civil dos danos e transação penal. Quanto à suspensão condicional do processo, o benefício não se limita às infrações de menor potencial ofensivo. Segundo o artigo 89 da Lei n. 9.099/1995, os crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena. Antes, era cabível, pois a pena mínima era inferior a um ano. Agora, a pena mínima é de 2 anos, não sendo mais aplicável o “sursis” processual. Assim, não tem como deixar de considerar a alternativa correta.

QUESTÃO 64. O artigo 158-A do Código de Processo Penal prevê a cadeia de custódia, apresentando como deve ser tratada a preservação do local do crime.

A alternativa que contém as etapas que são exclusivas da fase interna da cadeia de custódia é

a) Acondicionamento, Armazenamento e Descarte

b) Recebimento, Processamento, Armazenamento e Descarte

c) Recebimento, Isolamento, Fixação, Coleta e Acondicionamento.

d) Recebimento, Acondicionamento, Processamento e Armazenamento.

e) Transporte, Recebimento, Armazenamento, Acondicionamento e Descarte.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre as etapas exclusivas da fase interna da cadeia de custódia, conforme o artigo 158-A do Código de Processo Penal.

A alternativa A está incorreta. A alternativa não menciona o processamento, que é uma etapa crucial da fase interna.

A alternativa B está correta. Todas as etapas listadas são exclusivas da fase interna da cadeia de custódia, conforme o artigo 158-A do Código de Processo Penal. Essas etapas ocorrem dentro do órgão pericial, sem intervenção externa, garantindo a integridade e a análise técnica dos vestígios.

A alternativa C está incorreta. Esta alternativa mistura etapas internas e externas. O recebimento é uma etapa interna, mas os demais são etapas externas.

A alternativa D está incorreta. Embora esta alternativa mencione etapas internas, ela não inclui o descarte, que é uma etapa final importante da fase interna.

A alternativa E está incorreta. O transporte é geralmente considerado uma etapa externa.

QUESTÃO 65. Sobre a interpretação da Lei Processual Penal e os princípios do Direito Processual Penal, é correto afirmar que

a) o princípio da autoritariedade não se aplica ao processo Penal Pátrio.

b) o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece, ao lado dos princípios do juiz natural e do promotor natural, o princípio da autoridade policial natural, por analogia.

c) a Lei Processual Penal não admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais do Direito.

d) dentre os princípios constitucionais explícitos, encontramos o princípio do duplo grau de jurisdição, o qual garante à parte o direito de reexame da causa por instância superior.

e) entre os princípios constitucionais implícitos do processo penal, encontra-se o princípio da congruência entre a acusação e a sentença, o qual implica na exigência de que o fato imputado ao réu, na peça inicial acusatória, guarde correspondência com o fato reconhecido pelo juiz, na sentença.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da interpretação da Lei Processual Penal e os princípios do Direito Processual Penal

A alternativa A está incorreta. O princípio da autoritariedade não é um princípio reconhecido no processo penal brasileiro.

A alternativa B está incorreta. Não há reconhecimento do princípio da autoridade policial natural, e a analogia mencionada não é aplicável ou reconhecida pelo STF.

A alternativa C está incorreta. A Lei Processual Penal admite, sim, interpretação extensiva e aplicação analógica, além do suplemento dos princípios gerais do Direito.

A alternativa D está incorreta. O princípio do duplo grau de jurisdição não é explicitamente previsto na Constituição Federal como um princípio constitucional explícito.

A alternativa E está correta. O princípio da congruência é um princípio implícito que decorre do sistema acusatório, exigindo que a sentença do juiz esteja em conformidade com a acusação apresentada.

QUESTÃO 66. Sobre o Inquérito Policial, é correto afirmar que

a) no que se refere a inquérito policial instaurado para apurar crime contra a economia popular, o prazo para sua conclusão é de 10 (dez) dias.

b) o Código de Processo Penal, de forma expressa, determina que o inquérito policial deve ser concluído no prazo de 10 (dez) dias, prorrogável uma única vez, por mais dez dias, mediante representação da autoridade policial e ouvido o Ministério Público, se o indiciado estiver preso.

c) na hipótese do prazo para conclusão de inquérito policial, que apura crime praticado por investigado preso, vença em um domingo ou feriado, deverá a autoridade policial, providenciar para que a entrega do caderno inquisitorial, devidamente finalizado, ocorra no dia útil mais próximo, posterior, conforme prevê a legislação.

d) em se tratando de inquérito policial instaurado para apurar crime previsto na Lei 11.343/2006 (Lei de Drogas), o prazo para sua conclusão, estando o investigado preso, é de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por até 90 (noventa) dias pelo juiz, ouvido o Ministério Público, mediante pedido justificado da autoridade policial.

e) quanto aos crimes militares, o prazo para conclusão do inquérito policial instaurado para apurá-los é de 15 (quinze) dias, estando o indiciado preso, contando esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão ou no prazo de 30 (trinta) dias, quando o indicado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre direito processual penal, com foco na fase investigativa e nos limites temporais legais para a atuação da autoridade policial.

A alternativa A está correta. A Lei nº 1.521/51, em seu art. 10, §1º, estabelece que o prazo para concluir inquérito sobre crime contra a economia popular é de 10 dias.

A alternativa B está incorreta. O Código de Processo Penal realmente prevê o prazo de 10 dias para conclusão do inquérito policial quando o indiciado está preso, conforme previsão do art. 10, caput, do CPP, mas não há previsão expressa de que esse prazo seja prorrogável uma única vez por mais dez dias.

A alternativa C está incorreta. O prazo é fatal. Se vencer em domingo ou feriado, deve ser cumprido até esse dia, sem previsão legal para entrega posterior.

A alternativa D está incorreta. A Lei de Drogas permite prorrogação de até 30 dias, não 90. Nos termos do art. 51 da Lei de Drogas.

A alternativa E está incorreta. Os prazos indicados na alternativa estão errados. O CPP Militar prevê 20 dias para preso e 40 para solto, nos termos do artigo 20 do Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.002/69).

QUESTÃO 67. De acordo com o Código de Processo Penal, Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, e suas alterações posteriores, analise as assertivas a seguir.

I. Ocorre conexão consequencial quando duas ou mais infrações houverem sido umas praticadas para facilitar as outras.

II. Na hipótese de concurso entre a competência da vara do tribunal do júri e a competência de jurisdição especial, ocorrerá disjunção dos feitos.

III. Ocorre conexão objetiva finalista quando duas ou mais infrações são praticadas, umas para ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a quaisquer delas.

IV. Havendo conexão ou continência entre uma infração de pequeno potencial ofensivo e de outra infração qualquer, inclusive crime doloso contra a vida, deve haver junção dos feitos no juízo comum ou no tribunal do júri.

V. Considere que Chico Cabeludo e Chica Careca foram denunciados em processos distintos, pela prática do mesmo crime, praticado por ambos, em concurso de pessoa. Nesta hipótese, a continência poderá ser reconhecida em qualquer fase da persecução penal ainda que um dos processos esteja em sede recursal ou, ainda, na fase de execução penal.

Sobre as assertivas, é correto afirmar que

- a) apenas, a assertiva II está correta**
- b) apenas, a assertiva III está correta.**
- c) as assertivas III e V estão corretas.**
- d) as assertivas II e IV estão corretas**
- e) as assertivas II, IV e V estão corretas**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, conforme o gabarito preliminar oficial. Porém, entendemos pela possibilidade de recurso, uma vez que as assertivas I, II e III estão corretas e, portanto, nenhuma alternativa responde à questão. A questão trata sobre Conexão e Continência no Processo Penal

A assertiva I está correta. A conexão consequencial tratada como sinônimo de finalística ou teleológica, conforme prevista no artigo 76, II, do CPP: “A competência será determinada pela conexão: II - se, no mesmo caso, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas”.

A assertiva II está correta. Na conexão entre crime de competência do júri e da justiça especializada deve haver a cisão de processos, pois ambas as competências são absolutas.

A assertiva III está correta. Esta assertiva está correta quanto ao conteúdo, pois descreve com precisão o que está no art. 76, II, do CPP, que trata da conexão objetiva finalista (expressão doutrinária): “A competência será determinada pela conexão: II - se, no mesmo caso, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas”.

A assertiva IV está incorreta. Se houver junção, ela deverá ocorrer no Tribunal do júri, nos termos do artigo 78, I, do CPP: “Na determinação da competência por conexão ou continência, serão observadas as seguintes regras: I - no concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência do júri;”

A assertiva V está incorreta. Aplicação analógica da súmula 235, do STJ, que trata da conexão: “A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado”. Não haverá reunião dos feitos se um deles já tiver sido julgado.

QUESTÃO 68. Em relação ao desaforamento, de acordo com o Código de Processo Penal Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, e suas alterações posteriores, analise as assertivas a seguir.

I. Não há previsão legal de recurso contra decisão que admite, ou não, o desaforamento.

II. A pendência de recurso contra a decisão de pronúncia não impede a admissão do pedido de desaforamento.

III. No tribunal, o pedido de desaforamento será distribuído imediatamente e terá preferência julgamento na Câmara ou turma competente.

IV. Admite-se desaforamento em razão do excesso de serviço, hipótese em que apenas o juiz poderá representar pelo desaforamento nesse caso.

V. Considerados relevantes os motivos alegados para a admissão do pedido de desaforamento, o relator do caso poderá determinar, fundamentalmente, a suspensão do julgamento pelo tribunal do júri até que se decida a respeito do pleito.

Estão corretas as assertivas:

a) I e IV

b) II e IV

c) I, II e III

d) I, III e V

e) II, III e V

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre o instituto do Desaforamento no Tribunal do Júri.

A alternativa I está correta. De fato, o CPP não prevê recurso específico contra a decisão que admite ou não o desaforamento

A alternativa II está incorreta. O artigo 427, §4º, do CPP é claro ao afirmar que na pendência de recurso contra a decisão de pronúncia, não se admitirá o pedido de desaforamento.

A alternativa III está correta. Conforme o artigo 427, §1º, do CPP, que determina exatamente isso: “o pedido de desaforamento deve ser distribuído imediatamente e terá preferência de julgamento.”

A alternativa IV está incorreta. O artigo 428 do CPP realmente prevê o desaforamento por excesso de serviço, mas não restringe a legitimidade para requerer o desaforamento apenas ao juiz.

A alternativa V está correta. O artigo 427, §2º, do CPP prevê expressamente que, sendo relevantes os motivos alegados, o relator poderá determinar, fundamentadamente, a suspensão do julgamento pelo júri até que o pedido de desaforamento seja decidido.

QUESTÃO 69. Sobre recursos no processo penal, analise as assertivas a seguir.

I. No agravo em execução, não é cabível o efeito interativo.

II. O recurso ordinário constitucional será recebido apenas no efeito devolutivo.

III. É desnecessária a interposição de embargos de declaração para a retificação de mero erro material.

IV. Contra a decisão que concede ou indefere o pedido de prisão preventiva, cabe recurso em sentido estrito.

V. Os embargos infringentes e de nulidade são interpostos por petição, a qual deverá estar acompanhada de razões, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da publicação do acórdão.

Estão corretas as assertivas

a) I e II

b) I e III

c) II e IV

d) II, III e V

e) I, IV e V

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata de diferentes tipos de recursos previstos no processo penal.

A alternativa I está incorreta. O erro está na expressão “efeito interativo”, que não existe no vocabulário técnico-jurídico do processo penal.

A alternativa II está correta. O recurso ordinário constitucional tem apenas efeito devolutivo.

A alternativa III está correta. O erro material pode ser corrigido de ofício pelo juiz ou tribunal, a qualquer tempo, podendo ser conhecido por provocação da parte por simples petição.

A alternativa IV está incorreta. A jurisprudência majoritária e a prática forense indicam que contra a decisão que concede a prisão preventiva, o meio adequado é o habeas corpus, e não o recurso em sentido estrito.

A alternativa V está correta. Os embargos infringentes e de nulidade estão previstos no art. 609, parágrafo único, do CPP e o prazo para interposição é de 10 dias, a contar da publicação de acórdão.

QUESTÃO 70. De acordo com o Código de Processo Penal, Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, e suas alterações posteriores, é correto afirmar que

a) no procedimento aplicável à apuração de crime contra a propriedade imaterial, o exame de corpo delito será condição de procedibilidade para o exercício do direito de ação.

b) no procedimento aplicável aos crimes dolosos contra a vida, tanto as partes quanto os jurados poderão formular perguntas ao ofendido e às testemunhas, por intermédio do juiz presidente.

c) no procedimento aplicável aos crimes afiançáveis praticados por funcionário público, antes de receber a inicial, deve o acusado ser notificado para apresentação da defesa preliminar, concedendo-lhe, para tanto, o prazo de 10 (dez) dias.

d) no procedimento especial aplicável à apuração dos crimes contra a honra, antes de receber a queixa, o juiz oferecerá às partes oportunidade para se reconciliarem, fazendo-as comparecer em juízo e ouvindo-as, separadamente, na presença de seus advogados, não se lavrando o termo.

e) no procedimento comum ordinário, devidamente intimado o denunciado o mesmo deixa de apresentar resposta à acusação. Assim, por essa razão, deve o juiz, de pronto, ratificar o recebimento da denúncia, ou da queixa-crime, designando dia e hora para realização de audiência instrução e julgamento, ordenando a intimação das partes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata de procedimentos especiais e comuns no processo penal, com base no Código de Processo Penal (CPP).

A alternativa A está correta. Com base no art. 525 do CPP, quando houver vestígios, o exame pericial (corpo de delito) é indispensável para o recebimento da denúncia ou queixa, funcionando como uma condição para o exercício da ação penal nesses casos.

A alternativa B está incorreta. O artigo 473, §2º, do CPP permite que os jurados, e não as partes, formulem perguntas ao ofendido e às testemunhas, por intermédio do juiz presidente.

A alternativa C está incorreta. O artigo 514 do CPP trata do procedimento especial para crimes funcionais afiançáveis e prevê que, nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias, e não 10 dias, como afirma a alternativa.

A alternativa D está incorreta. O artigo 520 do CPP prevê que, nos crimes contra a honra, antes do recebimento da queixa, o juiz oferecerá às partes a oportunidade de reconciliação, ouvindo-as separadamente e sem a presença de seus advogados, e não se lavrará termo.

A alternativa E está incorreta. O artigo 396-A, §2º, do CPP determina que, se o acusado não apresentar resposta à acusação no prazo legal, o juiz deve nomear defensor para oferecê-la, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

QUESTÃO 71. De acordo com o artigo 112 da Lei nº 7.210, de 1 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), a pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz.

Considerando a Lei nº 7.210/1984 e suas alterações posteriores, analise as assertivas e identifique com V as verdadeiras e com F as falsas.

() Rafael, réu primário, foi condenado pela prática de crime de latrocínio. Portanto, para obter direito à progressão de regime, terá que cumprir 40% (quarenta por cento) da pena imposta.

() Rodrigo, réu primário, foi condenado pela prática de feminicídio contra sua companheira. Assim, para alcançar o direito à progressão de regime, terá que cumprir 50% (cinquenta por cento) da pena imposta.

() Fabinho, réu primário, foi condenado pela prática de lesões corporais contra sua amante. Desse modo, para conseguir o direito à progressão de regime, será necessário o cumprimento de 30% (trinta por cento) da pena.

() José Ricardo, após cumprir pena pela prática de crime de homicídio qualificado, foi condenado pela prática de crime de lesões corporais de natureza gravíssima tendo como vítima seu professor, crime ocorrido nas dependências de uma Instituição Federal de Ensino Superior. Nessa hipótese, o sentenciado terá direito à progressão de regime, após cumprir 60% (sessenta por cento) da pena imposta.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

a) V F V F

b) V V F V

c) V F F F

d) F F V V

e) F V V F

Comentários

Ao analisarmos a questão, entendemos que não há alternativa correta. No entanto, a banca deu como gabarito a **letra C**. A questão versa sobre progressão de regime, prevista na Lei de Execução Penal.

A primeira afirmativa é falsa, pois Rafael cometeu o crime de latrocínio, portanto, resultou na morte da vítima. Dessa forma, terá que cumprir 50% da pena para haver a progressão e não 40% (Art. 112, inciso VI, alínea “a” da Lei 7.210/84).

A segunda afirmativa é falsa, pois Rodrigo, para alcançar o direito à progressão de regime, terá que cumprir 55% da pena imposta, e não 50% (Art. 112, inciso VI - A da Lei 7.210/84).

A terceira afirmativa é falsa, pois Fabinho, por ser réu primário, precisará cumprir 25% da pena e não 30% como afirma a alternativa (Art. 112, inciso III da Lei 7.210/84).

A quarta afirmativa é verdadeira. José Ricardo cometeu o crime nas dependências de uma Instituição Federal de Ensino Superior. Nessa hipótese, o sentenciado terá direito à progressão de regime, após cumprir 60% (sessenta por cento) da pena imposta (Art. 112, inciso VII da Lei 7.210/84).

Dessa forma, a sequência correta seria “F F F V”, não havendo alternativa que corresponda com a sequência correta.

QUESTÃO 72. Considerando a legislação em vigor aplicável à violência doméstica e familiar, analise as assertivas a seguir.

I. O juiz competente deve determinar o registro imediato das medidas protetivas de urgência concedidas

II. A lei prevê a inclusão da mulher em situação de violência doméstica ou familiar em programa eletrônico de acionamento policial de emergência.

III. Nos termos da legislação vigente, é possível decisão judicial que determine o uso de tornozeleira eletrônica em agressor, cuja vítima esteja sob medida protetiva.

IV. Verificada a existência de risco atual ou eminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica ou familiar ou de seus dependentes, o delegado de polícia pode conceder, imediatamente, medida protetiva de urgência, afastando o agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência da vítima desde que não tenha autoridade judicial titular lotada na comarca.

V. O policial poderá aplicar a medida protetiva de urgência correspondente ao afastamento imediato do agressor do lar, do domicílio ou do lugar de convivência com a vítima, quando verificada a existência de risco atual ou eminente à vida ou integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica ou de seus dependentes desde que inexistam juiz e delegado titulares lotados na comarca.

Estão corretas, apenas, as assertivas:

a) I, II e V

b) I, II e III

c) I, III e IV

d) II, III e V

e) III, IV e V

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão versa sobre as medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), com foco na atuação dos órgãos do sistema de justiça e segurança pública.

O item I está correto. O item está em conformidade com o art. 38-A da referida Lei: “O juiz competente providenciará o registro da medida protetiva de urgência. [...] Parágrafo único. As medidas protetivas de urgência serão, após sua concessão, imediatamente registradas [...]”.

O item II está correto. Nos termos do art. 22 da Lei 11.340/06: “§ 5º Nos casos previstos neste artigo, a medida protetiva de urgência poderá ser cumulada com a sujeição do agressor à monitoração eletrônica, disponibilizando-se à vítima dispositivo de segurança que alerte sobre sua eventual aproximação”.

O item III está correto. Nos termos do art. 22 da Lei 11.340/06: “Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência [...] § 5º Nos casos previstos neste artigo, a medida protetiva de urgência poderá ser cumulada com a sujeição do agressor a monitoração eletrônica, disponibilizando-se à vítima dispositivo de segurança que alerte sobre sua eventual aproximação”.

O item IV está incorreto. O item afirma que poderá o delegado de polícia decretar a medida desde que não tenha autoridade judicial titular lotada na comarca. Tal afirmação está incorreta, pois, na verdade, o delegado poderá decretar a medida quando o Município não for sede de comarca e não quando não houver autoridade judicial titular na comarca (art. 12-C, inciso II da Lei 11.340/06).

O item V está incorreto. Nos termos do art. 12-C, inciso III da Lei 11.340/06, o policial poderá decretar a medida protetiva quando, cumulativamente, o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.

QUESTÃO 73. Sobre a Ação Civil Ex Delicto, analise as assertivas a seguir.

I. Havendo a prescrição da pretensão executória da pena, ainda assim, será possível a execução no juízo cível.

II. Os dispositivos de segurança destinados ao uso em caso de perigo eminente e disponibilizados para monitoramento das vítimas de violência ou familiar amparadas por medidas protetivas terão seus custos ressarcidos pelo agressor.

III. Ainda que não havendo, na sentença condenatória transitada em julgado, determinação expressa de reparação do dano ou de devolução de produto do ilícito, é possível o juízo da execução inserir referida condição para fins de progressão de regime, pois trata de exigência legal explícita.

IV. Nos casos de violência contra a mulher praticada no âmbito doméstico e familiar, é possível a fixação do valor mínimo indenizatório a título de dano moral, desde que haja pedido expresso da acusação ou da parte ofendida, mesmo que não especificada a quantia, e independentemente de instrução probatória.

V. Transitada em julgado a sentença condenatória, poderão promover a sua execução, no juízo cível, para o efeito da reparação do dano à vítima, além desta, seu representante legal, seus herdeiros, bem como o assistente de acusação ou do Ministério Público, desde que não exista na comarca a Defensoria Pública estruturada, tanto na hipótese de ação penal pública quanto privada.

Estão corretas as assertivas:

a) I, II e V

b) I, II e IV

c) I, IV e V

d) I, III e IV

e) III, IV e V

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão versa sobre a Ação Civil Ex Delicto.

O item I está correto. Civil. O art. 91, I, do CP estabelece que a sentença penal condenatória gera obrigação de reparar o dano, e o art. 63 do CPP permite que a vítima promova a execução no juízo cível, ainda que extinta a punibilidade. No mais, no julgamento do REsp 1802170, o STJ já se manifestou no seguinte sentido: “A prescrição penal não impede a propositura da ação civil ex delicto.”

O item II está correto. Conforme o art. 9º, § 5º, da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), os custos dos dispositivos de segurança (como tornozeleiras e botões de pânico) devem ser ressarcidos pelo agressor, quando houver condenação.

O item III está incorreto. O juízo da execução não pode incluir requisito não fixado na sentença condenatória. A exigência de reparação do dano para fins de progressão de regime depende de demonstração do dolo e da possibilidade de ressarcimento, mas não pode ser imposta se não constar expressamente da sentença condenatória (Art. 33, § 4º, CP e STJ, HC 686.334: “não se pode exigir reparação do dano não fixada na sentença como requisito à progressão de regime”).

O item IV está correto. Segundo o STJ (Tema 983), é possível a fixação de valor mínimo indenizatório por dano moral nas condenações por violência doméstica independentemente de instrução probatória específica, desde que haja pedido expresso.

O item V está incorreto. Segundo o art. 63 do Código de Processo Penal: “Transitada em julgado a sentença condenatória, poderão promover-lhe a execução, no juízo cível, para o efeito da reparação do dano, o ofendido, seu representante legal ou seus herdeiros”. Portanto, alternativa incorreta.

QUESTÃO 74. No tocante à infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, analise as assertivas a seguir.

I. Não é punível no âmbito da infiltração, a prática de crime pelo agente infiltrado no curso da investigação, quando inexigível conduta diversa.

II. A infiltração deverá ser autorizada pela autoridade judicial pelo prazo de 90 (noventa) dias, sem o prejuízo de eventuais renovações, desde que comprovada sua necessidade.

III. No curso do inquérito policial, a autoridade policial poderá determinar a seus agentes infiltrados, além do Ministério Público, bem como o juiz que autorizou a infiltração, a qualquer tempo, requisitar relatório da atividade de infiltração.

IV. As informações quanto à necessidade da operação de infiltração serão dirigidas diretamente ao juiz competente, o qual decidirá no prazo de 5 (cinco) dias, após manifestação do Ministério Público na hipótese de representação do delegado de polícia, devendo-se adotar as medidas necessárias para o êxito das investigações e a segurança do agente infiltrado.

Sobre as assertivas acima, é correto afirmar que

- a) apenas, a assertiva I é correta.
- b) apenas, a assertiva IV é correta.
- c) as assertivas I e III são corretas.
- d) as assertivas II e III são corretas.
- e) as assertivas III e IV são corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão versa sobre a infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação (Lei n.º 12.850/13 - Organização Criminosa).

O item I está correto. É exatamente o que prevê o art. 13 da Lei 12.850/13.

O item II está incorreto. O §3º do art. 10 da Lei 12.850/13 prevê que “a infiltração será autorizada pelo prazo de até 6 (seis) meses, sem prejuízo de eventuais renovações, desde que comprovada sua necessidade”.

O item III está incorreto. O art. 10, em seu parágrafo 5º prevê que: “No curso do inquérito policial, o delegado de polícia poderá determinar aos seus agentes, e o Ministério Público poderá requisitar, a qualquer tempo, relatório da atividade de infiltração”. Portanto, a lei não auferiu tal possibilidade ao juiz que autorizou a infiltração, que receberá o relatório após o fim do prazo da infiltração.

O item IV está incorreto. O art. 12, §1º da Lei 12.850/13 prevê um prazo de 24 horas para o juiz decidir sobre a autorização e não de cinco dias como afirma o item.

QUESTÃO 75. De acordo com artigo 4º da Lei n.º 12.850/2013, "o juiz poderá, a requerimento das partes conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal (...)" (Brasil, 2013, p.3)

Considerando os resultados esperados a partir das informações fornecidas para que o colaborador seja contemplado com os benefícios expressos na Lei n.º 12.850/2013, analise as opções a seguir e identifique com V as verdadeiras e com F as falsas.

() A localização de eventual vítima com a sua integridade física preservada.

() A revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa.

() A restituição total ou parcial do produto das infrações praticadas pela organização criminosa às devidas vítimas.

() A identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas.

() A identificação e localização do(s) líder(es) da organização criminosa, quando não for(em) este(s) o(s) colaborador(es).

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

a) F V F V F

b) F F V F V

c) V V F F V

d) V V F V F

e) V F V V V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão versa sobre os benefícios previstos na Lei das Organizações Criminosas (Lei n.º 12.850/2013).

O art. 4 da Lei 12.850/13 prevê que, para a concessão do perdão judicial, de advir alguns resultados a partir da colaboração. Dessa forma, identifica-se que as duas primeiras alternativas, bem como a penúltima alternativa estão corretas, pois em consonância com os dispositivos da lei. Observe:

O Item I está correto. Inciso V: “a localização de eventual vítima com a sua integridade física preservada”.

O Item II está correto. Inciso II: “a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa”.

O Item III está incorreto. A lei prevê, em verdade, a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa (ADPF 569).

O Item IV está correto. Inciso I: “a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas”.

O Item V está incorreto. Não há tal previsão na lei. Conforme vimos, no inciso II do art. 4, há previsão sobre a revelação da estrutura hierárquica, mas não há previsão sobre a localização dos líderes.

QUESTÃO 76. Analise as seguintes assertivas acerca da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e alterações posteriores, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

I. A Estação Ecológica é uma unidade de conservação de proteção integral, que tem por objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas, tendo posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão sempre desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

II. O Refúgio da Vida Silvestre é uma unidade de conservação de proteção integral, que tem por objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória, podendo, em tese, ser constituído por áreas particulares.

III. O Monumento Natural é uma unidade de conservação de proteção integral, que tem por objetivo a preservação de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica, tendo posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão sempre desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

IV. A Reserva Biológica é uma unidade de conservação de proteção integral que tem por objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, podendo ser constituída por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

V. O Parque Natural é uma unidade de conservação de proteção integral, que tem por objetivo a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico, tendo posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão sempre desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei.

De acordo com a Lei nº 9.985/2000 e suas alterações posteriores, estão corretas as assertivas:

a) I, II e V

b) I, II e III

c) I, III e IV

d) II, III e IV

e) III, IV e V

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

O item I está correto. De acordo com art. 8º, I, c/c art. 9º, caput e § 1º, da Lei de SNUC: “Art. 8º O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação: I - Estação Ecológica;”; e “Art. 9º A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. § 1º A Estação Ecológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.”

O item II está correto. De acordo com o art. 8º, V, c/c art. 13, caput e § 1º, da Lei de SNUC: “Art. 8º O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação: V - Refúgio de Vida Silvestre.”; e “Art. 13. O Refúgio de Vida Silvestre tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. § 1º O Refúgio de Vida Silvestre pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.”

O item III está incorreto. O Monumento Natural pode ser constituído por áreas privadas, conforme art. 12, § 1º, da Lei de SNUC: “§ 1º O Monumento Natural pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.”

O item IV está incorreto. A Reserva Biológica somente é constituída por áreas públicas. Conforme art. 10, § 1º, da Lei de SNUC: “§ 1º A Reserva Biológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.”

O item V está correto. De acordo com art. 8º, III, c/c art. 11, caput e §§ 1º e 4º, da Lei de SNUC: “Art. 8º O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação: III - Parque Nacional;”; e “Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. § 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. (...) § 4º As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.”

QUESTÃO 77. Paulo adquiriu uma propriedade rural no ano de 2024. Tempos depois, tomou ciência de que pendia sobre a área um passivo ambiental ocorrido no ano anterior à aquisição, referente à supressão ilegal de vegetação, seguida de pequenas construções, em áreas de preservação permanente. Considerando a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é correto afirmar que:

a) Paulo não arcará com as penalidades administrativas referentes a estes fatos, em vista da natureza subjetiva desta responsabilidade, que exige prova de que o transgressor agiu com dolo ou culpa, e que o dano ambiental foi resultado direto de sua conduta (nexo causal).

b) Acaso acionado judicial e civilmente para proceder a demolição das construções e a recuperação da área de vegetação ilegalmente suprimida. Paulo deverá figurar no polo passivo conjuntamente ao proprietário anterior, por ser o verdadeiro responsável pelos danos ambientais.

c) Paulo será civilmente responsável por arcar com os custos e prejuízos da demolição das construções irregulares em área de preservação permanente, cessando, assim, a ilicitude, mas não será responsável pela recuperação ambiental da área por se tratar de dano ambiental a que não deu causa.

d) Paulo poderá ser responsabilizado pelos danos ambientais ocorridos na área, na esfera cível, mesmo antes de sua aquisição, por se tratar de obrigação *propter rem* e objetiva, mas somente de forma subsidiária, depois de esgotadas as medidas judiciais e administrativas em desfavor do causador do dano.

e) As construções irregulares em área de preservação permanente serão consolidadas com base na chamada desafetação ou desclassificação jurídica tácita, em razão da Teoria do Fato Consumado, considerando se tratar de dano de pequena extensão, mas não poderão ser ampliadas para além das áreas já ocupadas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Responsabilidade Ambiental.

A alternativa A está correta. Conforme entendimento doutrinário majoritário e entendimento jurisprudencial do STJ, a responsabilidade administrativa ambiental é subjetiva, exigindo culpa ou dolo. Vejamos: “PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AMBIENTAL. DANO AMBIENTAL. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA. CARÁTER SUBJETIVO. DEMONSTRAÇÃO DE DOLO OU CULPA E DO NEXO CAUSAL. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO. (...) II - A responsabilidade administrativa ambiental tem caráter subjetivo, exigindo-se, por isso, a demonstração de dolo ou culpa e do nexo causal entre conduta e o dano. Precedentes.” (AgInt no REsp 1828167/PR, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 30/09/2019, DJe 03/10/2019).

A alternativa B está incorreta. O litisconsórcio é facultativo, à escolha do credor, conforme Súmula 623 do STJ: “As obrigações ambientais possuem natureza *propter rem*, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor.”

A alternativa C está incorreta. Paulo também será responsável pela recuperação da área, tendo em vista se tratar de obrigação objetiva e solidária. Conforme Súmula 623 do STJ: “As obrigações ambientais possuem natureza *propter rem*, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor.”

A alternativa D está incorreta. A responsabilidade é solidária. A execução subsidiária somente se aplica quando o poder público é omissor no dever de fiscalizar. Conforme Súmula 652 do STJ: “A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária.”

A alternativa E está incorreta. Não se aplica teoria do fato consumado em direito ambiental. De acordo com o disposto na Súmula 613 do STJ: “Não se admite a aplicação da teoria do fato consumado em tema de Direito Ambiental.”

QUESTÃO 78. A Mata Atlântica é um Patrimônio Nacional e foi reconhecida como Patrimônio Mundial Natural pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Considerando o disposto na Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores (Lei da Mata Atlântica), analise as assertivas a seguir:

I. É vedada a supressão de vegetação primária do Bioma Mata Atlântica, para fins de loteamento ou edificação, nas regiões metropolitanas e áreas urbanas consideradas como tal em lei específica.

II. Nos perímetros urbanos aprovados após a data de início de vigência desta Lei, é vedada a supressão de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica para fins de loteamento ou edificação.

III. Nos perímetros urbanos delimitados após a data de início de vigência desta Lei, a supressão de vegetação secundária, em estágio médio de regeneração, fica condicionada à manutenção de vegetação, nesse estágio, em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da área total coberta por esta vegetação.

IV. Nos perímetros urbanos aprovados após a data de início de vigência desta Lei, a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração somente será admitida, para fins de loteamento ou edificação, no caso de empreendimentos que garantam a preservação de vegetação nativa, no estágio referido, em, no mínimo, 30% (trinta por cento) da área total coberta por esta vegetação.

V. Nos perímetros urbanos aprovados até a data de início de vigência desta Lei, a supressão de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração dependerá de prévia autorização do órgão federal competente e somente será admitida, para fins de loteamento ou edificação, no caso de empreendimentos que garantam a preservação de vegetação nativa em estágio avançado de regeneração em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da área total coberta por esta vegetação.

De acordo com a Lei nº 11.428/2006 e suas alterações posteriores, estão corretas as assertivas:

a) I, II e III

b) I, III e V

c) II, III e IV

d) II, IV e V

e) III, IV e V

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006).

O item I está correto. Conforme art. 30, caput, da Lei 11.428/2006: “Art. 30. É vedada a supressão de vegetação primária do Bioma Mata Atlântica, para fins de loteamento ou edificação, nas regiões metropolitanas e áreas urbanas consideradas como tal em lei específica, aplicando-se à supressão da vegetação secundária em estágio avançado de regeneração as seguintes restrições:”

O item II está correto. Conforme art. 30, II, da Lei 11.428/2006: “Art. 30. (...) II - nos perímetros urbanos aprovados após a data de início de vigência desta Lei, é vedada a supressão de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica para fins de loteamento ou edificação.”

O item III está correto. Conforme art. 31, § 2º, da Lei 11.428/2006: “§ 2º Nos perímetros urbanos delimitados após a data de início de vigência desta Lei, a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração fica condicionada à manutenção de vegetação em estágio médio de regeneração em no mínimo 50% (cinquenta por cento) da área total coberta por esta vegetação.”

O item IV está incorreto. A supressão limitada em 30% ocorre em perímetros urbanos aprovados até a data de início de vigência da Lei, e não após. Conforme art. 31, § 1º, da Lei 11.428/2006: “§ 1º Nos perímetros urbanos aprovados até a data de início de vigência desta Lei, a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração somente será admitida, para fins de loteamento ou edificação, no caso de empreendimentos que garantam a preservação de vegetação nativa em estágio médio de regeneração em no mínimo 30% (trinta por cento) da área total coberta por esta vegetação.”

O item V está incorreto. Dependerá de prévia autorização do órgão estadual competente, e não de órgão federal. Conforme art. 30, I, da Lei 11.428/2006: “Art. 30. (...) I - nos perímetros urbanos aprovados até a data de início de vigência desta Lei, a supressão de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração dependerá de prévia autorização do órgão estadual competente e somente será admitida, para fins de loteamento ou edificação, no caso de empreendimentos que garantam a preservação de vegetação nativa em estágio avançado de regeneração em no mínimo 50% (cinquenta por cento) da área total coberta por esta vegetação, ressalvado o disposto nos arts. 11, 12 e 17 desta Lei e atendido o disposto no Plano Diretor do Município e demais normas urbanísticas e ambientais aplicáveis;”

QUESTÃO 79. Sobre o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em matéria ambiental, é correto afirmar que:

a) muito embora o dano ambiental seja imprescritível, a cobrança de multas previstas no próprio TAC segue o disposto na Súmula 467 do STJ, segundo a qual “prescreve em cinco anos,

contados do término do processo administrativo, a pretensão da administração pública de promover a execução da multa por infração ambiental”.

b) a celebração do compromisso de ajustamento de conduta com o Ministério Público tem por consequência afastar a eventual responsabilidade administrativa ou penal pelo mesmo fato, mas não importa, automaticamente, no reconhecimento de responsabilidade para outros fins que não os estabelecidos expressamente no compromisso.

c) o Ministério Público não tem legitimidade para executar compromisso de ajustamento de conduta firmado por outro órgão público, no caso de sua omissão frente ao descumprimento das obrigações assumidas, mas deverá adotar todas as providências de natureza civil ou criminal que se mostrarem pertinentes, em face da inércia do órgão público compromitente.

d) o compromisso de ajustamento de conduta poderá ser tomado em qualquer fase da investigação, nos autos de inquérito civil ou procedimento correlato, até o momento anterior à propositura da ação judicial, devendo conter obrigações certas, líquidas e exigíveis, salvo peculiaridades do caso concreto, e ser assinado pelo órgão do Ministério Público e pelo compromissário.

e) descumprido o compromisso de ajustamento de conduta, integral ou parcialmente, deverá o órgão de execução do Ministério Público com atribuição para fiscalizar o seu cumprimento promover, no prazo máximo de sessenta dias, ou assim que possível, nos casos de urgência, a execução judicial do respectivo título executivo extrajudicial com relação às cláusulas em que se constatar a mora ou inadimplência.

Esta alternativa reproduz fielmente o art. 11, caput, da Resolução CNMP nº 179/2017: "Descumprido o compromisso de ajustamento de conduta, integral ou parcialmente, deverá o órgão de execução do Ministério Público com atribuição para fiscalizar o seu cumprimento promover, no prazo máximo de sessenta dias, ou assim que possível, nos casos de urgência, a execução judicial do respectivo título executivo extrajudicial com relação às cláusulas em que se constatar a mora ou inadimplência."

Comentários

A resposta correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Pois a Súmula 467 do STJ diz respeito à prescrição da multa pela autuação administrativa (5 anos contados a partir do término do processo administrativo). Já as multas previstas no próprio TAC, segue a lógica da prescrição aplicável aos títulos executivos judiciais (Resolução CNMP 179/2017, art. 1º).

A alternativa B está incorreta. Porque a celebração da TAC não afasta, necessariamente, a eventual responsabilidade administrativa ou penal pelo mesmo fato como aponta a alternativa, conforme §3º do art. 1º da Resolução do CNMP nº 179/17.

A alternativa C está incorreta. O MP tem legitimidade para executar compromisso de ajustamento de conduta firmado por outro órgão público inclusive adotar outras providências de natureza civil ou

criminal que se mostrarem pertinentes, inclusive na inércia do órgão público, conforme dispõe o art. 12 da Resolução nº 179/17 do CNMP.

A alternativa D está incorreta. Pois o Compromisso de Ajustamento de Conduta pode ser tomado durante o curso do processo judicial conforme estabelece o art. 3º da Resolução CNMP nº 179/2017.

A alternativa E está correta. Sendo o nosso gabarito, por corresponder literalmente ao disposto no art. 11 da Resolução nº 179/2017.

QUESTÃO 80. Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, publicado nos informativos de jurisprudência nos dois últimos anos, é correto afirmar que:

a) É juridicamente possível o pedido de reconhecimento de filiação socioafetiva entre avós e neto, tendo em vista não haver qualquer vedação legal expressa no ordenamento jurídico a esse respeito.

b) A suspeita de ocorrência da adoção irregular de criança justifica a sua inserção em abrigo institucional, considerando-se que a ordem cronológica de preferência das pessoas previamente cadastradas para adoção tem caráter absoluto.

c) É do melhor interesse de crianças e adolescentes indígenas a competência da Justiça Federal para processar e julgar ações de adoção. Compreende-se que a intervenção da FUNAI em tais situações, sendo obrigatória, atrai a competência automática da Justiça Federal.

d) Não configura indenização por danos morais a abordagem excessiva de agente de segurança privada de supermercado a menor de idade, por suspeita de prática de ato infracional análogo ao furto, causando situação vexaminosa em frente aos outros clientes do estabelecimento comercial.

e) A recusa dos pais em vacinar filho (criança ou adolescente) contra a COVID-19, mesmo advertidos dos riscos de sua conduta pelo Conselho Tutelar Municipal e pelo Ministério Público Estadual não autoriza a aplicação da sanção pecuniária por descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema entendimentos jurisprudenciais diversos acerca do Direito da Criança e do Adolescente.

A alternativa A está correta. Conforme entendimento jurisprudencial do STJ: “É juridicamente possível o pedido de reconhecimento de filiação socioafetiva entre avós e neto, tendo em vista não haver qualquer vedação legal expressa no ordenamento jurídico a esse respeito.” (STJ. 3ª Turma. REsp 2.107.638-SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 12/11/2024 (Info 834)).

A alternativa B está incorreta. A suspeita de ocorrência da adoção irregular de criança não justifica a sua inserção em abrigo institucional, pois depende do caso concreto. Conforme entendimento

jurisprudencial do STJ: “A depender do caso concreto, a suspeita de ocorrência da adoção irregular de criança não justifica a sua inserção em abrigo institucional.” (STJ. 3ª Turma. Processo em segredo de justiça, Rel. Min. Moura Ribeiro, julgado em 2/4/2024 (Info 806)).

A alternativa C está incorreta. A competência, neste caso, é da Justiça Estadual. Conforme entendimento jurisprudencial do STJ: “É do melhor interesse de crianças e adolescentes indígenas a competência da Justiça Estadual para processar e julgar ações de adoção, assim sendo, a intervenção da FUNAI em tais situações, ainda que obrigatória, não atrai a competência automática da Justiça Federal.” (STJ. 2ª Seção. CC 209.192-PA, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 3/4/2025 (Info 848)).

A alternativa D está incorreta. Neste caso, deve sim haver a indenização por danos morais. Conforme entendimento jurisprudencial do STJ: “Configura indenização por danos morais a abordagem excessiva de agente de segurança privada de supermercado à menor de idade, por suspeita de prática de ato infracional análogo ao furto, causando situação vexaminosa em frente aos outros clientes do estabelecimento comercial.” (STJ. 3ª Turma. REsp 2.185.387-PR, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 13/5/2025 (Info 850)).

A alternativa E está incorreta. A vacinação de crianças e adolescentes é obrigatória quando recomendada por autoridades sanitárias, sendo a recusa injustificada caracterizada como negligência parental. Conforme entendimento jurisprudencial do STJ: “A recusa dos pais em vacinar filho ou adolescente contra a COVID-19, mesmo advertidos dos riscos de sua conduta pelo Conselho Tutelar Municipal e pelo Ministério Público Estadual, autoriza a aplicação da sanção pecuniária prevista no art. 249 do ECA.” (STJ. 3ª Turma. REsp 2.138.801-PR, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 18/3/2025 (Info 844)).

QUESTÃO 81. Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e suas alterações posteriores, é correto afirmar que:

- a) A participação da criança e/ou adolescente em espetáculo televisivo, acompanhado dos pais ou responsáveis, dispensa o alvará judicial.**
- b) Os fundos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente são instituídos por leis de iniciativa de cada casa legislativa respectiva.**
- c) A municipalização do atendimento é uma das diretrizes previstas no ECA e consiste em confirmar o poder de decisão do município e da comunidade na estruturação da política local.**
- d) A gestão dos fundos é função dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar, com a fiscalização do Ministério Público, Tribunais de Contas e Defensoria Pública.**
- e) Criança ou adolescente somente poderá viajar de avião para dentro ou fora do país, mediante autorização, salvo quando acompanhado de ambos os pais ou responsáveis ou na companhia de um deles, autorizado expressamente pelo outro, através de documento com firma reconhecida.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Estatuto da Criança e do Adolescente.

A alternativa A está incorreta. Não há tal dispensa. Conforme art. 149, II, “a”, do ECA: “Art. 149. Compete à autoridade judiciária disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará: II - a participação de criança e adolescente em: a) espetáculos públicos e seus ensaios;”.

A alternativa B está incorreta. Os fundos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente são instituídos por leis de iniciativa do Executivo de cada esfera. Por analogia, vejamos art. 1º da Lei 8.242.91, relativa ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda): “Art. 1º Fica criado o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). § 1º Este conselho integra o conjunto de atribuições da Presidência da República. § 2º O Presidente da República pode delegar a órgão executivo de sua escolha o suporte técnico-administrativo-financeiro necessário ao funcionamento do Conanda.”

A alternativa C está correta. Conforme art. 88, I, do ECA: “Art. 88. São diretrizes da política de atendimento: I - municipalização do atendimento;”.

A alternativa D está incorreta. A gestão é feita pelos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, e não pelos Conselhos Tutelares. Por analogia, observe art. 2º, X, da Lei 8.242.91, relativa ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda): “Art. 2º Compete ao Conanda: X - gerir o fundo de que trata o art. 6º da lei e fixar os critérios para sua utilização, nos termos do art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;”. No mesmo sentido, o art. 88, IV, do ECA: “Art. 88. São diretrizes da política de atendimento: IV - manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente;”. Ademais, a lei não fala em fiscalização por parte da Defensoria nem do Tribunal de Contas. Conforme art. 260, § 4º, do ECA: “§ 4º O Ministério Público determinará em cada comarca a forma de fiscalização da aplicação, pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos incentivos fiscais referidos neste artigo.”

A alternativa E está incorreta. Tal restrição é apenas para viagens ao exterior. Conforme art. 84 do ECA: “Art. 84. Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é dispensável, se a criança ou adolescente: I - estiver acompanhado de ambos os pais ou responsável; II - viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro através de documento com firma reconhecida.”

QUESTÃO 82. Considerando a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, e suas alterações posteriores, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância, é correto afirmar que:

a) Considera-se a primeira infância o período que abrange os primeiros 3 (três) anos completos de vida da criança.

b) Será conferida as crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos prioridade absoluta na oferta de serviços, apoio e recursos necessários ao seu pleno desenvolvimento infantil.

c) As políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos da criança, na primeira infância, serão elaboradas e executadas de forma a centralizar as ações na União Federal.

d) A atenção precoce priorizará as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos que necessitem de atendimento educacional especializado e os bebês que tenham nascido em condições de risco.

e) A Lei 13.257/2016 foi duramente criticada pela doutrina especializada por se omitir na previsão da adoção de medidas para evitar a exposição precoce à comunicação mercadológica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Marco Legislativo da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016).

A alternativa A está incorreta. Conforme art. 2º da Lei 13.257/2016: “Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança.”

A alternativa B está correta. Conforme art. 5º, parágrafo único, da Lei 13.257/2016: “Parágrafo único. Será conferida às crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos referidas no § 2º do art. 3º desta Lei prioridade absoluta na oferta de serviços, apoios e recursos necessários ao seu pleno desenvolvimento infantil.”

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 4º, VIII, da Lei 13.257/2016: “Art. 4º As políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância serão elaboradas e executadas de forma a: VIII - descentralizar as ações entre os entes da Federação;”

A alternativa D está incorreta. Conforme art. 3º, § 2º, da Lei 13.257/2016: “2º A Atenção Precoce priorizará as crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos que necessitem de atendimento educacional especializado e os bebês que tenham nascido em condição de risco, como os prematuros, os acometidos por asfixia perinatal ou os que apresentem problemas neurológicos, malformações congênitas, síndromes genéticas, entre outros.”

A alternativa E está incorreta. A lei não é omissa em relação a tal ponto. Conforme art. 5º da Lei 13.257/2016: “Art. 5º Constituem áreas prioritárias para as políticas públicas para a primeira infância a saúde, a alimentação e a nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente, bem como a proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista, a prevenção de acidentes e a adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica.”

QUESTÃO 83. Considerando as recentes Jurisprudências do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:

a) Em ações de destituição do poder familiar, é obrigatória a intervenção da Defensoria Pública como curador(a) especial, mesmo havendo Ministério Público.

b) A Justiça da Infância e da Juventude tem competência absoluta para processar e julgar causas envolvendo a matrícula de menores em creches ou escolas.

c) O princípio do juízo imediato, previsto no ECA, em conjunto com o melhor interesse da criança e do adolescente, é subordinado às normas gerais de competência do Código de Processo Civil (CPC).

d) O STJ entendeu que o acolhimento institucional pós-maioridade depende da demonstração concreta da necessidade, independentemente do consentimento do jovem, não configurando um direito automático.

e) A jurisprudência firmou que a colocação de criança ou adolescente em acolhimento familiar em detrimento do abrigo institucional ocorrerá nos casos de evidente risco concreto à sua integridade física e psíquica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema entendimentos jurisprudenciais diversos acerca do Direito da Criança e do Adolescente.

A alternativa A está incorreta. Conforme entendimento do STJ: “Na ação de destituição do poder familiar proposta pelo Ministério Público não cabe a nomeação da Defensoria Pública para atuar como curadora especial do menor.” (STJ. 4ª Turma. REsp 1176512-RJ, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, julgado em 1º/3/2012). No mesmo sentido, o art. 162, § 4º, do ECA: “Art. 162 (...) § 4º Quando o procedimento de destituição de poder familiar for iniciado pelo Ministério Público, não haverá necessidade de nomeação de curador especial em favor da criança ou adolescente.”

A alternativa B está correta. Conforme Tema repetitivo 1058 do STJ: “Tese jurídica firmada: A Justiça da Infância e da Juventude tem competência absoluta para processar e julgar causas envolvendo matrícula de menores em creches ou escolas, nos termos dos arts. 148, IV, e 209 da Lei 8.069/90.”

A alternativa C está incorreta. Conforme entendimento do STJ: “O princípio do juízo imediato, previsto no art. 147, I e II, do ECA, desde que firmemente atrelado ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, sobrepõe-se às regras gerais de competência do CPC.” (STJ. 2ª Seção. CC 111130/SC, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 08/09/2010).

A alternativa D está incorreta. Conforme decidiu o STJ no Recurso Especial nº 1.879.562/RS, o acolhimento institucional pós maioridade depende da demonstração concreta da necessidade e do consentimento do jovem, não configurando um direito automático. Em analogia, é o art. 101, § 5º, do ECA: “§ 5º O plano individual será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento e levará em consideração a opinião da criança ou do adolescente e a oitiva dos pais ou do responsável.”

A alternativa E está incorreta. Conforme entendimento do STJ: “Não é do melhor interesse da criança e do adolescente o acolhimento em abrigo institucional em detrimento do precedente acolhimento familiar, ressalvadas as hipóteses em que o abrigo institucional imediato revela-se necessário para evitar a formação de laços afetivos entre a criança e os guardiães em conjuntura de possível adoção irregular, ou ainda quando houver risco concreto à integridade física e psicológica do infante.” (STJ. 4ª Turma. HC 909.659-SP, Rel. Min. Antônio Carlos Ferreira, julgado em 18/6/2024 (Info 20 – Edição Extraordinária)).

QUESTÃO 84. Com base na jurisprudência assentada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre os Direitos das Pessoas LGBTQIAP+ analise as assertivas a seguir.

I. Nas certidões do registro constará sintética observação sobre a origem do ato, sendo vedada a expedição de certidão de inteiro teor, salvo a requerimento do próprio interessado ou por determinação judicial.

II. A alteração do prenome do transgênero será averbada à margem no assento de nascimento, seguida da inclusão do termo transexual e da classificação de sexo biológico no respectivo assento ou em certidão pública.

III. Independente de se dar pela via judicial ou administrativa, a alteração do prenome e da classificação de sexo do indivíduo deverá ser coberta pelo sigilo durante todo o tramite, procedendo-se a sua anotação a margem da averbação.

IV. Efetuando-se o procedimento pela via judicial, caberá ao magistrado determinar, de ofício ou a requerimento do interessado, a expedição de mandados específicos para a alteração dos demais registros nos órgãos públicos ou privados pertinentes, os quais deverão preservar o sigilo sobre a origem dos atos.

V. O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo, para tanto, nada além da manifestação da vontade do indivíduo, faculdade que poderá ser exercida tanto pela via judicial, como diretamente, pela via administrativa.

Estão corretas as assertivas:

- a) I, II e III
- b) II, III e V
- c) II, IV e V
- d) III, IV e V
- e) II, III e IV

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Direitos das Pessoas LGBTQIAP+.

O Item I está incorreto. Não constará informação sobre a origem do ato, conforme Item III do Tema 761 da Repercussão Geral do STF: “(III) Nas certidões do registro não constará nenhuma observação sobre a origem do ato, vedada a expedição de certidão de inteiro teor, salvo a requerimento do próprio interessado ou por determinação judicial;”.

O Item II está incorreto. É vedada a inclusão do termo “transgênero”, conforme Item III do Tema 761 da Repercussão Geral do STF: “II) Essa alteração deve ser averbada à margem do assento de nascimento, vedada a inclusão do termo 'transgênero';”.

Os Itens III e IV estão corretos. Conforme Item IV do Tema 761 da Repercussão Geral do STF: “IV) Efetuando-se o procedimento pela via judicial, caberá ao magistrado determinar de ofício ou a requerimento do interessado a expedição de mandados específicos para a alteração dos demais registros nos órgãos públicos ou privados pertinentes, os quais deverão preservar o sigilo sobre a origem dos atos.”.

O Item V está correto. Conforme Item I do Tema 761 da Repercussão Geral do STF: “I) O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo, para tanto, nada além da manifestação de vontade do indivíduo, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa;”.

QUESTÃO 85. Diante da contraposição entre o modelo (conceito) social e o modelo (conceito) médico da deficiência, é correto afirmar que:

a) A perspectiva médica (modelo/conceito médico) da deficiência, ao isolar a deficiência do contexto social e reduzi-la a um problema do corpo, negligência o papel das estruturas sociais excludentes e da falta de acessibilidade, que são vistas como os principais determinantes da marginalização da pessoa com deficiência.

b) Tanto o modelo social quanto o médico reconhecem a deficiência como uma falha individual e biológica. Mas o modelo social tem como foco principal a adaptação do indivíduo as estruturas sociais existentes, para minorar as desvantagens experienciadas.

c) O modelo social, ao defender a plena autonomia e participação das pessoas com deficiência, propõe a “medicalização”, tratamentos e demais intervenções médicas a todas as deficiências, como forma de restaurar a integridade do corpo e integrá-lo a sociedade de forma homogênea.

d) A superação da deficiência, nos moldes do modelo social, estaria na busca por tratamentos médicos financiados por toda a sociedade por meio do Estado, que visem a “cura” da condição individual, promovendo, por conseguinte, a reinserção do indivíduo na sociedade como “normal”.

e) A perspectiva social (modelo/conceito social) da deficiência pressupõe que a condição física, sensorial ou intelectual da pessoa se caracteriza como obstáculo para sua integração social, cabendo à pessoa com deficiência adaptar-se às condições existentes, e assim, logrando sua inserção social.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Direito da Pessoa com Deficiência.

Pelo modelo social (ou de direitos humanos), a deficiência é tida como um problema social e estrutural. A deficiência não é a condição física em si, mas sim o resultado da interação entre a condição individual e as barreiras atitudinais e ambientais (falta de acessibilidade, preconceito, etc.) criadas pela sociedade. O foco está na transformação da sociedade (remoção de barreiras) para garantir a plena participação e inclusão do indivíduo, e o gozo de direitos sem discriminação. Segundo André Carvalho Ramos: “Este princípio de antidiscriminação acarreta a reflexão sobre a necessidade de políticas públicas para que seja assegurada a igualdade material, consolidando a responsabilidade do Estado e da sociedade na eliminação das barreiras à efetiva fruição dos direitos do ser humano. Assim, não se trata mais de exigir da pessoa com deficiência que esta se adapte, mas sim de exigir, com base na dignidade humana, que a sociedade trate seus diferentes de modo a assegurar a igualdade material, eliminando as barreiras à sua plena inclusão.” (RAMOS, André de Carvalho. Curso de Direitos Humanos, 1ª edição, São Paulo: Editora Saraiva, versão A eletrônica). Esta visão é a que consta da alternativa A, que está alinhada ao conceito de PCD constante da Convenção sobre Direitos da Pessoa com Deficiência e Estatuto da Pessoa com Deficiência. Portanto, a alternativa A está correta. As demais alternativas ficam automaticamente e por eliminação, incorretas.

QUESTÃO 86. Nos termos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e suas alterações posteriores, é correto afirmar que:

- a) A oferta de tradutores e intérpretes da Libras é obrigatória apenas no ensino público, não alcançando as instituições privadas.**
- b) A avaliação da deficiência, quando necessária, será (biopsicossocial) realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.**
- c) A educação da pessoa com deficiência restringe-se à educação básica, sendo facultativo o acesso a educação profissional e tecnológica.**
- d) As instituições privadas de ensino podem cobrar valores adicionais para custear serviços de profissionais de apoio disponibilizados aos alunos com deficiência.**
- e) Não cabe no projeto pedagógico escolar prever atendimento educacional especializado e adaptações curriculares, uma vez que o pleno acesso à educação ocorre com a matrícula do aluno na instituição de ensino.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Direito da Pessoa com Deficiência.

A alternativa A está incorreta. Também se aplica às instituições privadas, conforme art. 28, XI, c/c § 1º, da Lei 13.146/2015: “Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;”; e “§ 1º Às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se obrigatoriamente o disposto nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII do

caput deste artigo, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações.”

A alternativa B está correta. Conforme art. 2º, § 1º, da Lei 13.146/2015: “§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:”

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 28, XIII, da Lei 13.146/2015: “Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;”.

A alternativa D está incorreta. É vedada tal cobrança. Conforme art. 28, XVII, c/c § 1º, da Lei 13.146/2015: “Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: XVII - oferta de profissionais de apoio escolar;”; e “§ 1º Às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se obrigatoriamente o disposto nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII do caput deste artigo, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações.”

A alternativa E está incorreta. Conforme art. 28, III, da Lei 13.146/2015: “Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;”.

QUESTÃO 87. Analise as assertivas a seguir a respeito dos Direitos das Pessoas Idosas, considerando a jurisprudência assentada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

I. O Ministério Público não tem legitimidade para o ajuizamento de ação civil pública contra a cobrança abusiva de honorários advocatícios em demandas previdenciárias que envolvam pessoa idosa.

II. É assegurada à pessoa idosa beneficiária de plano de saúde coletivo, empresarial ou por adesão, a sucessão da titularidade após a morte do titular, em respeito aos princípios da confiança e da dignidade da pessoa humana.

III. Como “medida específica de proteção”, o abrigo é procedimento extremo, cuja utilização se admite somente quando outras ações protetivas das pessoas idosas se mostrarem insuficientes ou inviáveis para afastar situação de risco à vida, à saúde, a integridade física e mental.

IV. Na hipótese em que consumidor for pessoa idosa (hipervulnerável), a responsabilidade da instituição financeira por falha na prestação de serviços bancários deve ser imputada com base

no Estatuto da Pessoa Idosa e na Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos idosos.

V. É relativa a competência do foro do domicílio da pessoa idosa nas causas, individuais ou coletivas, que versam sobre serviços de saúde, assistência social ou atendimento especializado à pessoa idosa com deficiência, limitação incapacitante ou doença infectocontagiosa, ressalvada a competência da Justiça Federal e a competência originária dos tribunais superiores.

Estão corretas as assertivas:

a) I, II e III

b) I, IV e V

c) II, III e IV

d) II, IV e V

e) III, IV e V

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Direitos das Pessoas Idosas.

O Item I está incorreto. De acordo com a tese 12 do Jurisprudência em Teses nº 244 do STJ: “12. O Ministério Público tem legitimidade para o ajuizamento de ação civil pública contra a cobrança abusiva de honorários advocatícios em demandas previdenciárias que envolvam pessoa idosa.”

O Item II está correto. De acordo com a tese 6 do Jurisprudência em Teses nº 244 do STJ: “6. É assegurada à pessoa idosa beneficiária de plano de saúde coletivo, empresarial ou por adesão, a sucessão da titularidade após a morte do titular, em respeito aos princípios da confiança e da dignidade da pessoa humana.”

O Item III está correto. De acordo com a tese 4 do Jurisprudência em Teses nº 244 do STJ: “4. Como “medida específica de proteção”, o abrigo é procedimento extremo, cuja utilização se admite somente quando outras ações protetivas das pessoas idosas se mostrarem insuficientes ou inviáveis para afastar situação de risco à vida, saúde, integridade física e mental.”

O Item IV está correto. De acordo com a tese 10 do Jurisprudência em Teses nº 244 do STJ: “10. Na hipótese em que consumidor for pessoa idosa (hipervulnerável), a responsabilidade da instituição financeira por falha na prestação de serviços bancários deve ser imputada com base no Estatuto da Pessoa Idosa e na Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos.”

O Item V está incorreto. De acordo com a tese 11 do Jurisprudência em Teses nº 244 do STJ: “11. É absoluta a competência do foro do domicílio do idoso nas causas, individuais ou coletivas, que versam sobre serviços de saúde, assistência social ou atendimento especializado à pessoa idosa com deficiência, limitação incapacitante ou doença infectocontagiosa, ressalvadas a competência da Justiça Federal e a competência originária dos tribunais superiores.”

Portanto, a alternativa correta é a letra C: Apenas os itens II, III e IV estão corretos.

Chamamos atenção para o fato de que o enunciado da questão pediu para considerar a jurisprudência assentada pelo STF; no entanto, cobrou, em sua totalidade, teses firmadas pelo STJ. Sendo assim, em razão de tal incongruência, a questão é passível de anulação.

QUESTÃO 88. Considerando as atribuições de cada um dos entes federativos, previstas na Lei da Mobilidade Urbana, Lei nº 12.587/2012, e suas alterações posteriores, analise as assertivas e identifique com V as verdadeiras e com F as falsas.

() Incumbe à União propor política tributária específica e de incentivos para a implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

() Incumbe aos Municípios planejar, executar e avaliar a política de mobilidade urbana, bem como promover a regulamentação dos serviços de transporte urbano.

() Incumbe aos Estados fomentar a implantação de projetos de transporte público coletivo de grande e média capacidade nas aglomerações urbanas e nas regiões metropolitanas.

() Incumbe aos Estados garantir o apoio e promover a integração dos serviços nas áreas que ultrapassem os limites de um Município.

() Incumbe aos Estados prestar, diretamente ou por delegação ou gestão associada, os serviços de transporte público coletivo intermunicipais de caráter urbano.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

a) V V F F V

b) V F F V V

c) V F V F V

d) F V F V V

e) F V F V F

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Política Nacional de Mobilidade Urbana.

O item I está incorreto. Conforme art. 17, II, da PNMU, trata-se de atribuição dos Estados: “Art. 17. São atribuições dos Estados: II - propor política tributária específica e de incentivos para a implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana;”.

O item II está correto. Conforme art. 18, I, da PNMU: “Art. 18. São atribuições dos Municípios: I - planejar, executar e avaliar a política de mobilidade urbana, bem como promover a regulamentação dos serviços de transporte urbano;”.

O item III está incorreto. Conforme art. 16, IV, da PNMU, trata-se de atribuição da União: “Art. 16. São atribuições da União: IV - fomentar a implantação de projetos de transporte público coletivo de grande e média capacidade nas aglomerações urbanas e nas regiões metropolitanas;”.

O item IV está correto. Conforme art. 17, III, da PNMU: “Art. 17. São atribuições dos Estados: III - garantir o apoio e promover a integração dos serviços nas áreas que ultrapassem os limites de um Município, em conformidade com o § 3º do art. 25 da Constituição Federal.”

O item V está correto. Conforme art. 17, I, da PNMU: “Art. 17. São atribuições dos Estados: I - prestar, diretamente ou por delegação ou gestão associada, os serviços de transporte público coletivo intermunicipais de caráter urbano, em conformidade com o § 1º do art. 25 da Constituição Federal;”

QUESTÃO 89. Considerando as inovações trazidas pela Lei nº 14.510/2022, que alterou a Lei nº 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, é correto afirmar que:

a) É necessária a inscrição secundária ou complementar do profissional de saúde que pretenda exercer a profissão em outra jurisdição exclusivamente, por meio da modalidade telessaúde.

b) O ato normativo que pretenda restringir a prestação de serviço de telessaúde deverá demonstrar a imprescindibilidade da medida para que sejam evitados danos à saúde dos pacientes.

c) Os atos do profissional de saúde, quando praticados na modalidade telessaúde, terão validade circunscrita aos limites territoriais abrangidos por sua inscrição nos quadros médicos profissionais.

d) Sempre que as circunstâncias fáticas ou médicas admitirem, é direito do paciente exigir que as consultas, atendimentos ou procedimentos se deem por meio da telessaúde, sendo vedado ao profissional da saúde impor a modalidade presencial.

e) Salvo em relação à primeira consulta, cuja escolha é direito do paciente, ao profissional de saúde são asseguradas a liberdade e a completa independência de decidir sobre a utilização ou não da telessaúde, podendo indicar a utilização de atendimento presencial ou optar por ele, sempre que entender necessário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990).

A alternativa A está incorreta. Conforme art. 26-H da Lei nº 8.080/1990: “Art. 26-H. É dispensada a inscrição secundária ou complementar do profissional de saúde que exercer a profissão em outra jurisdição exclusivamente por meio da modalidade telessaúde.”

A alternativa B está correta. Conforme art. 26-F da Lei nº 8.080/1990: “Art. 26-F. O ato normativo que pretenda restringir a prestação de serviço de telessaúde deverá demonstrar a imprescindibilidade da medida para que sejam evitados danos à saúde dos pacientes.”

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 26-B, parágrafo único, da Lei nº 8.080/1990: “Parágrafo único. Os atos do profissional de saúde, quando praticados na modalidade telessaúde, terão validade em todo o território nacional.”

As alternativas D e E estão incorretas. O profissional de saúde tem completa independência de decidir sobre a utilização ou não da telessaúde, inclusive com relação à primeira consulta. Conforme art. 26-C da Lei nº 8.080/1990: “Art. 26-C. Ao profissional de saúde são asseguradas a liberdade e a completa independência de decidir sobre a utilização ou não da telessaúde, inclusive com relação à primeira consulta, atendimento ou procedimento, e poderá indicar a utilização de atendimento presencial ou optar por ele, sempre que entender necessário.”

QUESTÃO 90. Considerando a Lei Estadual nº 6.586/1994, que dispõe sobre a adoção de material escolar e de livros didáticos pelos estabelecimentos de ensino e dá outras providências, é correto afirmar que:

a) A lista de materiais poderá sofrer alterações no decorrer do período letivo, de acordo com as necessidades da escola, desde que informe aos genitores com 30 (trinta) dias de antecedência, para que possam providenciá-los.

b) Pelo texto literal da lei, é possível a cobrança de taxa de material escolar, notadamente, para facilitar a vida dos pais que não têm tempo livre, para fazer pesquisas em estabelecimentos comerciais, em face da agitação e rotina do mundo hodierno.

c) É possível, no intuito de diminuir os custos da escola e, por conseguinte, reduzir o valor da mensalidade escolar, ser solicitado dos pais, material de consumo, de expediente ou de uso genérico tais como: papel-ofício, papel higiênico, fita adesiva, artigos de limpeza e higiene, dentre outros.

d) No intuito de fornecer opções de excelência no ensino, as escolas poderão indicar preferência por marca ou modelo de itens do material escolar. Tal, indicação, inclusive, evita que os genitores adquiriam eventuais objetos em desconformidade com a faixa etária da criança e do adolescente, preservando a sua saúde física e mental.

e) Será facultado aos pais ou, se for o caso, aos responsáveis pelo educando, optar entre fornecimento integral do material escolar no início do período letivo ou pela entrega parcial e parcelada, segundo os quantitativos de cada unidade de aprendizagem, sendo que, neste caso, far-se-á a entrega com antecedência mínima de 8 (oito) dias do início da unidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Lei Estadual nº 6.586/1994, do Estado da Bahia.

A alternativa A está incorreta. A lei não traz prazo mínimo para informar os responsáveis; trata, apenas, do percentual máximo de alteração em relação a lista original, qual seja, de 30%. Conforme art. 4º da Lei Estadual nº 6.586/1994: “Art. 4º A lista de material poderá sofrer alterações no decorrer do período letivo, não podendo exceder a 30% (trinta por cento) do originalmente solicitado.”

A alternativa B está incorreta. Essa cobrança é totalmente vedada. Conforme art. 5º da Lei Estadual nº 6.586/1994: “Art. 5º Fica vedada, sob qualquer modalidade, a cobrança de taxa de material escolar.”

A alternativa C está incorreta. É proibido solicitar, na lista de material escolar, materiais de consumo. Conforme art. 3º, § 4º, da Lei Estadual nº 6.586/1994: “§ 4º - Fica proibido constar da lista de material escolar ou ainda, exigir do educando, a qualquer título, material de consumo, de expediente ou de uso genérico, tais como: papel-ofício, papel higiênico, fita adesiva, cartolina, estêncil e tinta para mimeógrafo, verniz corretor, álcool, algodão, artigos de limpeza e higiene, dentre outros.”

A alternativa D está incorreta. É vedada indicação de marca ou modelo pela escola. Conforme art. 3º, § 3º, da Lei Estadual nº 6.586/1994: “§ 3º - Fica vedada, sob qualquer pretexto, a indicação pelo estabelecimento de ensino, de preferência por marca ou modelo de qualquer item do material escolar.”

A alternativa E está correta. Conforme art. 3º, § 2º, da Lei Estadual nº 6.586/1994: “§ 2º - Será facultado aos pais ou, se for o caso, aos responsáveis pelo educando, optar entre fornecimento integral do material escolar no início do período letivo ou pela entrega parcial e parcelada, segundo os quantitativos de cada unidade de aprendizagem, sendo que, neste caso, far-se-á a entrega com antecedência mínima de 8 (oito) dias do início da unidade.”

QUESTÃO 91. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), Lei nº 8.078/1990, alterado pela Lei nº 14.181, de 1º de julho de 2021, para dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento, é correto afirmar que

a) O CDC, com as alterações realizadas pela supracitada lei, exclui do benefício da política de superendividamento o consumidor que contratar com dolo ou má-fé. Assim, ao requerer o referido benefício, seja judicial seja administrativamente, o consumidor deverá comprovar que suas dívidas foram contraídas dentro da legalidade e da boa-fé, não se presumindo esta situação.

b) a inserção de um capítulo inteiro no CDC, sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento, beneficia a todas as pessoas naturais e jurídicas, desde que estas últimas se adequem ao conceito de pequeno empresário (independentemente de ser sócio único ou mais de um sócio), uma vez que estes, também, são vítimas do mercado de consumo.

c) excepcionalmente, segundo o CDC, na oferta de crédito ao consumidor, segundo as alterações trazidas pela lei 14.181/2021, é possível vincular o atendimento se duas pretensões ao pagamento de honorários advocatícios e à renúncia ou à desistência de demandas judiciais,

desde que referida cláusula seja prevista expressamente, de modo destacado, no contrato de oferta de crédito, a fim de evitar comportamento contraditório ou má-fé por parte do consumidor.

d) o capítulo do CDC que disciplina a conciliação no superendividamento, acrescido pela lei nº 14.181/2021, prevê que a pedido dos fornecedores/credores, o juiz poderá instaurar processo de repactuação de dívida e designar audiência de conciliação, no intuito de que o consumidor endividado possa apresentar plano de pagamento aos fornecedores com prazo máximo de 5 (cinco) anos, prorrogáveis por igual período, se a quantia pactuada puder prejudicar seu mínimo existencial.

e) no fornecimento de crédito e na venda a prazo, além das informações obrigatórias previstas no art. 52 do CDC (preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional; montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros; acréscimos legalmente previstos; número e periodicidade das prestações; soma total a pagar, com e sem financiamento), o fornecedor ou o intermediário deverá informar ao consumidor, prévia e adequadamente, no momento da oferta, sobre: o custo efetivo total e a descrição dos elementos que o compõem; a taxa efetiva mensal de juros, bem como a taxa dos juros de mora e o total de encargos, de qualquer natureza, previstos para o atraso no pagamento, o montante das prestações e o prazo de validade da oferta, que deve ser, no mínimo, de 2 (dois) dias; o nome e o endereço, inclusive o eletrônico, do fornecedor, e o direito do consumidor à liquidação antecipada e não onerosa do débito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre o Superendividamento.

A alternativa A está incorreta. A parte final da questão estabelece que a boa-fé não seria presumida e deveria, portanto, ser comprovada. Contudo, isto é falso. A boa-fé se presume. Art. 54-A. Este Capítulo dispõe sobre a prevenção do superendividamento da pessoa natural, sobre o crédito responsável e sobre a educação financeira do consumidor. § 1º Entende-se por superendividamento a impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial, nos termos da regulamentação. [...] § 3º O disposto neste Capítulo não se aplica ao consumidor cujas dívidas tenham sido contraídas mediante fraude ou má-fé, sejam oriundas de contratos celebrados dolosamente com o propósito de não realizar o pagamento ou decorram da aquisição ou contratação de produtos e serviços de luxo de alto valor.

A alternativa B está incorreta. O capítulo referente ao superendividamento apenas se aplica às pessoas naturais (físicas), portanto, estão excluídas as pessoas jurídicas do seu escopo. Art. 54-A, do CDC: Art. 54-A. Este Capítulo dispõe sobre a prevenção do superendividamento da pessoa natural, sobre o crédito responsável e sobre a educação financeira do consumidor.

A alternativa C está incorreta. Não é possível vincular o atendimento das pretensões do consumidor ao pagamento de honorários advocatícios e à renúncia ou à desistência de demandas judiciais, mesmo que feito de forma expressa. Art. 54-C do CDC: Art. 54-C. É vedado, expressa ou implicitamente, na oferta de crédito ao consumidor, publicitária ou não: [...] V - condicionar o atendimento de pretensões do consumidor ou o início de tratativas à renúncia ou à desistência de demandas judiciais, ao pagamento de honorários advocatícios ou a depósitos judiciais.

A alternativa D está incorreta. A pedido do Consumidor e não do Fornecedor (artigo 104-B). Art. 104-B. Se não houver êxito na conciliação em relação a quaisquer credores, o juiz, a pedido do consumidor, instaurará processo por superendividamento para revisão e integração dos contratos e repactuação das dívidas remanescentes mediante plano judicial compulsório e procederá à citação de todos os credores cujos créditos não tenham integrado o acordo porventura celebrado.

A alternativa E está correta. É a literalidade do art. 54-B, do CDC: Art. 54-B. No fornecimento de crédito e na venda a prazo, além das informações obrigatórias previstas no art. 52 deste Código e na legislação aplicável à matéria, o fornecedor ou o intermediário deverá informar o consumidor, prévia e adequadamente, no momento da oferta, sobre: I - o custo efetivo total e a descrição dos elementos que o compõem; II - a taxa efetiva mensal de juros, bem como a taxa dos juros de mora e o total de encargos, de qualquer natureza, previstos para o atraso no pagamento; III - o montante das prestações e o prazo de validade da oferta, que deve ser, no mínimo, de 2 (dois) dias; IV - o nome e o endereço, inclusive o eletrônico, do fornecedor; V - o direito do consumidor à liquidação antecipada e não onerosa do débito, nos termos do § 2º do art. 52 deste Código e da regulamentação em vigor.

QUESTÃO 92. Em 2025, o Código de Defesa do Consumidor (CDC) completou 35 anos. O CDC em seu art. 4º previu a Política Nacional das Relações de Consumo. Três anos depois, em 1993, foi criado o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), através do Decreto nº 861/1993, que, posteriormente, foi organizado pelo Decreto nº 2.181/1997. O SNDC é muito importante para a implementação da Política Nacional das Relações de Consumo e para a aplicação do próprio CDC, pois o sistema integra e coordena várias entidades que atuam para proteger os direitos dos consumidores brasileiros, promover o consumo seguro e informar sobre os direitos dos consumidores. Sobre o SNDC, de acordo com o Decreto nº 2.181/1997 e suas alterações posteriores, é correto afirmar que

a) a celebração do TAC por um dos órgãos do SNDC faz coisa julgada administrativa e extingue eventual procedimento administrativo em curso, após a sua assinatura.

b) por fazer coisa julgada administrativa, o TAC se torna imutável na esfera administrativa, não podendo mais ser rediscutido, no intuito de preservar a segurança jurídica das relações de consumo.

c) a Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça coordena a política do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e pode, caso deseje, celebrar termo de ajustamento de conduta (TAC).

d) no âmbito do procedimento administrativo, a autoridade competente poderá a requerimento das partes admitir a participação somente de pessoa natural de elevado saber jurídico na matéria a ser discutida, na condição de *amicus curiae*, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data de intimação.

e) qualquer entidade ou órgão da Administração Pública, Federal, Estadual e Municipal, destinado à defesa dos interesses e direitos do consumidor, tem, no âmbito de suas respectivas competências, atribuição para apurar e punir infrações a este Decreto e à legislação das relações de consumo. Se instaurado mais de um processo administrativo por pessoas jurídicas de direito

público distintas, para apuração de infração decorrente de um mesmo fato imputado ao mesmo fornecedor, eventual conflito de competência será dirimido pelo Ministro da Justiça, haja vista o SNDC ser vinculado a tal Ministério.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC).

A alternativa A está incorreta. A celebração do TAC não faz coisa julgada administrativa, uma vez que outro pode ser celebrado posteriormente à sua assinatura. Art. 6º, §1º, do Decreto nº 2.181/1997: § 1º A celebração de termo de ajustamento de conduta não impede que outro, desde que mais vantajoso para o consumidor, seja lavrado por quaisquer das pessoas jurídicas de direito público integrantes do SNDC.

A alternativa B está incorreta. O TAC poderá ser rediscutido, por expressa previsão legal, conforme determina o art. 6º, §2º, do Decreto nº 2.181/1997: § 2º A qualquer tempo, o órgão subscritor poderá, diante de novas informações ou se assim as circunstâncias o exigirem, retificar ou complementar o acordo firmado, determinando outras providências que se fizerem necessárias, sob pena de invalidade imediata do ato, dando-se seguimento ao procedimento administrativo eventualmente arquivado.

A alternativa C está correta. É a literalidade do art. 3º e inciso XII do Decreto nº 2.181/1997: Art. 3º Compete à Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, a coordenação da política do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, cabendo-lhe: XII - celebrar convênios e termos de ajustamento de conduta, na forma do § 6º do art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

A alternativa D está incorreta. Poderá ser por qualquer pessoa natural ou jurídica, conforme determina o art. 42-B do Decreto nº 2.181/1997: Art. 42-B. Considerada a relevância da matéria, a especificidade do tema ou a repercussão social da demanda, a autoridade competente poderá, de ofício, a requerimento das partes ou de quem pretenda se manifestar, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, na condição de amicus curiae, no prazo de quinze dias, contado da data de intimação.

A alternativa E está incorreta. Será pelo SNDC e não pelo Ministro da Justiça. Art. 5º Qualquer entidade ou órgão da Administração Pública, federal, estadual e municipal, destinado à defesa dos interesses e direitos do consumidor, tem, no âmbito de suas respectivas competências, atribuição para apurar e punir infrações a este Decreto e à legislação das relações de consumo. Parágrafo único. Se instaurado mais de um processo administrativo por pessoas jurídicas de direito público distintas, para apuração de infração decorrente de um mesmo fato imputado ao mesmo fornecedor, eventual conflito de competência será dirimido pela Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que poderá ouvir o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, considerada a competência federativa para legislar sobre a respectiva atividade econômica.

QUESTÃO 93. Sobre responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor (CDC), é correto afirmar que

a) no CDC, os profissionais liberais também respondem solidariamente e objetivamente pelo fato do produto ou serviço que venha a causar danos aos consumidores.

b) os comerciantes respondem subsidiariamente pelos vícios de quantidade do produto sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, da rotulagem ou de mensagem publicitária, devendo a demanda ser inicialmente dirigida ao fabricante.

c) os fabricantes, em relação à responsabilidade pelo fato do produto, são excluídos da responsabilidade civil nos casos elencados no artigo 13 do CDC (artigo que trata da responsabilidade do comerciante pelo fato do produto e serviço), ocasionando a culpa exclusiva do comerciante, que não teve cuidado na armazenagem do produto em seu estabelecimento.

d) a responsabilidade do fornecedor, por vícios do serviço ou produto, abrange o efeito decorrente da violação dos deveres de qualidade, quantidade ou informação, impedindo, com isso, que o produto ou serviço atenda os fins que legitimamente dele se esperam (dever de adequação).

e) a responsabilidade do fornecedor, por vícios do serviço ou produto, consiste no efeito de imputação ao fornecedor, de sua responsabilização pelos danos causados em razão de defeito na concepção, produção, comercialização ou fornecimento de produto ou serviço, determinando seu dever de indenizar pela violação do dever geral de segurança inerente à sua atuação no mercado de consumo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a responsabilidade civil no CDC.

A alternativa A está incorreta. A responsabilidade será subjetiva para os profissionais liberais, conforme determina o art. 14, §4º, do CDC: § 4º A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.

A alternativa B está incorreta. Os comerciantes respondem solidariamente pelo vício do produto, conforme art. 18 do CDC: Art. 18. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.

A alternativa C está incorreta. Os fabricantes não são excluídos da responsabilidade civil nos casos do artigo 13 do CDC. Não há culpa exclusiva, uma vez que o artigo 13 do CDC fala que os comerciantes serão “igualmente responsáveis”, portanto, não exclui os fabricantes (mesmo que incida em um dos incisos do art. 13).

A alternativa D está correta. De fato, a responsabilidade do fornecedor deve atender o dever de adequação, por atingir o produto ou serviço em si e à expectativa do consumidor sobre eles.

A alternativa E está incorreta. Os vícios do serviço ou produto não condizem com a necessidade de dever de segurança, mas dever de adequação.

QUESTÃO 94. Sobre a Lei nº 6.936, de 24 de janeiro de 1996, que criou o Fundo Estadual de Proteção ao Consumidor (FEPC/BAHIA), é correto afirmar que

- a) o FEPC/BAHIA pode destinar sua verba para projetos sociais em diversas áreas de direitos humanos e fundamentais.**
- b) o Conselho Gestor do FEPC/BAHIA tem, dentre outras, a seguinte atribuição: apreciar demonstrações semestrais de receitas e despesas do fundo, encaminhando, posteriormente, aos órgãos de controle do Estado para aprovação.**
- c) o Ministério Público do Estado da Bahia, a fim de manter a sua independência funcional, não pode fazer parte do Conselho Gestor do FEPC/BAHIA, cabendo sua composição aos órgãos de poder executivo que fomentam as políticas em prol do consumidor.**
- d) as receitas arrecadadas pelo Fundo de que trata esta Lei serão integralmente aplicadas nas ações, programas, projetos e equipamentos da Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON/BA), conforme deliberação do Conselho Gestor do FEPC/BAHIA.**
- e) o Conselho Gestor do FEPC/BAHIA tem autoridade para abrir um Procedimento Administrativo caso identifique possíveis irregularidades na execução de projetos financiados com seu dinheiro. Se as irregularidades forem comprovadas, a entidade responsável poderá ser proibida de receber novos financiamentos por até 5 (cinco) anos.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a Lei 6.936/1996 que cria o Fundo Estadual de Proteção ao Consumidor (FEPC/BAHIA).

A alternativa A está incorreta. Não há essa destinação na Lei, conforme art. 2º da Lei 6.936/1996: Art. 2º O Fundo destina-se a dar suporte financeiro à execução e promoção das Políticas Estaduais de Defesa do Consumidor, abrangendo: I - custeio dos programas e projetos de conscientização, proteção e defesa do consumidor; II - aquisição de material permanente ou de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas da Coordenação de Defesa do Consumidor do Estado - PROCON/BA; III - realização de eventos e atividades relativas à educação, pesquisa e divulgação de informações, visando a orientar o consumidor; IV - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos; V - estruturação e instrumentalização do PROCON/BA, objetivando a melhoria dos serviços prestados aos usuários.

A alternativa B está incorreta. As demonstrações serão mensais e não semestrais, conforme art. 4º, V, da Lei 6.936/1996: Art. 4º Fica instituído o Conselho Gestor do Fundo Estadual de Proteção ao Consumidor, com as seguintes atribuições: V - apreciar as demonstrações mensais de receita e de despesas do Fundo;

A alternativa C está incorreta. Haverá sim um representante do Ministério Público, conforme determina o art. 5º, VI, da 6.936/1996: Art. 5º O Conselho Gestor do Fundo Estadual de Proteção ao Consumidor será composto pelos seguintes membros, que exercerão suas atividades a título gratuito: VI - 01 (um) representante do Ministério Público;

A alternativa D está correta. De fato, é a previsão prevista no art. 3º, §1º, da Lei 6.936/1996: § 1º - As receitas arrecadadas pelo Fundo de que trata esta Lei serão integralmente aplicadas nas ações, programas, projetos e equipamentos do PROCON/BA, conforme deliberação do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Proteção ao Consumidor.

A alternativa E está incorreta. Esta previsão não existe na Lei 6.936/1996.

QUESTÃO 95. Analise as assertivas a seguir acerca da Ação Civil Pública, Lei nº 7.347/1985, e suas alterações posteriores, considerando a normativa pátria vigente, em consonância com a jurisprudência mais atualizada de nossas cortes superiores.

I. É competente para a execução de sentença, o juízo da liquidação ou da ação condenatória, no caso de execução individual, bem como da ação condenatória quando coletiva a execução.

II. Ajuizadas múltiplas ações civis públicas de âmbito nacional ou regional, firma-se a prevenção do juízo que primeiro conheceu de uma delas, para o julgamento de todas as demandas conexas.

III. Em se tratando de ação civil pública com abrangência nacional ou regional, sua propositura deve ocorrer obrigatoriamente no foro ou na circunscrição judiciária onde ocorreu ou deva ocorrer o dano com maior repercussão ou gravidade, que atrairá todas as demais.

IV. A sentença civil fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

V. Nas ações coletivas para a defesa de direitos individuais homogêneos, proposta a ação, será publicado edital no órgão oficial, a fim de que os interessados possam intervir no processo como litisconsortes, sem prejuízo de ampla divulgação pelos meios de comunicação social por parte dos órgãos de defesa do consumidor.

Estão corretas as assertivas:

a) III e IV

b) II e V

c) I, II e V

d) I, III e IV

e) I, II, III e IV

Comentários

A resposta correta é a **letra B**. Vamos para a análise das assertivas mencionadas na alternativa:

A assertiva I está correta. Pois tem correspondência com o disposto no art. 21 da Lei 7.347/85 c/c art. 98 do CDC, §§ 1 e 2º.

A assertiva II está correta. Conforme Tese com repercussão geral firmado no tema 1075 do STF: (...) III - Ajuizadas múltiplas ações civis públicas de âmbito nacional ou regional e fixada a competência nos termos do item II, firma-se a prevenção do juízo que primeiro conheceu de uma delas, para o julgamento de todas as demandas conexas.

A assertiva III está incorreta. Pois o art. 2º da Lei 7.347/85 estabelece que "as ações previstas nesta Lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano", sem estabelecer critério obrigatório de "maior repercussão ou gravidade".

A assertiva IV está incorreta. Pois o STF declarou a inconstitucionalidade do art. 16 da LACP. Devendo ser aplicado o regramento previsto no art. 103 do CDC. Portanto, os efeitos *erga omnes* não estão limitados territorialmente quanto a coisa julgada como assevera o item.

A assertiva V está correta. Porque corresponde literalmente ao disposto no art. 94 do CDC.

Portanto, a alternativa que corresponde exatamente ao julgamento das assertivas é a letra B, sendo corretas as assertivas: I, II e V.

QUESTÃO 96. Seguindo as bases fixadas pela Constituição da República Federativa do Brasil (CF) de 1988, a Lei Complementar nº 75/1993, dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União, e a Lei nº 8.625/1993, institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispondo sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados. Com base nesses diplomas e na interpretação de seus dispositivos dada pelo Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

a) Conforme tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em julgamento de mérito de tema de repercussão geral, o Ministério Público não é parte legítima para ajuizamento de ação civil pública que vise o fornecimento de remédios a portadores de certa doença.

b) O STF firmou tese de repercussão geral segundo a qual o Ministério Público não tem legitimidade para propor ação civil pública em que se questiona acordo celebrado entre o contribuinte e o Poder Público para pagamento de dívida tributária, com o objetivo de anular Termo de Acordo de Regime Especial (TARE).

c) Conforme tese firmada pelo STF, em julgamento de mérito de tema de repercussão geral, os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal não possuem legitimidade para propor e

atuar em recursos e meios de impugnação de decisões judiciais em trâmite no STF e no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

d) No julgamento da ADI 4768/DF, o STF reconheceu a inconstitucionalidade do artigo 18 da Lei Complementar nº 75/1993, que estabelece a prerrogativa dos membros do Ministério Público de se apresentar no mesmo plano e à direita dos magistrados nas audiências e sessões de julgamento, por afronta aos princípios da isonomia, do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, além do comprometimento da paridade de armas entre defesa e acusação.

e) Conforme tese firmada pelo STF, em julgamento de mérito de tema de repercussão geral, com fundamento no art. 127 da Constituição Federal, o Ministério Público está legitimado a promover a tutela coletiva de direitos individuais homogêneos, mesmo de natureza disponível, quando a lesão a tais direitos, visualizada em seu conjunto, em forma coletiva e impessoal, transcender a esfera de interesses puramente particulares passando a comprometer relevantes interesses sociais. Nesse sentido, reconheceu-se a legitimidade do Ministério Público para propor ação civil pública em defesa de interesses de beneficiários do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT).

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8.625/1993) e Estatuto do Ministério Público da União (LC 75/1993).

A alternativa A está incorreta. Conforme Tema 262 de Repercussão Geral do STF: “O Ministério Público é parte legítima para ajuizamento de ação civil pública que vise o fornecimento de remédios a portadores de certa doença.” (STF. Plenário. RE 605533/MG, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 15/8/2018).

A alternativa B está incorreta. Conforme Tema 56 de Repercussão Geral do STF: “O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública com o objetivo de anular Termo de Acordo de Regime Especial — TARE firmado entre o Poder Público e contribuinte, em face da legitimação ad causam que o texto constitucional lhe confere para defender o erário.” (STF. Plenário. RE 576155/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski)

A alternativa C está incorreta. Conforme Tema 946 de Repercussão Geral do STF: “Os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal têm legitimidade para propor e atuar em recursos e meios de impugnação de decisões judiciais em trâmite no STF e no STJ, oriundos de processos de sua atribuição, sem prejuízo da atuação do Ministério Público Federal.” (STF. Plenário Virtual. RE 985392/RS, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 26/05/2017).

A alternativa D está incorreta. Conforme entendimento do STF: “A prerrogativa atribuída aos membros do Ministério Público de situar-se no mesmo plano e imediatamente à direita dos magistrados nas audiências e sessões de julgamento (art. 18, I, “a”, da LC 75/93; e art. 41, XI, da Lei nº 8.625/93) não fere os princípios da isonomia, do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório (art. 5º, I, LIV e LV, da CF/88) nem compromete a necessária paridade de armas que deve existir entre a defesa e a acusação.” (STF. Plenário. ADI 4768/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 23/11/2022).

A alternativa E está correta. Conforme Tema 471 de Repercussão Geral do STF: “Com fundamento no art. 127 da Constituição Federal, o Ministério Público está legitimado a promover a tutela coletiva de direitos individuais homogêneos, mesmo de natureza disponível, quando a lesão a tais direitos, visualizada em seu conjunto, em forma coletiva e impessoal, transcender a esfera de interesses puramente particulares, passando a comprometer relevantes interesses sociais.”. Confira trecho do acórdão: “(...) 7. Considerada a natureza e a finalidade do seguro obrigatório DPVAT – Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (Lei 6.194/74, alterada pela Lei 8.441/92, Lei 11.482/07 e Lei 11.945/09) -, há interesse social qualificado na tutela coletiva dos direitos individuais homogêneos dos seus titulares, alegadamente lesados de forma semelhante pela Seguradora no pagamento das correspondentes indenizações. A hipótese guarda semelhança com outros direitos individuais homogêneos em relação aos quais - e não obstante sua natureza de direitos divisíveis, disponíveis e com titular determinado ou determinável -, o Supremo Tribunal Federal considerou que sua tutela se revestia de interesse social qualificado, autorizando, por isso mesmo, a iniciativa do Ministério Público de, com base no art. 127 da Constituição, defendê-los em juízo mediante ação coletiva (RE 163.231/SP, AI 637.853 AgR/SP, AI 606.235 AgR/DF, RE 475.010 AgR/RS, RE 328.910 AgR/SP e RE 514.023 AgR/RJ). (...)”. (STF. Plenário. Rex 631.111/GO, Rel. Min. Teori Zavascki, julgado em 07/08/2014).

QUESTÃO 97. Conforme o artigo 130-A, §2º, da Constituição da República Federativa do Brasil (CF) de 1988, compete ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência. Com base nos atos regulamentares expedidos pelo CNMP, em consonância com a legislação de regência da atividade do Ministério Público, correto afirmar que:

a) É vedado aos membros do Ministério Público exercer atividade político-partidária, sendo-lhes assegurada, todavia, liberdade na vida privada para a prática de atos, fora do âmbito da atividade funcional e da comarca onde atue, de apoio público e direto a programa de determinado candidato ou partido político.

b) Segundo disciplina a Resolução CNMP nº 82, de 29 de fevereiro de 2012, em consonância com a Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, as audiências públicas poderão ser promovidas por iniciativa de Centro de Apoio Operacional, para instruir procedimento sob responsabilidade de Promotoria de Justiça ligada à sua atividade, mapeando demanda social contemplada em inquérito civil instaurado e, assim, subsidiando a expedição de ato normativo dirigido à maior eficácia da atuação do órgão de execução.

c) Considerando a necessidade de se consolidar, no âmbito do Ministério Público, uma política permanente de incentivo e aperfeiçoamento dos mecanismos de autocomposição, bem assim a importância da prevenção e da redução da litigiosidade, em conformidade com a Resolução CNMP nº 118, de 1º de dezembro de 2014, é possível, mesmo nos casos de violência de gênero, a adoção de práticas restaurativas, nas quais o infrator, a vítima e quaisquer outras pessoas ou setores públicos ou privados, da comunidade afetada, com a ajuda de um facilitador, participam conjuntamente de encontros, visando à formulação de um plano restaurativo para a reparação ou para a minoração do dano, a reintegração do infrator e a harmonização social.

d) A recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, servindo, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas. Em casos de urgência e relevância, visando a máxima utilidade e efetividade a recomendação pode ser feita oralmente e, posteriormente, reduzida a termo, de ofício, em sede de notícia de fato, mediante ordem clara e objetiva, adequadamente divulgada, diretamente a pessoa que figure no polo passivo de ação judicial com o mesmo objeto, como forma de obter mais celeremente o resultado pretendido em recurso interposto pelo Ministério Público, segundo dispõe a Resolução CNMP nº 164, de 28 de março de 2017.

e) Conforme a Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, esgotadas todas as possibilidades de diligências, o membro do Ministério Público, caso se convença da inexistência de fundamento para a propositura de ação civil pública, promoverá, fundamentadamente, o arquivamento do inquérito civil ou do procedimento preparatório, remetendo os autos, juntamente com a promoção de arquivamento ao órgão de revisão competente, no prazo de 3 (três) dias, contado da comprovação da efetiva cientificação pessoal dos interessados, através de publicação na imprensa oficial, quando não localizados os que devem ser cientificados. A remessa é dispensável, entretanto, quando se tratar de arquivamento de investigação que tenha decorrido de desarquivamento de inquérito civil para apurar fato novo. De igual modo, dispensa-se a referida remessa quando houver ajuizamento de ação civil pública em relação a qualquer dos fatos lesivos que tenham sido objeto da investigação, caso em que o controle do arquivamento em relação aos demais será de natureza judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

A alternativa A está incorreta. Sobre a filiação político-partidária, o STF decidiu na ADI 2.534 que “não há possibilidade de filiação político-partidária, de exercício de cargo eletivo e de função no poder executivo, por membros do Ministério Público que ingressaram na carreira após o regime jurídico instaurado pela Constituição Federal de 1988”. Em reforço, o CNMP expediu a Recomendação de caráter geral CN-CNMP 01, que dispõe sobre a liberdade de expressão, a vedação da atividade político-partidária, o uso das redes sociais e do e-mail institucional por parte dos Membros do Ministério Público e estabelece diretrizes orientadoras para os Membros, as Escolas, os Centros de Estudos e as Corregedorias do Ministério Público brasileiro.

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 1º, caput e § 3º, da Resolução 82/2012 do CNMP: “Art. 1º Compete aos Órgãos do Ministério Público, nos limites de suas respectivas atribuições, promover audiências públicas para auxiliar nos procedimentos sob sua responsabilidade, na identificação de demandas sociais que exijam a instauração de procedimento, para elaboração e execução de Planos de Ação e Projetos Estratégicos Institucionais ou para prestação de contas de atividades desenvolvidas. (...) § 3º As audiências públicas poderão ser realizadas também no âmbito das Câmaras de Coordenação e Revisão e dos Centros de Apoio Operacional, no âmbito de suas atribuições, sem prejuízo da observância das demais disposições desta Resolução.”.

A alternativa C está correta. Conforme arts. 13 e 14 da Resolução 118/2014 do CNMP: “Art. 13. As práticas restaurativas são recomendadas nas situações para as quais seja viável a busca da reparação dos efeitos da infração por intermédio da harmonização entre o (s) seu (s) autor (es) e a (s) vítima (s), com o objetivo de restaurar o convívio social e a efetiva pacificação dos relacionamentos.”; e “Art. 14. Nas práticas restaurativas desenvolvidas pelo Ministério Público, o infrator, a vítima e quaisquer outras pessoas ou setores, públicos ou privados, da comunidade afetada, com a ajuda de um facilitador, participam conjuntamente de encontros, visando à formulação de um plano restaurativo para a reparação ou minoração do dano, a reintegração do infrator e a harmonização social”. Não há nenhuma vedação em relação a utilização de tais práticas restaurativas em casos de violência de gênero.

A alternativa D está incorreta. Nos casos de urgência, o art. 3º, § 2º, da Recomendação 164/2017 do CNMP determina o seguinte: “§ 2º Em casos que reclamam urgência, o Ministério Público poderá, de ofício, expedir recomendação, procedendo, posteriormente, à instauração do respectivo procedimento.” Ademais, conforme art. 5º da referida Resolução, não é possível expedir recomendação que tenha como destinatária pessoa que figure no polo passivo de ação judicial com o mesmo objeto. Vejamos: “Art. 5º Não poderá ser expedida recomendação que tenha como destinatária(s) a(s) mesma(s) parte(s) e objeto o(s) mesmo(s) pedido(s) de ação judicial, ressalvadas as situações excepcionais, justificadas pelas circunstâncias de fato e de direito e pela natureza do bem tutelado, devidamente motivadas, e desde que não contrarie decisão judicial.”

A alternativa E está incorreta. Conforme art. 10 da Resolução 23/2007 do CNMP: “Art. 10. Esgotadas todas as possibilidades de diligências, o membro do Ministério Público, caso se convença da inexistência de fundamento para a propositura de ação civil pública, promoverá, fundamentadamente, o arquivamento do inquérito civil ou do procedimento preparatório. § 1º Os autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório, juntamente com a promoção de arquivamento, deverão ser remetidos ao órgão de revisão competente, no prazo de três dias, contado da comprovação da efetiva cientificação pessoal dos interessados, através de publicação na imprensa oficial, quando não localizados os que devem ser cientificados.”

No entanto, conforme arts. 12 e 13 da referida resolução, não há de se falar em dispensa de remessa como a alternativa indica: “Art. 12. O desarquivamento do inquérito civil, diante de novas provas ou para investigar fato novo relevante, poderá ocorrer no prazo máximo de seis meses após o arquivamento. Transcorrido esse lapso, será instaurado novo inquérito civil, sem prejuízo das provas já colhidas. Parágrafo único. O desarquivamento de inquérito civil para a investigação de fato novo, não sendo caso de ajuizamento de ação civil pública, implicará novo arquivamento e remessa ao órgão competente, na forma do art. 10, desta Resolução.”; e “Art. 13. O disposto acerca de arquivamento de inquérito civil ou procedimento preparatório também se aplica à hipótese em que estiver sendo investigado mais de um fato lesivo e a ação civil pública proposta somente se relacionar a um ou a algum deles.”

QUESTÃO 98. Em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil (CF) de 1988, o Ministério Público (MP) e instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. A Constituição Cidadã também elenca as funções institucionais do MP. Com base nos referidos preceitos constitucionais interpretados pelo

Supremo Tribunal Federal (STF), e nas resoluções editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), é correto afirmar que:

a) Conforme tese firmada pelo STF, em julgamento de mérito de tema de repercussão geral, o MP tem legitimidade para ajuizar Ação Civil Pública que vise anular ato administrativo de aposentadoria

b) Em julgamento de mérito de tema de repercussão geral, o STF firmou tese segundo a qual o MP possui legitimidade ativa ad causam para, em ação civil pública, deduzir em juízo pretensão de natureza tributária em defesa dos contribuintes, que vise questionar a constitucionalidade/ legalidade de tributo.

c) Recebida e autuada notícia de fato oriunda do Conselho Tutelar, segundo a qual determinada criança necessitaria de acesso à vaga em escola, negada pelo poder público, o Promotor de Justiça, após haver instaurado procedimento administrativo e constatado a desnecessidade de ajuizamento de ação, deve, em conformidade com a Resolução CNMP nº 174/2017, promover o arquivamento dos autos e, em até 3 (três) dias, submeter seu ato a homologação do Conselho Superior do Ministério Público.

d) De acordo com a Resolução CNMP nº 179/2017, o compromisso de ajustamento de conduta é instrumento de garantia dos direitos e interesses difusos e coletivos, individuais homogêneos e outros direitos de cuja defesa está incumbido o MP, com natureza de negócio jurídico que tem por finalidade a adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, cuja eficácia de título executivo extrajudicial ficará condicionada à homologação da promoção de arquivamento do inquérito civil pelo Conselho Superior do Ministério Público

e) Em consonância com a Resolução CNMP nº 181/2017, e a Resolução CNMP nº 243/2021, se o membro do MP responsável pelo inquérito policial, procedimento investigatório criminal ou quaisquer elementos formativos de natureza criminal, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura de informativos de natureza criminal, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura de ação penal pública, decidirá fundamentadamente pela arquivamento dos autos e, em se tratando de crime de homicídio consumado, adotar as providências necessárias para comunicar sua decisão ao juízo competente, ao investigado, a autoridade policial e as pessoas que possuam relação de afeto ou parentesco com o falecido, até o terceiro grau.

Comentários

A alternativa apontada como correta pelo gabarito preliminar da banca é a **letra E**. No entanto, entendemos que a questão merece ser **anulada**, pois todas as alternativas estão incorretas, conforme se explicará abaixo. A questão trata do tema Funções Institucionais do Ministério Público.

A alternativa A está incorreta. O STF admite a legitimidade do Ministério Público para ação civil pública visando anular ato administrativo (inclusive de aposentadoria) quando voltada à defesa do patrimônio público/moralidade administrativa (CF, art. 129, III). Conforme Tema 561 de Repercussão Geral do STF: “O Ministério Público tem legitimidade para ajuizar ação civil pública que vise anular ato administrativo de aposentadoria que importe em lesão ao patrimônio público.” (STF. Plenário. RE 409356/RO, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 25/10/2018).

A alternativa B está incorreta. Conforme Tema 645 de Repercussão Geral do STF, não cabe ao MP propor ACP em defesa de interesses tributários de contribuintes (pretensão de natureza tributária pró-contribuinte). Vejamos: “O Ministério Público não possui legitimidade ativa ad causam para, em ação civil pública, deduzir pretensão relativa à matéria tributária.” (STF. Plenário. ARE 694294. Rel. Min. Luiz Fux, j. 26/04/2013).

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 12 da Resolução 174 do CNMP: “Art. 12. O procedimento administrativo previsto nos incisos I, II e IV do art. 8º deverá ser arquivado no próprio órgão de execução, com comunicação ao Conselho Superior do Ministério Público ou à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva, sem necessidade de remessa dos autos para homologação do arquivamento.”

A alternativa D está incorreta. O TAC é título executivo extrajudicial por si; não depende de homologação de arquivamento de inquérito civil pelo CSMP para ter eficácia. Conforme art. 1º da Resolução 179/2017 do CNMP: “Art. 1º O compromisso de ajustamento de conduta é instrumento de garantia dos direitos e interesses difusos e coletivos, individuais homogêneos e outros direitos de cuja defesa está incumbido o Ministério Público, com natureza de negócio jurídico que tem por finalidade a adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo extrajudicial a partir da celebração.”

A alternativa E foi apontada pelo gabarito preliminar da banca como correta; mas, na verdade, está incorreta também. O arquivamento no âmbito penal não traz essa previsão de comunicação “até o 3º grau de parentesco”. Conforme art. 19-A da Resolução 181/2017 (com alterações pela Resolução 243/2021) do CNMP: “Art. 19-A. Após a comunicação ao juízo competente, a decisão de arquivamento será comunicada, preferencialmente por meio eletrônico, às vítimas ou a seus representantes legais, conforme o art. 28, § 1º, do Código de Processo Penal, bem como aos investigados e à autoridade policial, dentro do prazo de 5 (cinco) dias. §1º No caso de morte da vítima por fatos sem nexo de causalidade com o crime, a ciência será dada ao cônjuge, companheiro ascendente, descendente ou irmão.”

Sendo assim, apesar de o gabarito preliminar da banca apontar a letra E como correta, entendemos que a questão merece ser anulada, pois conforme explicitado, não há nenhuma resposta totalmente correta.

QUESTÃO 99. A Constituição do Estado da Bahia estabelece que o Ministério Público (MP) é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conferindo ao Tribunal de Justiça a competência para propor ao Poder Legislativo a Lei de Organização Judiciária. A Lei nº 10.845/2007, do Estado da Bahia, dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia, a administração e o funcionamento da Justiça e seus serviços auxiliares. Com base nessas premissas, é correto afirmar que:

a) Conforme a Lei de Organização Judiciária do Estado da Bahia, são órgãos de correição: Tribunal Pleno, Conselho da Magistratura, Corregedoria-Geral da Justiça e Corregedoria-Geral do Foro Extrajudicial, autônomas e independentes entre si, e Juízes de Direito e Substitutos.

b) Ressalvada a competência das Varas do Júri, de Acidente de Veículos e do Juizado Especial Criminal, compete aos Juízes das Varas da Infância e Juventude processar e julgar os crimes e as

contravenções penais cujas vítimas sejam crianças e adolescentes, conforme preceitua a Lei de Organização Judiciária do Estado da Bahia.

c) Segundo dispõe a Constituição do Estado da Bahia, é requisito para ocupação de cargos públicos efetivos ou comissionados, por membro do MP, que não tenha sido ele aposentado compulsoriamente por decisão sancionatória, que não tenha perdido o cargo por sentença ou que não tenha pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos.

d) Segundo dispõe a Lei de Organização Judiciária do Estado da Bahia, o Tribunal de Justiça, órgão supremo do Poder Judiciário do Estado da Bahia, tendo por sede a Capital e Jurisdição em todo o território estadual, compõe-se de 70 (setenta) Desembargadores, sendo presidido por 1 (um) de seus integrantes, desempenhando 4 (quatro) outros as funções de 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, Corregedor-Geral da Justiça e Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial.

e) Ao MP é assegurada autonomia funcional, cabendo-lhe propor ao Poder Executivo o envio de projeto de lei para a criação, transformação e extinção de seus cargos de carreira e os dos serviços auxiliares bem como a política remuneratória e os planos de carreira, inclusive a fixação e alteração dos respectivos subsídios e remunerações, observados os critérios estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, conforme preceitua a Constituição do Estado da Bahia.

Comentários

A alternativa apontada como correta pelo gabarito preliminar da banca é a **letra C**. No entanto, as alternativas A e D também estão corretas, conforme se explicará abaixo, devendo a questão ser **anulada**. A questão trata do tema Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia (Lei Estadual nº 10.845/2007).

A alternativa A, apesar de apontada como incorreta pelo gabarito preliminar da banca, na verdade está correta. Conforme art. 35 da Lei Estadual nº 10.845/2007: “Art. 35 - São órgãos de correição: I - Tribunal Pleno; II - Conselho da Magistratura; III - Corregedoria-Geral da Justiça e Corregedoria-Geral do Foro Extrajudicial, autônomas e independentes entre si; IV - Juízes de Direito e Substitutos.”

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 85 da Lei Estadual nº 10.845/2007: “Art. 85 - Aos Juízes das Varas dos Feitos Criminais praticados contra Criança e Adolescente compete processar e julgar os crimes e as contravenções penais, cujas vítimas sejam crianças e adolescentes, bem como os incidentes processuais atinentes, ressalvada a competência das Varas do Júri, de Acidente de Veículos e do Juizado Especial Criminal.”

A alternativa C está correta. Conforme art. 14, § 3º, X, da Constituição do Estado da Bahia: “Art. 14 - A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvada a nomeação para cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração. (...) § 3º Entre os requisitos para a ocupação de cargos públicos efetivos ou comissionados constarão, necessariamente, além daqueles específicos de cada cargo: (...) X - no caso de Magistrado e de membro do Ministério Público, que não tenha sido aposentado compulsoriamente por decisão sancionatória, que não tenha perdido o cargo por sentença ou que não tenha pedido exoneração ou

aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 08 (oito) anos.

A alternativa D, apesar de apontada como incorreta pelo gabarito preliminar da banca, na verdade está correta. Conforme art. 38 da Lei Estadual nº 10.845/2007: “Art. 38 - O Tribunal de Justiça, órgão supremo do Poder Judiciário do Estado da Bahia, tendo por sede a Capital e Jurisdição em todo o território estadual, compõe-se de 70 (setenta) Desembargadores, sendo presidido por 01 (um) de seus integrantes, desempenhando 04 (quatro) outros as funções de 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, Corregedor-Geral da Justiça e Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial.”

A alternativa E está incorreta. A propositura é feita ao poder Legislativo, conforme art. 136, I, da Constituição do Estado da Bahia: “Art. 136. Ao Ministério Público é assegurada autonomia administrativa e funcional, cabendo-lhe: I - propor ao Poder Legislativo a criação, transformação e extinção de seus cargos de carreira e os dos serviços auxiliares, bem como a política remuneratória e os planos de carreira, inclusive a fixação e alteração dos respectivos subsídios e remunerações, observados os critérios estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;”.

Conforme se observa, apesar de o gabarito preliminar da banca apontar a letra C como correta, entendemos que a questão merece ser anulada, pois conforme explicitado, a questão traz 3 alternativas corretas.

QUESTÃO 100. O §5º do artigo 128 da Constituição da República Federativa do Brasil (CF) de 1988 estabelece que “Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros”, garantias e vedações ali fixadas. Na Bahia, a Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado da Bahia e dá outras providências. De acordo com a Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, do Estado da Bahia, é correto afirmar que:

a) Enquanto estiver em período de estágio probatório, o membro do Ministério Público do Estado da Bahia não poderá ser promovido por merecimento.

b) Por força da simetria de tratamento com o Poder Judiciário e precedentes jurisprudenciais, basta o transcurso do prazo estipulado em a norma constitucional (art. 95, I, CF) para que o Promotor de Justiça goze da garantia da vitaliciedade, para fins de vitaliciamento, consideram-se como de efetivo exercício os dias em que o membro do Ministério Público estiver afastado de suas funções em razão de designação do Procurador-Geral de Justiça para realização de atividade de relevância para a instituição.

c) O inquérito civil será instaurado por portaria, de ofício, por determinação do Procurador-Geral de Justiça, ou do Conselho Superior do Ministério Público, e em face de representação ou em decorrência de peças de informação. Contra a instauração não será cabível recurso, conforme previsto também na Resolução nº 11, de 11 de abril de 2022, editada pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, embora possa o interessado ajuizar mandado de segurança.

d) O membro do Ministério Público do Estado da Bahia, titular de Promotoria de Justiça, em decorrência de promoção, pode ser removido voluntariamente para outra Promotoria de Justiça de mesma entrância, mesmo que não se trate de remoção interna, ainda que, a data da habilitação à remoção, esteja em efetivo exercício no órgão atual há menos de um ano.

e) Cabe, originariamente, aos Promotores de Justiça promover o inquérito civil e a ação civil pública para a defesa do patrimônio público e social, bem como da probidade e legalidade administrativas inclusive quando a responsabilidade for decorrente de ato praticado, em razão de suas funções, por Secretário de Estado, mas as notificações e requisições que tiverem como destinatários exclusivos para a prática do ato Secretários de Estado serão encaminhadas pelo Procurador-Geral de Justiça, não cabendo a chefia institucional a valoração do conteúdo de ofício, podendo esta deixar de encaminhar os que não contenham os requisitos legais ou não empreguem o tratamento protocolar devido ao destinatário, caso em que o presidente da investigação será comunicado para a necessária retificação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Lei Orgânica do Ministério Público do Estado da Bahia (LC 11/1996).

A alternativa A está incorreta. Conforme artigo 104, §3º, da Lei Complementar 11/1996: “Art. 104 - Os 2 (dois) primeiros anos de efetivo exercício na carreira são considerados de estágio probatório, durante os quais, o membro do Ministério Público terá seu trabalho e sua conduta avaliados para fins de vitaliciamento, observados os seguintes requisitos: § 3º - A titularização, a remoção ou a promoção de membros em estágio probatório, ainda que pelo critério de merecimento, não implicam seu vitaliciamento automático.”

A alternativa B está incorreta. Conforme artigo 164, VI, “a”, da Lei Complementar 11/1996: “Art. 164 - São considerados como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, exceto para vitaliciamento, os dias em que o membro do Ministério Público estiver afastado de suas funções em razão de: VI - designação do Procurador-Geral de Justiça para: a) realização de atividade de relevância para a instituição;”.

A alternativa C está incorreta. Conforme artigo 78, §1º, da Lei Complementar 11/1996: “§ 1º - Do indeferimento de representação de que trata este artigo caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que o representante tomar ciência da decisão.”

A alternativa D está correta. Não há vedação à remoção, conforme artigo 124, §1º, da Lei Complementar 11/1996: “Art. 124 - A remoção voluntária dar-se-á alternadamente, por antiguidade e merecimento, aplicando-se lhe no que couber as disposições anteriores deste Capítulo. § 1º - O membro do Ministério Público removido voluntariamente somente poderá se habilitar a nova remoção após o decurso de 1 (um) ano, contado da data do efetivo exercício nas novas atribuições.”

A alternativa E está incorreta. Conforme artigo 86, V, da Lei Complementar 11/1996: “Art. 86 - Além de outras previstas em normas constitucionais e legais, compete ao Procurador-Geral de Justiça: V - promover o inquérito civil e a ação civil pública para a defesa do patrimônio público e social, bem como da probidade e legalidade administrativas, quando a responsabilidade for decorrente de ato praticado,

em razão de suas funções, por: a) Secretário de Estado; b) membro da Diretoria ou do Conselho de Administração de entidade da administração indireta do Estado; c) Deputado Estadual; d) membro do Ministério Público; e) membro do Poder Judiciário; f) Conselheiro do Tribunal de Contas;”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: vinicius.militao@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreiraJuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreiraJuridica)